O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Terça-feira 23 de ABRIL de 2024 • R$ 7,00 • Ano 145 • Nº 47670
estadão.com.br

FELIPE RAU/ESTADÃO

O que vai ser das árvores se a Raposo Tavares for ampliada

Grupo de moradores teme por áreas verdes e excesso de tráfego em bairros residenciais; há pedido de reabertura da discussão com governo estadual. __A12 e A13

Articulação política __A6

Lula cobra de Haddad que leia menos e negocie mais com o Congresso

__ Presidente pediu ‘agilidade’ a Alckmin e omitiu Padilha; R$ 5,6 bi em emendas podem ser liberados

Diante do risco de o Congresso votar medidas que elevem gastos em R$ 70 bilhões, o presidente Lula cobrou em evento no Planalto o ministro Fernando Haddad (Fazenda) e o vice e ministro da Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin. Também foram citados Rui Costa (Casa Civil) e Wellington Dias (Desenvolvimento e Assistência Social). “O Alckmin tem de ser mais ágil, tem de conversar mais. O Haddad tem de, sabe, ao invés de ler um livro, tem de perder algumas horas conversando no Senado e na Câmara”, afirmou. Horas depois, Haddad respondeu: “Eu só faço isso da vida”. O presidente reclamou da falta de articulação política, sem mencionar o encarregado da tarefa, Alexandre Padilha (Relações Institucionais). Sob pressão, o governo estuda liberar R$ 5,6 bilhões em emendas.

Coluna do Estadão __A2

Uma força-tarefa por ponte com Centrão

Eliane Cantanhêde __A7

E se Haddad sugerisse a seu chefe ler um livro?

E&N Ataque ao ‘cofre’ __B3

Sistema de pagamento do governo é invadido; PF e Abin apuram

O Siafi é o principal instrumento de execução orçamentária federal. Há suspeita de desvio de recursos. Fernando Haddad disse que o sistema está “preservado”.

Segurança pública __A8

Tarcísio recua do plano de dar mais poderes à Polícia Militar

Delegados da Polícia Civil se insurgiram contra o projeto. Um grupo de trabalho vai examinar a questão.

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO

C2 Cinéfilos unidos __C1

Uma rede social só para loucos por cinema

Letterboxd reúne avaliações e resenhas de filmes, tem mais de 13 milhões de usuários e 2 bilhões de visualizações mensais.

Equador __A9

Referendo valida repressão radical ao crime organizado

E&N Medida provisória __B1 e B2

Plano de microcrédito quer injetar R$ 7,5 bi na economia

‘Pacificar conflito judicial’ __ A8

Gilmar suspende todas as ações sobre marco temporal de terras indígenas

Decano do STF intimou todas as partes envolvidas a apresentar propostas. Caso foi submetido ao plenário.

Vigilância sanitária __A11

Dos 96 distritos da cidade de SP, 94 enfrentam epidemia de dengue

Apenas Jardim Paulista e Moema não chegam a 300 casos por 100 mil habitantes. Há 50 mortes confirmadas.

7 de Outubro __A10

Chefe de inteligência do governo de Israel se demite por falha no ataque do Hamas

Na carta de renúncia, o general Aharon Haliva afirmou que “carregará para sempre a terrível dor da guerra”.

Comportamento __C6 e C7

O que leva jovens a colocar botox para prevenir rugas e quais os riscos

Prática cresce entre pessoas na faixa de 20 a 30 anos de idade. Em geral, efeito dura de três a cinco meses.

Notas e Informações __A3

Não, o Brasil não está sob uma ditadura

Bolsonaro insiste na falácia de que estamos sob uma “ditadura do Judiciário”.

Descompromisso com o futuro

Tempo em SP
22° Mín. 30° Máx.

ISSN - 1516-293-1

ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO GAYER E AUGUSTO TENÓRIO
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO

Coluna do Estadão

Lula faz força-tarefa com vice-líderes para melhorar ponte com Centrão na Câmara

Enquanto tenta, pessoalmente, dissipar o mal-estar na relação entre o governo e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o presidente Lula iniciou uma ofensiva em outra frente para azeitar as relações com o Centrão e tentar evitar derrotas na Câmara. A estratégia, posta em prática pelo líder do governo na Casa, José Guimarães (PT), envolve uma força-tarefa com os 19 vice-líderes governistas. Eles foram convidados para um jantar, ontem à noite, na casa do deputado Emanuel Pinheiro Neto (MDB). O grupo tem integrantes de 13 siglas. A ideia é que eles se envolvam diretamente no dia a dia das pautas do governo e ampliem a defesa das matérias em plenário. O Planalto também quer maior monitoramento das comissões que têm avançado nas pautas da oposição.

● **TENSÃO.** A disputa pela vaga no Tribunal Superior do Trabalho promete mais uma queda de braço entre o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e Arthur Lira. Os dois emplacaram seus favoritos na lista tríplice formada pela Corte: Adriano Avelino e Antônio Gonçalves, respectivamente. A outra vaga foi preenchida pela sergipana Rosilene Morais.

● **PERIGO.** O presidente Lula terá de tomar lado e indicar um dos três nomes ao Senado. Pesa contra Avelino uma postagem de 2016 em que defendeu guilhotinar Lula e Dilma. Gonçalves é visto como favorito.

● **NOVIDADE.** O deputado estadual Carlão Pignatari (PSDB-SP) criou a Frente Parlamentar de Apoio e Defesa dos Consórcios Públicos. O grupo de 41 deputados fará estudos e debates sobre os 121 consórcios intermunicipais em operação no Estado. "As políticas regionais permitem otimizar investimentos", disse.

● **CADÊ.** Reunidas na Aliança pela Descarbonização do Brasil, associações que representam 450 empresas de diferentes setores enviaram ontem a Pacheco um manifesto crítico à demora na tramitação do projeto que pretende regulamentar o mercado de carbono no Brasil. O texto ainda não tem relator no Senado.

● **ASPAS.** "O setor faz um apelo ao Senado para que coloque em discussão, o quanto antes, o PL 182/24 que traz propostas modernas para este mercado, como tornar a política não arrecadatória, mas sim de estímulo à inovação e à transformação da indústria", diz trecho do documento obtido antecipadamente pela *Coluna*.

● **PADRINHO.** O senador Ciro Nogueira (PP), ex-ministro da Casa Civil de Bolsonaro e um dos mais vocais parlamentares da oposição, batizou no domingo o filho do ministro do Esporte, André Fufuca (PP). Agora compadres, os dois são aliados históricos.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Rodolfo Nogueira,
deputado federal (PL-MS)

● **VEM AÍ.** Tão logo consiga derrubar o veto do presidente Lula ao fim das "saidinhas", a bancada da bala na Câmara quer votar um projeto que acaba com a progressão de pena para integrantes de facções criminosas. O grupo aproveita a avaliação negativa do governo na área de segurança pública para turbinar sua pauta.

● **À DIREITA.** O projeto é de autoria do deputado **Rodolfo Nogueira** (PL-MS) e será votado na Comissão de Segurança Pública o quanto antes, confirmou à *Coluna* o presidente do colegiado, Alberto Fraga (PL-DF). O relator será o Sargento Fahur (PSD-PR).

PRONTO, FALEI!

Camila Camargo
CEO do Grupo Esfera Brasil

"Os empresários já fizeram sua cota de sacrifício no aumento de imposto. Está na hora de o governo cortar despesas e melhorar a eficiência do gasto público."

CLICK

REDES SOCIAIS/GLADSON CAMELLI

Gladson Camelli
Governador do Acre

Com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, negociando recursos do governo Lula para o Plano Emergencial de Adaptação às Enchentes do Acre.

O ESTADO DE S. PAULO
Publicado desde 1875

NOTAS E INFORMAÇÕES

Não, o Brasil não está sob uma ditadura

No Rio, Bolsonaro insiste na falácia de que estamos sob 'ditadura do Judiciário'. Mas o País sabe o que é uma ditadura: é justamente aquela que os bolsonaristas tanto querem restabelecer

A manifestação bolsonarista ocorrida no domingo passado, na orla de Copacabana, esteve alicerçada em uma grande mentira, qual seja: o País estaria submetido a uma "ditadura", em particular uma "ditadura do Judiciário", materializada por uma série de decisões do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Alexandre de Moraes.

Em que pesem as legítimas críticas que possam ser feitas aos métodos de Moraes, nada poderia estar mais distante da realidade. O Brasil não está sob "ditadura do Judiciário" nem sob qualquer outra forma de ditadura. Essa falácia, que de resto banaliza o horror de um estado de violência política real, mal consegue esconder seus desígnios antidemocráticos.

Os simpatizantes que atenderam ao chamado de Jair Bolsonaro para sair de suas casas para defendê-lo naquele dia ensolarado ouviram o ex-presidente questionar em alto e bom som a higidez da democracia no País. Na visão maliciosa de Bolsonaro, só sob uma "ditadura", afinal, ele poderia ter sido julgado e condenado à inelegibilidade pelo TSE – e não como consequência de seu envolvimento pessoal e direto, na condição de presidente da República, em uma aberta campanha de desinformação sobre a lisura das eleições brasileiras, com o intuito de deslegitimar uma vitória da oposição.

Naquele seu idioma peculiar, Bolsonaro deixou claro à plateia reunida em Copacabana que a democracia, ora vejam, teria sido golpeada no País com sua derrota na eleição de 2022. Como corolário natural dessa "ditadura" inventada, a liberdade de expressão teria sido cassada por nada menos que o Supremo Tribunal Federal, malgrado se tratar de um dos direitos e garantias fundamentais assegurados pela Constituição de 1988 como cláusula pétrea.

Não é de hoje que Bolsonaro tem recorrido à turvação do conceito de liberdade de expressão como subterfúgio para expor o que é a sua natureza liberticida. Nesse sentido, pregar o fechamento do Congresso, tecer loas à ditadura militar, exaltar torturadores e defender publicamente o fuzilamento de opositores, entre outras barbaridades, são exemplos típicos do que Bolsonaro entende ser nada mais do que a livre manifestação de opinião e pensamento.

É disso, e apenas disso, que se trata quando o ex-presidente e seus apoiadores sobem em um carro de som para denunciar a "ditadura" a que estariam submetidos os brasileiros. Ora, aqui se sabe muito bem o que é uma ditadura. Sabe-se muito bem o que é ter a voz cassada. Sabe-se muito bem o que é não poder manifestar críticas ao governo ou às instituições. Sabe-se muito bem o que é viver com medo do poder estatal. Tudo isso acontecia sob a ditadura militar, aquela que os bolsonaristas tanto querem restabelecer, inconformados que são com o restabelecimento da democracia em 1985.

O que se descortina diante dos olhos não obnubilados pelas paixões ideológicas é a usurpação do conceito de liberdade de expressão como esteio de uma campanha desavergonhada que nem remotamente passa por uma genuína defesa da democracia – ao contrário, é uma campanha que visa à desmoralização das instituições e da própria Constituição, com vista ao estabelecimento de um regime autoritário.

Os que se apresentam ao País e ao mundo como orgulhosos campeões da liberdade de expressão – como se viu no constrangedor pedido de Bolsonaro para que o público em Copacabana desse "uma salva de palmas" para um oportunista como Elon Musk, chamado de "mito da liberdade" – são os mesmos que não cansam de emitir sinais de que ainda não se resignaram com o fim da ditadura militar. Para esses democratas de fancaria, liberdade de expressão é a liberdade para que eles, e apenas eles, possam dizer o que bem entendem.

A esse respeito, não causam estranheza os apelos recorrentes dos bolsonaristas a uma certa mística religiosa, divisionista e identitária por definição. Tratado como uma espécie de instrumento da Providência Divina, Bolsonaro se considera, nessa condição, acima do bem e do mal. Se prestará contas por isso no Reino dos Céus, não se sabe. Aqui na Terra, o juízo está próximo.●

Descompromisso com o futuro

É hora de os Poderes recuarem dessa estratégia suicida de ampliação dos gastos, que nada trará de positivo ao País, e de se unirem por agenda que traga mais eficiência ao setor público

Na semana passada, a sociedade assistiu atônita à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovar o retorno do quinquênio para algumas das categorias mais privilegiadas do funcionalismo público. Se o plenário der aval à proposta, o País terá de gastar R$ 42 bilhões para garantir reajustes automáticos aos salários de juízes, procuradores e promotores, entre outras carreiras da elite do serviço público.

Não há outra palavra, senão farra, para definir a atitude da CCJ do Senado. Além de retomar uma regalia extinta há mais de 20 anos, os membros da comissão incluíram muitas outras categorias nesse trem da alegria que premia aqueles que passarem mais tempo vinculados ao Estado. Afinal, não haverá qualquer contrapartida a não ser os anos de serviço de cargos que, entre seus vários atrativos, oferecem estabilidade funcional e vencimentos elevados desde o início da carreira.

O avanço da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Quinquênio diz muito sobre a brutal falta de compromisso das autoridades com o futuro do País. Uma semana antes, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), havia se reunido com os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. Disse, depois do encontro, que a Casa estava comprometida com o equilíbrio das contas públicas e que não aprovaria projetos que elevassem despesas da União. Acreditou quem quis.

Acuado, agora o governo corre contra o tempo para conter, ainda que parcialmente, a sangria de recursos públicos que a PEC representa. Para isso, conta com a colaboração dos governadores e a boa vontade de Pacheco, ignorando o fato de que o próprio Pacheco ressuscitou tal proposta, arquivada em 2022 e reapresentada pelo senador mineiro no ano passado.

Culpar unicamente Pacheco e os integrantes da CCJ pela irresponsabilidade com as contas públicas, no entanto, seria injusto. Afinal, naquela mesma semana, a pedido do governo, a Câmara dos Deputados havia aprovado um dispositivo para liberar uma despesa extra de R$ 15,7 bilhões neste ano, arruinando o arcabouço fiscal.

A desculpa oficial para antecipar o crédito foi a arrecadação recorde no início do ano, mas sabe-se que a decisão está relacionada à liberação de emendas parlamentares de R$ 5,6 bilhões. Vetadas por Lula da Silva em janeiro, elas geraram um impasse que levou ao rompimento das relações entre Padilha e o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL) – outro personagem que se diz defensor de reformas e da agenda econômica, desde que as emendas permaneçam intocadas.

Não bastasse a facilidade com que a âncora fiscal foi ignorada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, alterou as metas fiscais de 2025 e de 2026. Para o ano que vem, o superávit de 0,5% foi reduzido a zero, e o superávit de 1% em 2026 foi rebaixado a 0,25%. Nada garante que os novos objetivos não serão modificados novamente antes disso.

Alcançar a meta do ano que vem exigirá R$ 50 bilhões extras, mas o Executivo continua a ignorar a resistência que o Congresso tem demonstrado nos últimos meses às medidas para recuperação de receitas, enquanto a agenda de redução de despesas segue inexistente.

Nesse cenário em que o Legislativo usa as carreiras do topo do funcionalismo público, especialmente do Judiciário, para pressionar o Executivo a abrir o cofre e liberar as emendas parlamentares, o receio de entidades do setor privado, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), é que o resultado final dessa disputa seja um indesejável aumento da carga tributária.

É hora de os Poderes recuarem dessa estratégia suicida, que nada trará de positivo ao País, e de se unirem por uma agenda que traga mais eficiência ao setor público. Isso passa por um esforço coletivo que envolve muitas iniciativas, a começar pela redução das gritantes desigualdades entre as carreiras do serviço público, o oposto do que propõe a PEC do Quinquênio, e por um modelo que traga alguma racionalidade às emendas parlamentares, sobretudo em um ano de eleições municipais. Ao governo, cabe dar o exemplo e cumprir as metas fiscais, e não modificá-las ao sabor do vento.●

ESPAÇO ABERTO

Melhor, mas ainda muito desigual

Jorge J. Okubaro

O impacto da melhora do mercado de trabalho e do aumento do número de beneficiários dos programas sociais do governo federal sobre o rendimento dos brasileiros foi nítido no ano passado. Vários indicadores atingiram o maior valor da série histórica que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vem construindo desde 2012 por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua. Há mais pessoas trabalhando e as pessoas estão recebendo mais de todas as fontes (trabalho remunerado, programas sociais, aposentadoria, pensão e outras).

Há dados que impressionam. A massa de rendimento mensal domiciliar *per capita* alcançou R$ 398,3 bilhões, o maior valor da série histórica. O crescimento sobre 2022 foi de 12,2%; sobre o resultado de 2019, que era o recorde anterior, o aumento foi de 9,1%. O rendimento médio mensal real domiciliar *per capita* alcançou R$ 1.848, também o maior valor da série histórica, com aumento de 11,5% sobre o resultado de 2022 e de 6,0% sobre o recorde anterior, de R$ 1.744 em 2019.

O IBGE destaca outro recorde alcançado em 2023, o da proporção da população com rendimento habitualmente recebido do trabalho. Era de 44,5% (ou 95,2 milhões de pessoas) em 2022 e passou para 46,0% (ou 99,2 milhões) em 2023. Em 2020, no auge da pandemia, a proporção era de 40,1%, ou 84,7 milhões de pessoas. Em três anos, praticamente 15 milhões de brasileiros puderam voltar ao mercado de trabalho.

Além da absorção desse grande contingente de trabalhadores pelo mercado, a proporção de domicílios com algum beneficiário do programa Bolsa Família aumentou de 16,9%, em 2022, para 19,0%, em 2023. O rendimento *per capita* do grupo de domicílios que recebiam Bolsa Família passou de R$ 446 para R$ 635 (aumento de 42,4%) entre 2019 e 2023. Esses números mostram a importância do Bolsa Família na melhora das estatísticas de rendimento da população no ano passado.

Em 2012, a proporção de domicílios com algum benefício do Bolsa Família era de 16,6%. Em 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro, a proporção diminuiu para 14,3%. No ano seguinte, com a pandemia, parte de seus beneficiários passou a receber o auxílio emergencial criado para enfrentar os novos problemas sanitários, razão pela qual a proporção caiu para 7,2%. Outros programas sociais passaram a atender as famílias. Esses programas, que atendiam a 0,7% dos domicílios em 2019, passaram a beneficiar 23,7% em 2020. No final de 2021, o Bolsa Família foi substituído pelo Auxílio Brasil, que atingiu 16,9% dos domicílios. Com sua recriação em 2023, o Bolsa Família passou a atender 19% dos domicílios, a maior proporção desde sua instituição.

> ***Programas de transferência de renda têm sido eficazes na redução emergencial das desigualdades, mas não bastam para combater problemas que o País acumulou ao longo do tempo***

Ainda assim, como observou o IBGE, "a desigualdade permaneceu bastante acentuada no País". Talvez coubesse fortalecer essa expressão: a desigualdade continuou vergonhosamente acentuada no Brasil. Este é um dos países mais desiguais do mundo, melhor apenas do que alguns da África. Em 2023, o rendimento *per capita* médio do 1% de mais ricos do Brasil, de R$ 20.664 por mês, correspondia a 39,2 vezes o rendimento dos que compõem o grupo dos 40% mais pobres, de R$ 527. Se comparado com o rendimento *per capita* dos 5% mais pobres, o do 1% de mais ricos corresponde a 164 vezes.

Embora maior do que a de 2022, a desigualdade observada em 2023 é menos intensa do que a de anos anteriores. Mas o que os números mostram é a persistência, com variações entre um ano e outro, de um problema histórico que o Brasil não soube vencer, ou não enfrentou com a devida coragem e competência.

Programas de transferência de renda vêm mostrando eficácia na redução emergencial das desigualdades, como mostram os resultados sobre a evolução do rendimento da população nos últimos anos. Sem eles, este seria um país ainda mais desigual. Mas eles não bastam para combater problemas que o País acumulou – e consolidou? – ao longo do tempo.

Só um sistema educacional eficiente, sobretudo nos primeiros anos do ensino, é capaz de preparar todos duradoura e adequadamente, sem distinção de classes de renda, para os desafios da vida e para a construção de um país em que todos possam crescer social e economicamente. A formação profissional de qualidade é igualmente indispensável para isso.

Programas de inclusão social, de combate a todas as formas de discriminação, também fazem parte das ações públicas e privadas de redução das desigualdades sociais e de renda do País.

Políticas públicas mais eficientes em áreas como saúde e assistência social – além, obviamente, da educação – são indispensáveis. Gastar com mais eficiência, reduzindo desperdícios e combatendo duramente a corrupção, representa ajuda expressiva a quem mais necessita do apoio do poder público, que são justamente as camadas de renda mais baixa.

São providências tão óbvias que sua citação parece ociosa. Mas este tem sido um país que, ao ver se reproduzindo, de tempos em tempos, seus velhos problemas, parece contentar-se em aceitar resignadamente seus dramas. É como se tivesse se conformado com a mediocridade. ●

JORNALISTA, É AUTOR, ENTRE OUTROS, DO LIVRO 'O SÚDITO (BANZAI, MASSATERU!)' (EDITORA TERCEIRO NOME) E PRESIDENTE DO CENTRO DE ESTUDOS NIPO-BRASILEIROS (JINMONKEN)

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada ● **E-mail:** forum@estadao.com

Saúde

IA e a realidade do Brasil

Excelente o caderno especial sobre como a inteligência artificial (IA) transformará a saúde (**Estadão**, 21/4, D1 a D8). Infelizmente, isso está muito longe de nossa realidade, pois as empresas administradoras dos planos de saúde hoje limitam a atualização de procedimentos básicos no tratamento de seus associados. Assim, nas cirurgias que necessitam da implantação de próteses, por exemplo, limitam-se aos modelos mais básicos, dificultando o uso de materiais mais modernos. O uso de *robots*, muito difundido na prática médica atual, não é nem considerado pelo SUS. Apenas alguns centros universitários conseguem realizar cirurgias com o auxílio do *robot*. Paralelo a este aspecto comercial, a Presidência da República publicou agora o Decreto n.º 11.999/24, que prejudica muito a estruturação e a adequação da residência médica, que é a possibilidade de um médico se especializar e conhecer o que é atual e imaginar o que será o futuro. Não se concebe a evolução da Medicina sem a evolução do médico.

Gilberto Luis Camanho, professor titular de Ortopedia da FMUSP
São Paulo

Ciência

Repatriação de cientistas

Louvável a iniciativa do CNPq de implementar um programa para repatriar os cientistas brasileiros que estão no exterior (**Estadão**, 21/4, A18). Entretanto, será difícil trazê-los de volta sem oferecer condições melhores do que eles têm no exterior, que tem sido a política da China, por exemplo. Se, por um lado, um salário de R$ 10 mil a R$ 13 mil para um jovem doutor que tem uma bolsa de cerca de R$ 5 mil no Brasil significa um ganho substancial, ele dificilmente atrairá um cientista que ganha cerca de US$ 5 mil por mês (por volta de R$ 25 mil) como pós-doutorando nos EUA – e sem ter de enfrentar toda a burocracia para importar os reagentes para suas pesquisas, o que aqui pode demorar meses. Se as propostas do CNPq, de ajudar na aquisição de equipamentos, plano de saúde e de aposentadoria, forem implementadas para os jovens doutores brasileiros, isso certamente contribuirá para reter os jovens talentos que ainda não emigraram. A política de importação de insumos para a pesquisa, que, além de levar meses, gera muito desperdício, também tem de ser revista. Com os mesmos recursos poderemos fazer muito mais. O Brasil tem de acreditar e investir nos seus cientistas, antes que seja tarde.

Mayana Zatz, coordenadora do Centro de Pesquisas em Genoma Humano e Células-tronco, no Instituto de Biociências da USP
São Paulo

Congresso Nacional

PEC do Quinquênio

Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, no Brasil, têm vivido momentos de conflito. Mas, para aprovar benefícios como o previsto na PEC do Quinquênio, em benefício de uma categoria/casta privilegiada, eles se unem fraternalmente.

Jorge Bartolo
São Paulo

Política nacional

Zé Dirceu e Eduardo Cunha

A volta dos que não foram, título de editorial do **Estadão** de 21/4 (A3), seria hilariante, não fosse o trágico enredo da sua narrativa, e traduz fielmente o que permeia a atual política brasileira, sem valores republicanos, sem ética, sem decência, sem compromisso com corrigir as desigualdades sociais (muito ao contrário). Assistimos perplexos e impotentes a uma infinidade de afrontas feitas por políticos (e não só por eles, é bom que se diga) de vários matizes, que nos deixam indignados e descrentes de um futuro melhor para o povo brasileiro. Citada a saúva no texto, não custa resgatar o que disse o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, quando da sua passagem pelo Brasil entre 1816 e 1822: "Ou o Brasil acaba com a saúva, ou a saúva acaba com o Brasil". As saúvas atuais todos sabemos quem são. Só não temos a menor ideia de quando elas serão eliminadas. Se é que um dia o serão.

José Carlos Lyrio Rocha
Vitória

Preciso e desanimador o editorial *A volta dos que não foram*. A classe política brasileira de fato se rebaixa cada vez mais, sem pudores. Não vejo esperança de dias melhores.

Rita de Cássia Guglielmi Rua
São Paulo

Correção

O comício realizado na Praça da Sé que deu origem à campanha das Diretas Já ocorreu no dia 25 de janeiro de 1984, e não em 25 de abril de 1984 (dia da votação da emenda das Diretas), como informou Bolívar Lamounier no artigo *Farol alto* (20/4, A4).

ESPAÇO ABERTO

O Brasil e a Defesa nacional

Rubens Barbosa

A História nos ensina que alguns fatos, de natureza simples, podem se transformar em marcos divisores na vida dos países, com fortes consequências para as futuras gerações. São fatos que se tornam simbólicos por representar uma mudança de atitude, de comportamento e de trajetórias que caracterizaram a vida política até aquele momento.

O Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar definitivamente, por unanimidade (11 a 0), que o artigo 142 da Constituição federal não comporta a interpretação de que as Forças Armadas representam um Poder Moderador entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, criou um fato histórico. A decisão pode ser considerada como uma virada de página no longo e conturbado relacionamento entre civis e militares ao longo dos últimos 120 anos no Brasil.

Desde a Proclamação da República até 1985, a interferência e participação dos militares na política foi fator de instabilidade interna e de restrição à democracia no País. As Forças Armadas, como instituição de Estado, nos últimos 40 anos, em especial nos últimos cinco, ao contrário do que ocorreu no passado, não assumiram uma posição ideológica e evitaram interferência que pudesse ameaçar o Estado Democrático de Direito, como estimulado pelo governo anterior. Essa mudança de atitude – de espécie de tutela da Nação para *o grande mudo* – reforça a percepção de que a decisão do STF possa ser vista como histórica.

Virada a página da cultura intervencionista na relação entre civis e militares, o Congresso Nacional e a sociedade, via instituições civis especializadas e as organizações militares, têm de olhar para o futuro, com visão estratégica, e concentrar seus esforços no fortalecimento do Ministério da Defesa, chefiado por um civil, e na modernização das Forças Armadas.

A modernização das Forças Armadas não deve ser vista como uma questão dos militares, mas da sociedade em geral. A capacidade militar deve ser entendida de forma ampla, pois ela não depende apenas da capacidade operacional de combate, exercida por um importante instrumento de defesa, que são as Forças Armadas. Não se pode mais adiar o exame de ampla transformação no modo de operar das três Forças no tocante à capacidade de logística de defesa, responsável pelo desenvolvimento e fornecimento dos meios de que as Forças Armadas precisam para compor suas unidades de combate e para sustentar seu emprego em combate. Sem ela, como ocorre agora, as Forças Armadas deixam de operar eficientemente.

> ***Congresso e sociedade têm de olhar para o futuro e concentrar seus esforços no fortalecimento do Ministério da Defesa, chefiado por um civil, e na modernização das Forças Armadas***

A logística de defesa teria de se modernizar do lado da oferta, provida pela Base Industrial de Defesa (BID), em particular por uma parte que deve ser considerada estratégica; e do lado da demanda, constituída por uma organização do Estado responsável por aquisições e políticas industriais e de CT&I para desenvolver e sustentar a BID estratégica. Sem uma capacidade de logística de defesa própria, é impossível a um país das dimensões do Brasil ter capacidade militar eficiente.

No contexto de um mundo em profundas transformações geopolíticas, científicas e tecnológicas, com enorme impacto nos esforços brasileiros para alcançar objetivos estratégicos relacionados ao seu desenvolvimento econômico e social e, também, na preservação de sua soberania e independência e na projeção externa, torna-se urgente estabelecer uma agenda positiva para a Defesa Nacional de curto, médio e longo prazos, que responda aos desafios externos atuais e futuros.

No curto prazo, a agenda deveria incluir, entre outros aspectos, o fortalecimento da BID por meio de sua crescente nacionalização, atuação vigorosa do BNDES e do Banco do Brasil para o financiamento do comprador de produtos da BID e para a outorga de *performance bonds* a empresas de defesa.

No médio prazo, deveriam estar incluídos os meios à disposição do Ministério da Defesa, via previsibilidade orçamentária (vinculada ao PIB) e manutenção dos investimentos para conclusão dos atuais projetos especiais das Forças Armadas, a fixação em lei de incremento gradual de investimentos em defesa, a revisão da assimetria quanto à imunidade tributária das importações de defesa, apoio a projetos das Forças Armadas com forte conteúdo científico e tecnológico, treinamento, pesquisa e cooperação técnica, e, depois de estudos apropriados, a criação de órgão para cuidar da logística da Defesa.

No longo prazo, incluiria a política de reaparelhamento das Forças, a redução do custo com pessoal (ativa e reserva) e significativa autossuficiência em altas tecnologias críticas para o desenvolvimento dos produtos de defesa considerados estratégicos.

A grande vulnerabilidade do Brasil na área da Defesa é sua reduzida base industrial de defesa, incapaz de atender às necessidades de suas Forças Armadas. Quase todos os meios existentes e/ou os seus principais componentes e tecnologias críticas são comprados no exterior e fornecidos por países da Otan. Os gastos em defesa no Brasil representam 1,1% do Orçamento geral da União, com cortes adicionais recentes (R$ 419 milhões) e apenas 7% dirigidos a investimentos e à compra de armamentos.

O Brasil, no contexto da nova política industrial, necessita empreender imediatamente um grande e continuado esforço para desenvolver e fortalecer, da forma mais autônoma possível, sua capacidade militar. ●

É PRESIDENTE DO CENTRO DE ESTUDOS DE DEFESA E SEGURANÇA NACIONAL (CEDESEN)

TEMA DO DIA

JACKF/ADOBE STOCK

Vida saudável

Estudo da USP mostra estratégia capaz de reverter a perda de músculos em idosos

O estudo sugere que adicionar séries aos exercícios de força ajuda a elevar a massa magra em idosos. Os voluntários foram divididos em dois grupos que se exercitaram durante 10 semanas com dois treinos semanais. ●

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● “Há coisas que sabemos, mas que bom ter um estudo para a comprovação científica.”
EDUARDO MULLER

● “Resultados corroboram outras pesquisas sobre a relação entre aumento do volume de treino e aumento de massa muscular.”
ROBSON DA COSTA

● “Mais um estudo que comprova a eficácia e o quanto conseguimos manter massa muscular saudável ao longo da vida.”
MATHEUS DEMÉTRIO

● “O segredo é fazer atividade física.”
ROSANA TAMBELINI

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
https://bit.ly/LDBEstadao

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

REPRODUÇÃO/GOOGLE MAPS

Link

Google Maps poderá funcionar via satélite. ●
https://l1nq.com/R2vG9

Life Style

Alimentação mais leve é um segredo da juventude. ●
https://l1nq.com/yQIRu

Newsletter

‘Conectado’: assine e comece o dia bem informado. ●
https://bit.ly/3K6DaB3

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 7,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 7,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo).**BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 10,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 11,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo).● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

Poderes

Lula cobra ação de Alckmin e Haddad no Congresso; governo deve rever veto

Sob ameaça de pauta-bomba, Planalto pode tirar bloqueio de R$ 5,6 bilhões em emendas; para presidente, vice deve ser 'mais ágil' e ministro, negociar com Parlamento 'ao invés de ler um livro'

BRASÍLIA

O governo Lula passou a enfrentar uma ameaça de pauta-bomba no Congresso sem conseguir se acertar com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que detêm o poder de controlar as votações no plenário das Casas. A entrada do próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva na articulação política, a revisão de vetos – como admitiu o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP) – e cobranças feitas ontem pelo petista a ministros evidenciaram a pressão de propostas do Legislativo sobre as contas do Executivo.

Lula cobrou seus ministros publicamente para tentar melhorar a relação com o Congresso. Citou o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e os titulares da Fazenda, Fernando Haddad, do Desenvolvimento e Assistência Social, Wellington Dias, e da Casa Civil, Rui Costa. O presidente reclamou da falta de articulação política ao mencionar que o PT tem poucos congressistas num universo de 513 deputados e 81 senadores.

"Isso significa que o Alckmin tem de ser mais ágil, tem de conversar mais. O Haddad tem de, sabe, ao invés de ler um livro, ele tem de perder algumas horas conversando no Senado e na Câmara. O Wellington, o Rui Costa (*têm de*) passar uma parte do tempo conversando", declarou Lula, ao lado de Haddad, durante o lançamento do programa Acredita, para concessão de crédito, no Palácio do Planalto. "Conversa com bancada A, com bancada B. É difícil, mas a gente não pode reclamar porque a política é exatamente assim. Ou você faz assim ou não entra na política", afirmou Lula.

Questionado por jornalistas sobre a cobrança, Haddad respondeu: "Eu só faço isso da vida (*conversar com parlamentares*)". Após viagem aos Estados Unidos, o ministro da Fazenda antecipou sua volta ao Brasil para buscar um entendimento com o Congresso. Na avaliação do governo, quanto antes Haddad estiver em Brasília, maior a chance de evitar que mais itens sejam incluídos na pauta-bomba.

WILTON JUNIOR/ESTADÃO

Lula e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em lançamento de programa de crédito, no Planalto

Um dia antes de cobrar empenho de seus auxiliares para ajudar na interlocução com a Câmara e o Senado, Lula conversou com Lira, no Palácio da Alvorada, e disse a ele que os problemas na articulação política do governo com o Congresso seriam resolvidos.

Randolfe afirmou que o presidente vai buscar o diálogo com Lira e Pacheco. "A articulação nas duas Casas está arrumada, mas é sempre bom requisitar a participação do presidente Lula nas negociações", declarou o senador, ontem, durante entrevista à GloboNews.

PARTICIPAÇÃO. Lula quer que Alckmin e ministros entrem em campo, antes de cada votação considerada decisiva – como as leis complementares da reforma tributária, por exemplo – para dirimir dúvidas e tentar promover o entendimento. O clima está conflagrado no Congresso desde que Lula vetou R$ 5,6 bilhões em emendas parlamentares de comissão.

Lira não conversa com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, encarregado da articulação política do Planalto, desde novembro do ano passado. O presidente da Câmara garantiu a Lula, porém, que não ameaçou instalar cinco Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) para atrapalhar o governo. Afirmou que somente pediu aos líderes dos partidos para apresentarem o que estava pendente para ir a plenário. Mas reclamou que Padilha "não cumpre acordos" e se queixou da "descoordenação" do governo. No último dia 11, Lira chamou Padilha de "incompetente". Lula defendeu o trabalho do ministro.

Segundo cálculos do governo, projetos em tramitação no Legislativo podem gerar despesas extras de R$ 70 bilhões aos cofres públicos neste ano. A maior parte viria de um projeto patrocinado por Pacheco, a chamada Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Quinquênio, que concede um bônus de 5% para juízes, procuradores e promotores a cada cinco anos de trabalho.

EMENDAS. O pagamento desse benefício – que a Comissão de Constituição e Justiça do Senado propôs estender para outras carreiras públicas – tem impacto anual estimado em R$ 40 bilhões. Além da PEC do Quinquênio, a desoneração previdenciária de municípios e o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) preocupam o Planalto.

Randolfe disse ontem que o governo pode liberar parte do valor dos R$ 5,6 bilhões vetados em emendas. "O governo está à disposição para ceder parte deste veto, para atender às reivindicações do Congresso", afirmou. Parlamentares estão descontentes com a lentidão da liberação de emendas pelo governo, que barrou o cronograma para empenho de todos os repasses ligados à saúde e à assistência social aprovado pelos congressistas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Randolfe afirmou que a apreciação dos vetos presidenciais pelo Congresso, amanhã, se dará em sessão "exitosa". "O governo está disposto a ceder parcialmente sobre os recursos a serem liberados nas emendas parlamentares", insistiu o líder. "Estamos construindo um acordo com o conjunto de vetos. São 32 vetos que nós devemos apreciar, que estamos dispostos a enfrentar com o apoio de nossa base."

PEC DO QUINQUÊNIO. O governo negocia com Pacheco e com o relator da PEC do Quinquênio, senador Eduardo Gomes (PL-TO), a possibilidade de alterar o texto da proposta no plenário da Casa, restringindo as categorias beneficiadas pelo adicional por tempo de serviço. O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), foi destacado para a missão. Há, ainda, uma articulação do Planalto com senadores da base governista para tentar convencê-los de que a PEC acabou abrangendo muitas carreiras, o que levaria a um impacto fiscal muito grande.

Apesar de Wagner estar dedicado a negociar a proposta, existe um grupo no governo cético sobre a possibilidade de a proposta avançar. Na Secretaria de Relações Institucionais, há a interpretação de que Pacheco está pressionado por integrantes do Judiciário, setor onde tem bom trânsito, a dar andamento à proposta, mas que não a levará até o fim.

Em entrevista ao *Estadão/Broadcast*, o senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), que é vice-presidente do Senado e votou a favor da PEC na CCJ, disse estar disposto a discutir seu posicionamento no plenário da Casa. "Tenho de ter responsabilidade", declarou o parlamentar.

Para que a PEC do Quinquênio não seja aprovada, o governo precisa que pelo menos 31 senadores se ausentem ou votem contra o texto. Antes de ir para análise do plenário, a proposta passará por um ciclo de cinco sessões de debates. ● CÉLIA FROUFE, CAIO SPECHOTO, SOFIA AGUIAR, IANDER PORCELLA, GABRIEL HIRABAHASI, VERA ROSA, MATEUS CERQUEIRA E JULIA CAMIM

> ***"O Alckmin tem de ser mais ágil, tem de conversar mais. O Haddad tem de, sabe, ao invés de ler um livro, ele tem de perder algumas horas conversando no Senado e na Câmara"***
> **Luiz Inácio Lula da Silva**
> **Presidente**

> ***"O governo está disposto a ceder parcialmente sobre os recursos a serem liberados nas emendas parlamentares"***
> **Randolfe Rodrigues**
> **Senador e líder do governo no Congresso**

Impacto

R$ 70 bi é o valor estimado de despesas extras com propostas em tramitação no Legislativo

Eliane Cantanhêde *E-mail:* eliane.cantanhede@estadao.com; *Twitter:* @ecantanhede

O professor e o pupilo

Ao lançar o programa Acredita, para financiar pequenas empresas, ativar o consumo e aquecer a economia, o presidente Lula cobrou de Fernando Haddad que converse mais com o Congresso, em vez de ficar lendo livros. Meio brincadeirinha, meio puxão de orelhas, a frase suscitou uma dúvida: e se o professor Haddad revidar? "Chefe, por que o sr. não lê mais livros, artigos e reflexões para se atualizar, em vez de falar tanta bobagem na economia e na política externa?"

A fala de Lula aumenta a sensação de que algo não vai bem na relação dele com Haddad, o dileto pupilo político que ocupou seu lugar na cabeça de chapa de 2018 e tem sido de uma lealdade a toda prova, apesar de tudo. Haddad anda com ar cansado, despenteado, sem o vigor de 2023, quando foi a melhor surpresa e o grande troféu do governo.

Ao configurar um governo de coalizão aberto a praticamente todos os partidos e forças políticas, Lula não conseguiu atingir evangélicos e o agronegócio, que têm enorme alcance na sociedade, montanhas de votos, uma dinheirama incontável e... sólidas bases no Congresso. Em vez de ganhar, Lula parece estar perdendo apoio de ambos.

Logo, Haddad foi mais eficiente na sua, digamos, articulação política: entre um livro e outro, ele se aproximou do mundo financeiro, do empresarial, de economistas de diferentes vertentes, do Supremo, do Banco Central, de jornalistas e, claro, da cúpula do Congresso. Não cedeu além do necessário, mas, sim, falou muito, ouviu muito e ganhou o principal, credibilidade. Bom para ele, melhor ainda para o governo, mas Lula parece menosprezar.

> *Entre um livro e outro, Haddad tirou 10 na articulação política. E Lula?*

Houve embates sobre gastos, déficit zero, tributação de bugigangas importadas e, virava e mexia, lá estava o ministro da Fazenda tendo de engolir cobras e lagartos. De Rui Costa, internamente. De Gleisi Hoffmann, publicamente. De Lula, nas duas frentes, interna e pública. Haddad vinha suportando bem, a ponto de analistas deduzirem que era "jogo combinado". Será?

Ele entrou em 2024 devagar. Errou na MP da reoneração da folha de pagamentos, perdeu o timing da regulamentação da reforma tributária e teve de jogar a toalha no superávit fiscal em 2025 e 2026, ou seja, no governo Lula. Isso tudo, embolado com pautas-bomba do Congresso e sinalizações de Lula na Petrobras, Vale, política externa e gastança, esgarça a confiança no governo e afasta investidores.

Se, no fim, tudo se ajeitar, o Brasil crescer, a inflação dos alimentos recuar, os juros mantiverem o ritmo de queda e as pesquisas reagirem positivamente, Lula será o grande vencedor. Se não der, já temos um bode expiatório. Quem mandou ler demais? ●

COMENTARISTA DA RÁDIO ELDORADO, DA RÁDIO JORNAL (PE) E DO TELEJORNAL GLOBONEWS EM PAUTA

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) ● **TER.** Eliane Cantanhêde ● **QUA.** Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● **QUI.** William Waack ● **SEX.** Eliane Cantanhêde ● **DOM.** Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Governadores

Tarcísio e Caiado defendem austeridade fiscal

Dois dos principais governadores de oposição aproveitaram evento ontem, em São Paulo, para cobrar rigor da gestão Lula nas metas fiscais. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), disse que o principal risco econômico é a falta de equilíbrio entre arrecadação e gasto. Já o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), classificou a política fiscal do governo federal como um "desastre". Ele afirmou que a mudança das metas de resultado primário mostrou que o arcabouço aprovado no ano passado é "uma piada".

Tarcísio e Caiado participaram de evento do Grupo Esfera Brasil. Segundo o governador de São Paulo, sanear as contas públicas se tornou a prioridade do País. "Do ponto de vista econômico, é o risco fiscal que vai drenar oportunidades do Brasil." ● CÍCERO COTRIM E FRANCISCO CARLOS DE ASSIS

Segurança pública

Tarcísio recua da intenção de aumentar poderes da PM

Decisão foi anunciada pelo secretário da Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, após protestos da Polícia Civil

MARCELO GODOY
PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO

O secretário da Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, anunciou ontem um recuo no plano do governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) de aumentar o poder da Polícia Militar, permitindo não só que a corporação passasse a fazer o registro dos chamados Termos Circunstanciados (TCs), bem como as diligências que fossem depois pedidas pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário.

Criados em 1995, os TCs substituem a prisão em flagrante de acusados de crimes de menor poder ofensivo, como as lesões corporais e as ameaças. Eles são usados para registrar os casos de crimes que têm como pena até dois anos de prisão. Atualmente, em São Paulo, esta é uma atribuição da Polícia Civil, que reagiu ao movimento e também ao fato de ter sido excluída de operação recente contra o PCC.

Ponto em discussão
Atualmente, PMs têm de ir até uma delegacia onde o termo circunstanciado é lavrado por um delegado

O plano da gestão Tarcísio, externado em uma ordem do subcomandante-geral da PM, coronel José Augusto Coutinho, era transferir essa tarefa para a PM, assim como a responsabilidade por executar as investigações complementares requisitadas nesses casos.

GRUPO DE TRABALHO. Diante desse quadro, o delegado-geral, Artur Dian, convocou uma reunião extraordinária do Conselho da Polícia Civil. No encontro, realizado ontem, ficou demonstrado o "apoio total" dos diretores à reação de Dian contra o plano exposto pela PM. O delegado-geral e uma comissão de integrantes do conselho rumaram à sede da secretaria para se encontrar com Derrite.

Depois da reunião, Derrite anunciou o recuo do governo em vídeo distribuído para as redes sociais da polícia. Será constituído um grupo de trabalho, que terá dois representantes da PM, dois da Polícia Civil e dois da Polícia Técnico-Científica. Eles vão ter 45 dias para examinar a possibilidade de a PM fazer os TCs e estudar a adoção de um boletim de ocorrência único, uma reivindicação da Polícia Civil.

Segundo Derrite, não vai haver em São Paulo a invasão de atribuições de uma polícia pela outra. ●

Terras indígenas

Gilmar suspende ações sobre marco temporal

PEPITA ORTEGA

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu ontem à noite todos os processos judiciais – em curso em qualquer instância do Judiciário – que tratem da lei do marco temporal, editada pelo Congresso, em janeiro deste ano, após a Corte máxima declarar inconstitucional a espécie de linha de corte para orientar a demarcação de terras indígenas.

A decisão foi proferida no âmbito de cinco ações, no STF, que questionam a lei. Apontando necessidade de "pacificar conflito judicial" em torno da tese do marco temporal, o ministro decidiu abrir um processo de conciliação e mediação sobre o assunto.

O decano do Supremo intimou todas as partes das ações – as entidades que ajuizaram os processos, os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo, além da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da República – para que, em 30 dias, "apresentem propostas no contexto de uma nova abordagem do litígio constitucional discutido nas ações, mediante a utilização de meios consensuais". O despacho foi submetido para referendo do plenário do Supremo.

Ao fundamentar a decisão de suspensão das ações sobre o marco temporal, o decano se disse preocupado com a possibilidade de "sinais aparentemente contraditórios" – teses fixadas pelo STF e a lei aprovada pelos parlamentares – "gerarem situação de severa insegurança jurídica".

Em janeiro, o Congresso promulgou complemento da lei do marco temporal, de 2023. O texto contém trechos que tinham sido vetados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A nova lei só admite a demarcação de terras indígenas que já estavam ocupadas ou eram disputadas pelos povos originários até o dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição. ●

Onda de violência

Referendo valida repressão radical contra crime organizado no Equador

Votação impulsiona agenda de segurança do presidente equatoriano, Daniel Noboa, e evidencia o cansaço da população com a onda de violência que tomou conta do país

LUIZ HENRIQUE GOMES

O presidente do Equador, Daniel Noboa, obteve no referendo de domingo uma vitória clara na sua política de combate ao crime organizado. Nove das 11 perguntas da consulta receberam o "sim" – todas endurecem as medidas de segurança. As únicas propostas rejeitadas foram sobre política econômica e são vistas como um alerta de que o presidente não tem carta-branca da população.

O resultado deixa claro que a prioridade dos equatorianos é conter a crise de segurança, evidenciada pelo assassinato do candidato presidencial Fernando Villavicencio, no ano passado, e em atentados em janeiro. A maioria dos equatorianos votou a favor do uso das Forças Armadas no combate ao crime, pelo aumento de penas e pela extradição de cidadãos do país.

De acordo com especialista em segurança Kleber Carrión, a vitória do "sim" resulta do cansaço da sociedade com a violência, que afeta a vida dos cidadãos. "A violência paralisou o comércio e afetou o cotidiano das pessoas de forma muito dura", disse.

INSPIRAÇÃO. Parte das medidas entrarão em vigor a partir da divulgação no *Diário Oficial*, enquanto outras precisam da aprovação do Parlamento, onde a oposição a Noboa se tornou maioria nas últimas semanas. O presidente, que tinha quase 70% de popularidade em março, perdeu apoio na véspera do referendo por causa de uma crise de energia que paralisou setores do país e da crise diplomática causada pela a invasão da Embaixada do México em Quito.

As mudanças relacionadas à segurança são comparadas por analistas à política implementada pelo presidente Nayib Bukele, em El Salvador, que reduziu o número de homicídios em meio a denúncias de violações de direitos humanos e aumento do autoritarismo.

ENDURECIMENTO. Noboa já vinha implementando uma política mais repressiva para o combate ao crime organizado desde que se tornou presidente, no fim do ano passado, e o referendo de domingo foi considerado a ratificação dessa nova estratégia.

O presidente parecia ter conseguido conter a violência nas primeiras semanas do ano, com os decretos de estado de emergência e de conflito armado interno, emitidos após uma série de atentados e assassinatos em janeiro. No entanto, no último mês, a presença das Forças Armadas nas ruas não impediu o crescimento da violência.

Massacres e assassinatos voltaram a ocorrer nas últimas semanas, incluindo a morte de três prefeitos. No domingo, a imprensa equatoriana relatou um motim na prisão de Los Ríos e o assassinato do diretor da penitenciária El Rodeo, em Manabí, enquanto ele almoçava com a família.

DOLORES OCHOA/AP–21/4/2024

Noboa (C) em Quito: combate à violência vira mantra do governo

Para Carrión, ainda é cedo para avaliar como as mudanças afetarão o combate à violência no Equador. Isso depende, de acordo com ele, da maneira como o governo vai implementá-las e de como as medidas serão reformuladas pelos deputados.

Resultado
Aprovação de medidas de segurança resulta do cansaço da sociedade com a violência no Equador

Carrión citou como exemplo o aumento das penas para alguns crimes, que precisa passar pelo Parlamento equatoriano. A população votou em favor do aumento, mas não está especificado o quanto essas penas devem aumentar. "Se os parlamentares ampliarem pouco, isso não terá efeito algum", afirmou.

EDUCAÇÃO. O analista disse ainda que o sucesso do combate às organizações criminosas passa por outras medidas que não foram temas do referendo, como melhorias nas instituições de investigação e na prevenção ao crime.

"Hoje, essas instituições não são eficazes no Equador", afirmou Carrión. "As facções do crime organizado não são atacadas estruturalmente. Isso é fundamental, além de outras políticas públicas voltadas para os jovens, que não podem deixar de estudar. Caso contrário, não faremos muito progresso." ●

As 11 perguntas de Noboa

APROVADAS
- **Permitir que Exército ajude na luta contra o crime organizado** (73%)
- **Controle de armas pelo Exército nos presídios** (71%)
- **Aumento das penas para dez crimes, incluindo terrorismo e narcotráfico** (68%)
- **Fim da redução de pena para terrorismo** (68%)
- **Permitir extradição de equatorianos** (65%)
- **Que forças de segurança possam usar armas apreendidas** (65%)
- **Criminalizar posse de armas de uso exclusivo de militares e policiais** (65%)
- **Permitir que Estado se aproprie de bens de origem ilícita** (62%)
- **Criar juizados especiais em matéria constitucional** (60%)

REJEITADAS
- **Contrato de trabalho de prazo fixo e por horas** (69%)
- **Reconhecer arbitragem internacional para conflitos comerciais** (65%)

Vitória do líder equatoriano indica apoio parcial a plano de reeleição

O referendo de domingo foi visto por analistas como um teste político para o presidente do Equador, Daniel Noboa, que pretende se candidatar à reeleição em 2025. "A consulta tem de ser interpretada como uma campanha de publicidade que o governo precisa para legitimar suas ações", disse o analista Luis Carlos Córdova, em entrevista ao jornal *El País*.

Eleito no fim do ano passado, após a renúncia do então presidente Guillermo Lasso, Noboa cumpre um mandato curto, até fevereiro do ano que vem, quando tentará a reeleição. Uma corrente forte, no entanto, defende a tese de que a eleição de 2025 poderia ser a primeira de Noboa, o que lhe permitiria se candidatar novamente em 2029 – o que provavelmente deve render uma nova crise constitucional no futuro.

Segundo analistas e a imprensa equatoriana, uma vitória do "sim" em todas as perguntas o deixaria como favorito na disputa. O voto pelo "não" em duas questões, no entanto, envia o recado de que o presidente não tem carta-branca para fazer o que quiser.

DISPUTA. As duas perguntas em que o governo saiu derrotado estão ligadas a temas econômicos. Uma questionava os equatorianos se eles reconheciam a arbitragem internacional para resolver disputas de investimento, contratuais e comerciais. Outra era sobre a contratação de trabalho por hora. Uma questão que incomoda o governo é o comparecimento: quase 30% dos eleitores não foram votar, o que representa 10 pontos porcentuais a mais do que a média desse tipo de consulta.

A oposição percebeu a fragilidade de Noboa. Nas redes sociais, o ex-presidente Rafael Correa, líder do movimento Revolução Cidadã, afirmou que o resultado do referendo "colocou um freio" em Noboa. "É uma clara derrota de um candidato improvisado, de uma pessoa má", declarou Correa.

No entanto, mesmo que a pauta de combate ao crime possa ofuscar questões econômicas na próxima eleição, Noboa agora precisa mostrar aos cidadãos que as medidas de segurança pretendidas e aceitas pela sociedade serão eficazes.

"Tendo vencido as nove questões da esfera da segurança, se o governo não apresentar

Futuro político
Referendo sobre segurança dá a largada para a sucessão presidencial de 2025 no Equador

resultados ou não conseguir sintonizar a mensagem do cidadão, Noboa terá problemas, porque um voto de confiança lhe foi dado", afirmou o especialista Kleber Carrión. ● L.H.G.

NOTAS E INFORMAÇÕES

Freio ao isolacionismo

Câmara dos EUA aprova pacote financeiro contra ambições das potências autocráticas

Uma vitória da Rússia não será só uma derrota da Ucrânia, mas um passo para submeter o Direito Internacional à lei do mais forte. No sábado, a Câmara dos Deputados dos EUA deu um passo na direção oposta, ao aprovar um projeto de lei conferindo uma ajuda de US$ 61 bilhões a Kiev. Em três outros projetos foram aprovados auxílios a Israel e Taiwan, e a exigência de que mídias sociais sejam dirigidas por empresas não chinesas para operar nos EUA. Os projetos devem ser brevemente aprovados pelo Senado e sancionados pelo presidente Joe Biden.

O pacote ilustra o modo como os EUA, à frente de seus aliados no mundo que formam o chamado "Ocidente", entendem seu papel na nova ordem mundial. Foram seis meses de hesitações. Uma porção dos democratas votou contra a ajuda a Israel; 112 republicanos votaram contra a ajuda à Ucrânia. Mas, ao fim, o presidente da Câmara, o republicano Mike Johnson, articulou maiorias bipartidárias e todos os projetos foram aprovados com mais de 300 votos dos 435.

Há uma bancada republicana genuinamente isolacionista. No pior dos casos, alguns compraram a propaganda de Vladimir Putin: que a Ucrânia é governada por nazistas e a Rússia luta por valores judaico-cristãos contra o globalismo progressista. Para outros, o país simplesmente não deveria gastar um centavo com conflitos distantes.

A possibilidade de uma retração dos EUA é real, mas precisa ser relativizada. Mesmo entre os republicanos, ninguém defende a redução do orçamento militar. Até Donald Trump, visto como líder isolacionista, concedeu seu aval tácito ao pacote. Com efeito, a política de Trump, até onde se pode discernir de sua incoerência e seu estilo transacional, seria mais bem descrita como "unilateralista" do que "isolacionista". Foi ele, afinal, que autorizou o assassinato de um general iraniano e disparou mísseis na Síria. A propósito da Ucrânia, talvez tenha percebido que a confusão geopolítica iria parar na sua mesa em um segundo mandato. E há amplo consenso bipartidário a respeito da ameaça da China.

O desafio dos "adultos na sala" é convencer uma parcela da população que medidas como as aprovadas pela Câmara servem ao seu próprio interesse. Uma vitória de Putin seria um convite a novas aventuras imperialistas, incluindo uma agressão à Otan. A China se sentiria encorajada a invadir Taiwan. Israel e Arábia Saudita buscariam de forma desconcertada conter o Irã, e uma dissuasão volátil poderia degenerar rapidamente em confronto. Os aliados dos EUA perderiam a confiança, e tanto eles quanto seus adversários buscariam desenvolver arsenais nucleares.

Mesmo os americanos com uma visão mais materialista e economicista podem ser convencidos de que rupturas nas cadeias de produção e distribuição globais teriam um custo alto, e que dar de ombros para a realidade geopolítica hoje pode custar muito mais caro amanhã – como aconteceu na 2.ª Guerra.

É incerto se os isolacionistas americanos conseguirão mais votos para suas pautas. Por ora, ao menos, o país agiu em favor do Direito Internacional e de seu interesse nacional.●

Guerra em Gaza

Chefe de inteligência de Israel deixa cargo por falhas no ataque do Hamas

General Aharon Haliva é 1.ª figura de alto escalão a assumir a responsabilidade pelo atentado de 7 de outubro

TEL-AVIV

O chefe da inteligência militar de Israel renunciou ontem em razão das falhas de segurança nos ataques do Hamas, em 7 de outubro do ano passado. Ao pedir demissão, 128 dias após o atentado, o general Aharon Haliva citou sua "responsabilidade", tornando-se a primeira figura importante do alto escalão do governo israelense a deixar o posto.

Na carta de renúncia, Haliva afirma que carregará para "sempre a terrível dor da guerra". "A divisão de inteligência sob meu comando não esteve à altura da tarefa que nos foi confiada", afirmou Haliva. "Eu carrego aquele dia comigo desde então. Dia após dia, noite após noite. Carregarei para sempre a terrível dor da guerra". Ele ainda pediu "uma investigação exaustiva sobre os fatores e circunstâncias" que levaram ao ataque.

EFEITO DOMINÓ. A renúncia pode preparar o terreno para mais demissões de altos funcionários da segurança de Israel em razão do ataque do Hamas, quando terroristas explodiram as defesas da fronteira de Israel, atacaram comunidades por horas e mataram 1,2 mil pessoas, a maioria civis, enquanto tomavam aproximadamente 250 reféns. O atentado desencadeou a guerra contra em Gaza, que entra no sétimo mês.

Embora Haliva e outros tenham aceitado a culpa por não terem conseguido impedir o ataque, outros membros do governo evitaram entregar o cargo, mais notavelmente o primeiro-ministro, Binyamin Netanyahu. Ele disse que responderá a perguntas difíceis sobre o seu papel no atentado, mas não assumiu a responsabilidade de direta por permitir o desenrolar do ataque. Netanyahu também não deu sinais de que pretende renunciar, embora um crescente movimento de protestos em Israel reivindique a realização de eleições em breve.

O líder da oposição israelense, Yair Lapid, saudou a renúncia do general, dizendo que era "justificada e digna". "Seria apropriado que o primeiro-ministro fizesse o mesmo", escreveu ele no X, antigo Twitter.

FRAQUEZA. Alguns especialistas militares, no entanto, avaliaram que as demissões num momento em que Israel está envolvido em múltiplas frentes são irresponsáveis e podem ser interpretadas como um sinal de fraqueza.

Israel ainda luta contra o Hamas em Gaza e contra o Hezbollah na fronteira com o Líbano. As tensões com o Irã também estão em alta após a troca de fogo entre os dois inimigos.

De acordo com um comunicado dos militares de Israel, Haliva vai abandonar sua posição como chefe de inteligência e deixará o Exército após a nomeação de seu sucessor. Não está claro quando a indicação de um novo nome ocorrerá. ● AP e AFP.

DAN BALILTY/THE NEW YORK TIMES–14/3/2022

General Haliva: primeira baixa no governo após ataques do Hamas

EUA investigam israelenses por violação de direitos humanos

O secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, confirmou ontem que investiga violações de direitos humanos cometidas por Israel em Gaza. "Estamos analisando relatórios de incidentes e temos um processo, especialmente se houver armas americanas envolvidas", disse. "Quando tivermos reunido os fatos e pudermos fazer a análise, divulgaremos nossas conclusões." ● EFE

Responsabilidade
Muitos membros do governo de Israel ainda não admitiram erros que facilitaram ação do Hamas

Estados Unidos

Trump montou esquema criminoso, diz promotor

O primeiro julgamento de um ex-presidente dos EUA iniciou ontem sua fase de sustentação oral, quando promotores e advogados de defesa abriram a audiência no caso de fraude envolvendo Donald Trump. "Ele orquestrou um esquema criminoso", disse o promotor Matthew Colangelo. Especialistas estimam que o julgamento dure seis semanas. ●

YUKI IWAMURA/AP

A guerra de Putin

Polônia se oferece para abrigar armas nucleares

O presidente da Polônia, Andrzej Duda, afirmou ontem que o país está pronto para abrigar armas nucleares, caso a Otan decida reforçar sua posição depois de a Rússia ter posicionado ogivas em Kaliningrado e Belarus. O porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, ameaçou adotar "medidas de segurança" caso a Polônia receba armas atômicas dos EUA. ●

Vigilância sanitária

Dos 96 distritos de São Paulo, 94 têm epidemia de dengue

Só a incidência no Jardim Paulista e em Moema fica abaixo de 300 casos por 100 mil habitantes; capital não ampliará vacinação

VICTÓRIA RIBEIRO

Dos 96 distritos da cidade de São Paulo, somente dois não estão vivenciando uma epidemia de dengue, conforme o boletim epidemiológico de arboviroses divulgado ontem. A epidemia é definida pela ocorrência de uma taxa de incidência superior a 300 casos da doença por 100 mil habitantes.

Enquanto Jardim Paulista, na zona oeste da capital, e Moema, na sul, apresentam incidências de 252,6 e 258,4 casos por 100 mil habitantes, respectivamente, todas as outras 94 macrorregiões chamadas de distritos administrativos estão vivenciando uma epidemia. O maior índice foi registrado na Vila Jaguara, na zona oeste, com 9.651,1 casos a cada 100 mil pessoas.

Maior incidência
Jaguara tem 9,6 mil casos por 100 mil habitantes; capital responde por 1/4 dos relatos no Estado

De acordo com os dados do painel de arboviroses, coordenado pela Secretaria Estadual de Saúde (SES), são 207.459 casos de dengue na capital, o que representa 25,57% do total do Estado – que relatou 814.456 diagnósticos da doença até o momento.

MORTES. A cidade de São Paulo também já registrou 50 mortes em decorrência do vírus, sendo que outros 194 óbitos estão sob investigação. Na última quinta-feira, o Ministério da Saúde (MS) recomendou que Estados e municípios ampliassem o grupo-alvo para a vacina contra a dengue, caso tenham doses prestes a vencer em 30 de abril.

No entanto, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) declarou que não precisará ampliar a faixa etária da vacinação na cidade. Em nota ao **Estadão**, a gestão municipal de Saúde explicou que há uma quantidade limitada de doses próximas do vencimento e que espera administrá-las antes de 30 de abril. “Por esse motivo, a capital permanecerá com os mesmos grupos elegíveis para aplicação da vacina contra a dengue, que são crianças de 10 a 14 anos, residentes ou estudantes na cidade”, afirmou em nota.

ONDE ENCONTRAR? Para esse grupo, a vacina está disponível em 471 Unidades Básicas de Saúde (UBS), das 7h às 19h, de segunda a sexta-feira, e aos sábados, no mesmo horário, nas unidades AMAs/UBSs. A criança deve estar acompanhada por um responsável e apresentar documento de identidade, cartão de vacinação e comprovante escolar ou de residência.

Entretanto, não é recomendado que crianças entre 10 e 14 anos que estejam com dengue ou suspeita da doença recebam o imunizante. Nesses casos, a orientação do Ministério da Saúde é aguardar seis meses antes de receber a vacina. Além disso, de modo geral, pessoas que demonstraram hipersensibilidade à dose anterior e as consideradas imunossuprimidas também não devem ser vacinadas. ●

Dados apontam que só 22% do público-alvo se vacinou contra a gripe

Segundo dados do Ministério da Saúde, só 22% do público-alvo se vacinou contra gripe. Até ontem, 14,4 milhões de doses foram aplicadas para a população-alvo de 75,8 milhões. A campanha começou em 25 de março. Os Estados com menores porcentagens de vacinação são Distrito Federal (13,78%), Mato Grosso do Sul (14,18%), Mato Grosso (14,36%), Bahia (14,92%) e Rio (17,76%). ● AGÊNCIA BRASIL

Estradas

Associações se mobilizam para reabrir discussões sobre projeto da Nova Raposo

Plano em fase de desenvolvimento prevê túneis, viadutos e pistas marginais, além de outras intervenções e pedágio automático

JOSÉ MARIA TOMAZELA

Associações de moradores de São Paulo e de Cotia se mobilizaram contra o projeto Nova Raposo, do governo estadual, que prevê a concessão da Rodovia Raposo Tavares e mudanças no eixo entre a capital e a cidade da região metropolitana. Na semana passada, representantes de 77 entidades lançaram o manifesto "Nova Raposo, não!", em que pedem a reabertura das consultas públicas sobre o projeto. A pedidos, a deputada Marina Helou (Rede) protocolou representação no Ministério Público de São Paulo (MP-SP) pedindo a paralisação do projeto.

Mais estudos
Associações cobram estudos técnicos que comprovem o impacto das intervenções

O plano prevê instalar seis pórticos para cobrança automática de pedágio, incluindo o trecho urbano, que ganhará túneis, viadutos, pistas marginais e alargamento das pistas, além de outras intervenções. A futura concessionária deverá investir R$ 9 bilhões no sistema, que inclui outras estradas. A consulta pública para oferta de sugestões ao projeto já foi encerrada. A Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) afirma que o projeto está em fase de desenvolvimento e os estudos podem sofrer ajustes. Também reforça que serão observadas eventuais restrições legais, como zoneamento (*Mais informações na página A13*).

Anteontem, mais de 60 pessoas participaram de uma reunião online de emergência convocada por diversas entidades, entre elas a Rede Butantã e a Rede Ambiental Butantã, além de conselheiros do Cades Butantã e do Conselho Participativo Municipal, para discutir a proposta. "Soubemos do projeto pelo jornal, o que nos surpreendeu terrivelmente", disse o diretor de Relações Externas da Associação dos Moradores Amigos do Parque Previdência (Amapar), Sérgio Reze.

Segundo ele, o projeto afetará bairros residenciais e arborizados, como o Jardim Previdência e outras partes do Butantã, "e mostra mentalidade atrasada, rodoviarista, nada sustentável". Ao **Estadão**, Reze afirma que a intenção é judicializar o caso para que o projeto seja suspenso e tenha reinício a discussão com as comunidades envolvidas. De acordo com ele, o projeto foi feito "a toque de caixa", sem respeitar as diretrizes do Estatuto da Cidade, que determina dar pleno acesso à sociedade civil.

Para o integrante do Conselho Participativo Municipal Ernesto Maeda, "trata-se de um absurdo um projeto de tamanha dimensão, inclusive com previsão de pedágio dentro de área urbana, não inclua a participação da população". Martha Pimenta, da Rede Butantã, movimento que atua na região há mais de 20 anos, diz que os mecanismos de consulta são de difícil acesso.

ALTERNATIVAS. Ex-engenheiro de transporte por mais de sete anos na Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) da capital, Wladimir Bordoni diz que um dos maiores equívocos do projeto é estimular ainda mais o uso da Raposo Tavares para ligar áreas centrais da cidade, piorando locais já congestionados como Avenida Pedroso de Moraes, Ponte Eusébio Matoso e Marginal. "Além de um transporte público de massa, o certo seria investir na segurança e fluidez do Rodoanel, justamente para descongestionar os bairros", avalia ele, que reside na City Butantã.

Para Bordini, o poojeto desconsidera o uso da Avenida Escola Politécnica como alternativa da Raposo para ir ao centro de São Paulo. "Ela corta caminho para chegar à região da USP, mas tem muito semáforo. Com investimento menor em passagens de nível e, se acharem necessário, de uma ponte sobre o Rio Pinheiros para atravessar para o outro lado, seria uma alternativa sem grandes desapropriações e menor impacto ambiental", sugere.

José Jacinto, da Rede Ambiental Butantã, cobra estudos técnicos, de impacto ambiental, vizinhança, mobilidade e estudos sociais sobre a população instalada no local. A presidente do Movimento de Moradia da Raposo Tavares, Diva Nunes, diz que o impacto financeiro chegará ao bolso do trabalhador pelo pedágio ou pela tarifa de ônibus. "A população mais pobre será mais atingida. Por que não temos faixa exclusiva de ônibus e moto como a Francisco Morato?"

MUDANÇAS

Associações de moradores estão se mobilizando contra o projeto Nova Raposo, do governo estadual, que prevê a concessão da Rodovia Raposo Tavares e mudanças no eixo entre a capital e Cotia, na região metropolitana

Intervenções na região oeste da capital

1. VIAS MARGINAIS CONTÍNUAS – ORGANIZAÇÃO DE ACESSOS, PONTOS DE ÔNIBUS E SEGREGAÇÃO DO TRÁFEGO LOCAL
2. TÚNEL NA AV. BENJAMIN MANSUR – ELIMINAÇÃO DE SEMÁFORO
3. NOVA ALÇA NA AV. ESCOLA POLITÉCNICA
4. FAIXA ADICIONAL INICIANDO NO KM 15,27 – 4 FAIXAS POR SENTIDO
5. QUATRO PASSARELAS RECONSTRUÍDAS

IMPACTOS APONTADOS POR MORADORES

1. RUA HUGO CAROTINI, QUE MARGEIA A RAPOSO: SUPRESSÃO DO CANTEIRO CENTRAL TOTALMENTE ARBORIZADO E DESAPROPRIAÇÃO DOS IMÓVEIS
2. PARTE DA ÁREA DO PARQUE PREVIDÊNCIA (LADO DIREITO), UMA ZEPAM - ZONA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL, ABRIGO DE ESPÉCIES EM RISCO DE EXTINÇÃO - E TODA A VEGETAÇÃO AO LADO ESQUERDO SERÃO SUPRIMIDAS PARA DAR LUGAR A PISTAS PARA AUTOMÓVEIS
3. RUA SÍLVIA CELESTE DE CAMPOS E LATERAL OPOSTA NA RAPOSO: VEGETAÇÃO SUPRIMIDA E IMÓVEIS DESAPROPRIADOS
4. AVENIDA ANTÔNIO BATUIRA, ENTORNO DO CLUBE ALTO DOS PINHEIROS: VEGETAÇÃO E IMÓVEIS NO ENTORNO IMPACTADOS POR VIADUTO

Intervenções em Cotia

1. CONSTRUÇÃO DE VIAS MARGINAIS CONTÍNUAS ATÉ O KM 34
2. CONSTRUÇÃO DE ALÇAS DE ACESSO À AV. SÃO CAMILO NO KM 22 E KM 23,5 DA RAPOSO
3. INSTALAÇÃO DE PÓRTICOS DE PEDÁGIO AUTOMÁTICO NO KM 24,7, KM 29 E KM 39,1

IMPACTOS APONTADOS POR MORADORES

1. AS ALÇAS PARA A AV. SÃO CAMILO, SE NÃO REPOSICIONADAS PARA O KM 22,2 E O KM 23,96, VÃO PIORAR O ACESSO AO CONDOMÍNIOS E EMPREENDIMENTOS LINDEIROS
2. PROJETO NÃO PREVÊ OBRA NECESSÁRIA: AGULHA DE ACESSO DA PISTA EXPRESSA PARA A MARGINAL DA RAPOSO NO KM 23,2
3. NÃO FORAM PREVISTAS FAIXAS EXCLUSIVAS DE ÔNIBUS, CICLOVIA E ARBORIZAÇÃO AO LONGO DA RODOVIA, NECESSÁRIAS PARA TORNAR O SISTEMA SUSTENTÁVEL

INFOGRÁFICO: ESTADÃO

CONSELHO. O Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU) divulgou nota de repúdio assinada por seis conselheiros regionais, alegando que a consulta pública sobre o projeto teve "pífia divulgação" e não realizou audiências para dar conhecimento à população. Os conselheiros pedem que o processo seja reiniciado. "É preciso o cumprimento integral das diretrizes legais que norteiam os processos participativos e o direito democrático de controle social", diz Angela Baeder, do Conselho de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz (Cades) Butantã.

Saiba mais

● O que mais se prevê
Duplicar 36,16 km de rodovias e implementar 36,65 km de faixas adicionais.

ÁRVORES E CLUBE. Marion Altenberg, ex-presidente e integrante da Sociedade Moradores do Butantã/Cidade Universitária, diz que, além de transferir o gargalo da Raposo para o Alto de Pinheiros, haverá também impacto paisagístico. "Na Avenida Valentim Gentil, que vão mexer, tem um canteiro largo com mais de uma centena de belas árvores. Moro há 45 anos no bairro e, quando cheguei, elas já estavam lá. O que farão com as árvores no caminho deles?"

Paulo Ribeiro observa que o projeto prevê uma ponte sobre o Rio Pinheiros ligando o Butantã à Avenida Antonio Batuira, que liga a Marginal à Praça Pan-americana. "Quem teve essa ideia com certeza não conhece o bairro, estritamente residencial e, apesar disso, com ruas já congestionadas."

Direção surpreendida
'Se for bom, vamos apoiar. O que pedimos é prazo para analisar', diz conselheiro do Clube Alto dos Pinheiros

O maior absurdo, diz, é que uma alça de acesso da nova ponte passaria sobre o Clube Alto dos Pinheiros.

Fábio Candalaft, do Conselho Deliberativo do Clube Alto dos Pinheiros, afirma que a direção do clube foi surpreendida pelo projeto da Nova Raposo. "Nós não temos detalhe nenhum do projeto e o impacto nos preocupa", diz. "Não sabemos se o projeto é bom ou ruim. E, se for bom, vamos apoiar. O que pedimos é mais prazo para analisar os objetivos e as justificativas das intervenções e avaliar se são mesmo necessárias."

Para o professor aposentado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Francisco Segnini Junior, o projeto afeta bairros que já têm poucas áreas verdes e vai contra o desenvolvimento sustentável. "Por que não investir no projeto de metrô e trem e dar acesso a muito mais pessoas?"

GRANJA VIANA. Ambientalistas e associações da Granja Viana, em Cotia, também se mobilizam. "Aqui vamos ter impacto grande, mas as soluções para os problemas atuais não foram apresentadas", diz Renato Rouxinol, da Associação Amigos da Granja Viana, que também prevê acionar o Ministério Público. ●

Estradas

Governo fala em plano preliminar, o que permite ajustes

De acordo com a agência estadual, soluções visam a reduzir trânsito e todas as restrições serão respeitadas

A Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), órgão do governo estadual, disse, em nota, que o projeto da Nova Raposo está em estágio de desenvolvimento e os estudos e documentos compartilhados na consulta pública são preliminares e poderão sofrer ajustes até a publicação definitiva do edital.

"Em relação à alça de acesso entre a Avenida Valentim Gentil, no Butantã, e a região do Alto de Pinheiros, o projeto atual não prevê a necessidade de desapropriação do Clube Alto dos Pinheiros e será utilizada a saída existente pela Praça Silveira Santos", detalhou.

Sobre a Avenida Escola Politécnica, a Artesp diz que a via recebe cerca de 30% do tráfego da Raposo destinado ou originado em São Paulo. "Por ser opção para os usuários que trafegam para a zona norte, foi prevista nova alça que liga a avenida à Raposo Tavares. Já as alterações propostas para a região do Butantã visam a reduzir os pontos de lentidão e congestionamento nos horários de pico e reduzir o número de acidentes na Nova Raposo."

Nova licitação

Projeto prevê investimento de R$ 9,07 bilhões e, segundo governador, vai 'fazer a diferença'

Conforme a agência, todas as autorizações necessárias à publicação do edital serão obtidas, conforme previsto na legislação. "No que diz respeito à Lei de Zoneamento, é preciso esclarecer que os projetos de engenharia apresentados nas audiências públicas são estudos preliminares e o desenvolvimento definitivo será realizado pela futura concessionária, que em seu projeto deverá observar todas as restrições e demais disposições da lei de zoneamento urbano aplicáveis", afirmou.

AUDIÊNCIAS. O governo do Estado realizou duas audiências públicas sobre a proposta. A primeira, em formato híbrido (presencial e online), foi no dia 28 de março, no auditório do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), na capital. A outra, dia 3 de abril, foi na Câmara de Vargem Grande Paulista.

Há uma semana, a Câmara Municipal de Cotia aprovou requerimento dirigido ao governo de São Paulo pedindo a realização de audiência pública na cidade para discutir o projeto Nova Raposo.

Na semana passada, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) observou que queixas são normais no processo de concessão, já que nenhum projeto "sai como se pensou", mas a população sempre é ouvida. "É aquele negócio: quando você faz, quando você está querendo fazer, tem a reação. Quando o investimento começa a se materializar, o pessoal diz: 'Puxa, isso vai fazer diferença'", relataram órgãos de imprensa locais, como o *Cotia&Cia*.

O projeto da Nova Raposo prevê investimentos de R$ 9,07 bilhões e faz parte dos 1,8 mil quilômetros de rodovias qualificados no programa de parcerias e que passarão por novas licitações. ●

São João da Boa Vista (SP)

Avião experimental faz pouso em rodovia

Um avião de pequeno porte experimental realizou um pouso forçado na tarde de anteontem na Rodovia Governador Doutor Ademar Pereira de Barros (SP 342), em São João da Boa Vista, cidade a 245 km ao norte da capital paulista, perto da divisa com Minas Gerais, de acordo com a Força Aérea Brasileira (FAB). Não há registro de feridos. ●

REPRODUCAO/REDES SOCIAIS

Latrocínio

Mulher é 2ª pessoa presa por morte de médico

Uma mulher de 30 anos foi presa suspeita de participar do latrocínio contra um médico de 48 anos, cujo corpo foi encontrado amarrado em casa, em São Bernardo do Campo. Presa na noite de domingo, a mulher é a 2.ª pessoa detida no caso. Um homem já havia sido preso na sexta, dia em que ocorreu o crime. Um 3.º suspeito é procurado. ●

PREVISÃO DO TEMPO

Para São Paulo - Capital

Baseada na geocoordenada da Praça da Bandeira | Última Atualização: 22/04

HOJE: MANHÃ 0% 22° | HOJE: TARDE 0% 30° | HOJE: NOITE 0% 23°

VOLUME DE CHUVA 0MM | UMIDADE RELATIVA 40 a 80%

AMANHÃ 20°/30° | QUINTA 20°/26° | SEXTA 19°/26° | SÁBADO 20°/32°

SOL — NASCENTE: 6h22 POENTE: 17h46

LUA: **CHEIA**

CHEIA	23/04	20h48
MINGUANTE	01/05	08h27
NOVA	08/05	00h21
CRESCENTE	15/04	16h13

Regiões do Estado de SP

Chance de Chuva | Volume de Chuva | Temperaturas (min./máx.)

TEMPOnaCidade.com.br
TECNOLOGIA SUÍÇA high precision weather

Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
ARACAJÚ	70%	18mm	25°C/30°C
BELÉM	75%	30mm	25°C/32°C
BELO HORIZONTE	10%	0mm	19°C/28°C
BOA VISTA	45%	2mm	25°C/32°C
BRASÍLIA	10%	0mm	18°C/28°C
CAMPO GRANDE	0%	0mm	22°C/32°C
CUIABÁ	5%	0mm	25°C/34°C
CURITIBA	20%	0mm	16°C/27°C
FLORIANÓPOLIS	35%	2mm	22°C/29°C
FORTALEZA	55%	8mm	25°C/31°C
GOIÂNIA	5%	0mm	20°C/31°C
JOÃO PESSOA	40%	4mm	24°C/31°C
MACAPÁ	70%	16mm	25°C/32°C
MACEIÓ	50%	2mm	25°C/30°C
MANAUS	80%	20mm	26°C/29°C
NATAL	60%	14mm	26°C/30°C
PALMAS	45%	2mm	21°C/31°C
PORTO ALEGRE	70%	4mm	19°C/26°C
PORTO VELHO	70%	6mm	25°C/31°C
RECIFE	40%	1mm	25°C/30°C
RIO BRANCO	100%	7mm	24°C/30°C
RIO DE JANEIRO	0%	0mm	22°C/28°C
SALVADOR	90%	23mm	25°C/28°C
SÃO LUÍS	70%	9mm	24°C/30°C
TERESINA	90%	23mm	24°C/31°C
VITÓRIA	45%	2mm	24°C/28°C

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0h	24°C/31°C
ATENAS	+6h	17°C/22°C
BARCELONA	+5h	9°C/15°C
BERLIM	+5h	2°C/11°C
BRUXELAS	+5h	0°C/10°C
BUENOS AIRES	0h	15°C/19°C
CARACAS	-1h	21°C/30°C
CIDADE DO MÉXICO	-3h	15°C/25°C
ESTOCOLMO	+5h	-1°C/6°C
GENEBRA	+5h	2°C/9°C
JOANESBURGO	+5h	17°C/29°C
LIMA	-2h	20°C/24°C
LISBOA	+4h	13°C/24°C
LONDRES	+4h	6°C/10°C
LOS ANGELES	-4h	11°C/15°C
MADRID	+5h	5°C/16°C
MIAMI	-1h	23°C/24°C
MONTEVIDÉU	0h	17°C/19°C
MOSCOU	+6h	6°C/13°C
NOVA YORK	-1h	8°C/15°C
PARIS	+5h	4°C/12°C
ROMA	+5h	11°C/15°C
SANTIAGO	0h	9°C/21°C
SYDNEY	+14h	16°C/24°C
TEL-AVIV	+6h	16°C/32°C
TÓQUIO	+12h	15°C/19°C
TORONTO	-1h	6°C/12°C
WASHINGTON	-1h	9°C/22°C

Mudança climática

Aquecimento da Europa está duas vezes mais rápido que média global

Relatório conjunto de organização mundial e do Copernicus alerta sobre danos à saúde, à economia e às geleiras do continente

A Europa é o continente de aquecimento mais acelerado, com temperaturas que crescem com quase o dobro da velocidade da média global, informaram ontem duas das principais entidades de monitoramento climático, a Organização Meteorológica Mundial, das Nações Unidas, e o Copernicus, da União Europeia. Ambas alertaram sobre as consequências à saúde humana e à atividade econômica, além do derretimento de geleiras.

Relatório conjunto das duas entidades aponta que a Europa tem a oportunidade de criar estratégias específicas para acelerar a transição para recursos renováveis, como energia eólica, solar e hidrelétrica, em resposta aos efeitos da mudança climática. No ano passado, a Europa gerou 43% de sua eletricidade a partir de recursos renováveis, em comparação com 36% do ano anterior, dizem as agências em seu relatório anual do Estado do Clima na Europa. Pelo 2.º ano consecutivo, o continente gerou mais energia a partir de fontes renováveis, no lugar de combustíveis fósseis.

As médias dos últimos cinco anos revelam que as temperaturas atuais na Europa estão 2,3 graus acima dos níveis pré-industriais, em comparação com o aumento global de 1,3°C, segundo o estudo. A meta estabelecida no Acordo de Paris de 2015 limita o aquecimento global a 1,5°C. "A Europa registrou mais um ano de aumento nas temperaturas e de intensificação de eventos climáticos extremos, incluindo estresse térmico com temperaturas recordes, incêndios florestais, ondas de calor, perda de gelo nas geleiras e falta de neve", indicou Elisabeth Hamdouch, subdiretora de unidade do Copernicus na comissão executiva da UE.

Exceções no continente
Países na região da Escandinávia continuam com temperaturas abaixo da média

O derretimento de gelo no continente inclui os Alpes, que nos últimos dois anos perderam cerca de 10% de seu gelo restante.

'ALERTA VERMELHO'. O relatório é um complemento continental ao relatório da Organização Meteorológica Mundial sobre o estado do clima global, publicado anualmente há 30 anos. A versão 2024 incluiu um "alerta vermelho" de que o mundo não tem feito o suficiente contra as consequências do aquecimento global.

O Copernicus informou que março foi o 10.º mês consecutivo com recorde mensal de altas temperaturas. O relatório deste ano foca no impacto do excesso de calor na saúde humana, destacando a alta de mortes ligadas ao calor na Europa. Em 2023, a estimativa é de mais de 150 óbitos ligados a tempestades, cheias e incêndios florestais. Já as perdas econômicas relacionadas ao clima em 2023 custaram cerca de 13,4 milhões de euros (R$ 74,5 bilhões). "É improvável que esses números diminuam, pelo menos no futuro próximo", disse o diretor do Copernicus, Carlo Buontempo. Mas autores do estudo destacam algumas exceções, como temperaturas que seguem abaixo da média na Escandinávia e na Islândia. ● ASSOCIATED PRESS

SÃO PAULO RECLAMA

Mosquitos e chafariz do Túnel da Av. 9 de Julho

Reclamação de Maria Helena Untura Caetano: "O chafariz do Túnel da Avenida 9 de Julho está muito sujo e pode virar um criadouro de mosquitos. Favor pedir às autoridades que tomem as providências cabíveis para a nossa proteção e saúde."

Resposta: "A Secretaria Municipal da Saúde (SMS), por meio da Coordenadoria de Vigilância em Saúde (Covisa), informa que os chafarizes da Avenida 9 de Julho são monitorados pela Unidade de Vigilância em Saúde (Uvis) Sé periodicamente com aplicação de larvicida. A equipe retornará ao local ainda esta semana para nova aplicação. A Subprefeitura da Sé realiza estudo para contratação de manutenção e conservação de todos os chafarizes e fontes dentro de seu território. É realizado um cronograma de limpeza diária e lavagem em datas específicas dos monumentos públicos. A limpeza do chafariz do Túnel da Avenida 9 de julho faz parte deste cronograma. A SMS intensificou as ações de combate ao mosquito da dengue, de domingo a domingo, e aumentou em seis vezes o número de agentes nas ruas (12 mil)." ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

Caso curioso

Compareceram recentemente perante o tribunal correcional de Pariz, um inglez, um americano e um hespanhol, accusados de exercer illegalmente a medicina. Iniciado o interrogatorio, verificou-se que nenhum delles entendia patavina de francez. - Oh! Exclamou o magistrado, estes homens que não falam a nossa língua, como podem tratar seus doentes? Ao que accudiu o advogado dos delinquentes. - Os veterinarios tratam perfeitamente os animaes, sem lhes fazer perguntas nem lhes exigir esclarecimentos. Ora, nada pode depor contra o meu constituinte... Mas, não consta se o juiz julgou ou não procedente a alegação.

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

João Domingues Neves – Dia 22, aos 89 anos. Filho de Lydio Domingues Neves e Carolina Ferreira das Neves. Era viúvo de Maria de Lourdes Cusinato Neves. Deixa os filhos Luiz Alberto, Francisca Claudia, João César, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério Municipal de Viradouro.

Luiz Carlos Frei – Dia 20, aos 84 anos. Filho de Octacilio de Siqueira Frei e Elvira Gobato Frei. Era casado com Dilma Bertachini Frei. Deixa os filhos Luiz Eduardo, Maria Cristina, Maria Carolina, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério da Paz.

MISSAS

Maria Therezinha Furquim de Campos Monteiro – Hoje, às 18 horas, na Paróquia N. S. Mãe da Igreja, na Al. Franca, 889, Jardim Paulista (7º dia).

Fátima do Céu Rainha – Hoje, às 19 horas, na Paróquia Santo Ivo, no Largo da Batalha, 189, Jardim Lusitânia (7º dia).

José Olivi – Dia 26, às 18h30, na Paróquia de Santa Generosa, na Avenida Bernardino de Campos, 360, Paraíso (22 anos).

Site das concessionárias
Consolare:
https://consolare.com.br
Cortel SP:
https://www.cortelsp.com.br
Grupo Maya:
https://grupomaya.com.br/
Velar:
https://velarspfuneraria.com.br/

NA WEB
O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário neste link **https://www.prefeitura.sp.gov.br**

Copa Sul-Americana

Corinthians tenta resolver problema do ataque na Argentina

Time visita o Argentinos Juniors hoje e quer acabar com jejum de gols que já dura três jogos

BRUNO ACCORSI

Sem fazer gol há três jogos, o Corinthians está com dificuldade em encontrar soluções para o seu ataque. Depois da derrota para o Red Bull Bragantino, no sábado, não houve muito tempo para António Oliveira trabalhar. O time treinou no domingo e ontem, antes de embarcar para Buenos Aires. Hoje, encara o Argentinos Juniors às 21h30, no Diego Armando Maradona, pela terceira rodada do Grupo F da Copa Sul-Americana.

Os corintianos estão em primeiro lugar, com os mesmos quatro pontos que o vice-líder Racing, do Uruguai, mas em vantagem no saldo de gols – ironia para o time que parou de marcar. Os argentinos são terceiros, com três pontos.

Fora as dificuldades em campo, o duelo pelo torneio sul-americano traz à tona os problemas financeiros do clube, que deve R$ 17 milhões ao Argentinos Juniors pela contratação de Fausto Vera. A diretoria argentina acionou a Fifa para resolver a situação, mas o desfecho final, segundo o Corinthians, só deve vir em junho.

Vera, aliás, deve ser titular, como foi contra o Bragantino. António Oliveira chegou a testar uma formação com Raniele como único volante contra o Juventude, mas não funcionou e o jogo terminou em derrota por 2 a 0 em Caxias do Sul.

No sábado, o treinador fez outros testes. Manteve Rodrigo Garro e Igor Coronado como dupla no meio de campo, mas devolveu Vera ao time.

COPA SUL-AMERICANA

ARGENTINOS JRS.

CORINTHIANS

ARGENTINOS JUNIORS: Rodríguez; Kevin Coronel, Galván, Palacio e Vega; Lescano, Moyano e Oroz; Herrera, Gondou e Maximiliano Romero. **Técnico:** Pablo Gude.
CORINTHIANS: Cássio, Fagner, Félix Torres, Raul Gustavo e Hugo; Raniele, Fausto Vera, Rodrigo Garro e Igor Coronado (Wesley); Romero e Yuri Alberto.
Técnico: António Oliveira.
Árbitro: Piero Maza (CHI).
Horário: 21h30.
Local: Estádio Diego Armando Maradona, em Buenos Aires (ARG).

Além disso, trocou o ataque. Yuri Alberto, Romero e Wesley sentaram no banco para Pedro Raul e Pedro Henrique jogarem.

O novo experimento também não funcionou, tanto que, ao longo do segundo tempo, o trio que havia sido sacado acabou entrando. "Nos últimos 30 metros, temos que ter mais refino naquilo que são nossas ações. Precisamos fazer um bom cruzamento, um bom passe e um bom arremate", disse Oliveira sobre a má fase ofensiva.

ADVERSÁRIO PERIGOSO. O Argentinos Juniors deu trabalho ao Corinthians em 2023. Foram dois jogos pela Libertadores, com um 0 a 0 em Buenos Aires e derrota alvinegra por 1 a 0 em São Paulo. No final de semana, o time no venceu nos pênaltis o Defensa y Justicia para avançar às quartas de final da Copa da Liga Argentina, após empate por 1 a 1.

Na Sul-Americana, contudo, precisa se recuperar após perder por 3 a 0 para o Racing do Uruguai. ●

São Paulo

Zubeldía promete brigar por taças e diz ter várias opções táticas para a equipe

RUBENS CHIRI / SAOPAULO FC

O argentino Luis Zubeldía foi apresentado ontem como técnico do São Paulo e afirmou que a equipe vai brigar por títulos. "Os objetivos são os mais altos possíveis. Claro que tem um trabalho, um processo. Quero contar com os jogadores em seu melhor nível." Sobre a maneira de jogar, disse ter várias opções: "Tenho atletas para jogar com dois atacantes, com dois extremos, centrais em que posso contar com uma linha de dois ou de três homens na defesa". ●

Palmeiras

Clube pede desculpas ao Flamengo por cusparada em Tite e vai atrás do agressor

O diretor de futebol do Palmeiras, Anderson Barros, entrou em contato com a diretoria do Flamengo para pedir desculpas pela cusparada de um torcedor no técnico Tite, domingo, no Allianz Parque. O clube trabalha para identificar o torcedor, a fim de não ser punido pelo STJD. Caso o agressor não seja identificado, o Palmeiras corre o risco de sofrer multa (R$ 100 mil) e ainda perder mando de campo. ●

Santos

Rodrigo Ferreira quer aproveitar salto na carreira e levar o time de volta à Série A

O lateral-direito Rodrigo Ferreira, que reestreou no Santos sábado, na vitória por 2 a 0 sobre o Paysandu – atuou improvisado na lateral-esquerda –, define sua volta ao clube como um salto na carreira. Ele passou pela Vila Belmiro em 2015, para um período de avaliação, e diz não ter ficado porque recebeu proposta de outro clube. Agora, aos 29 anos, diz querer contribuir para levar o time de volta à Série A. Ele tem contrato de dois anos. ●

Campeonato Italiano

Internazionale conquista o 20º título nacional ao vencer o arquirrival Milan

A festa da Internazionale de Milão foi completa ontem. Garantiu o título italiano, o 20.º scudetto de sua história, com antecipação de cinco rodadas, com uma vitória por 2 a 1 no estádio de San Siro sobre o Milan, que foi o mandante do jogo. Os gols foram de Acerbi e Thuram – Tomori descontou. É a primeira vez que o dérbi decide diretamente o campeonato. ●

Manipulação de resultados

Textor entrega relatório e CPI aponta indícios

O dono da SAF do Botafogo, John Textor, participou ontem de audiência na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado Federal que apura a manipulação de resultados e as apostas esportivas e reafirmou as acusações de fraudes. Ele apresentou os relatórios que trariam provas de interferências indevidas e fraudulentas aos senadores, em sessão secreta realizada após a audiência aberta. O empresário sustenta que os problemas ocorreram em jogos das edições de 2022 e 2023 do Brasileirão, que tiveram o Palmeiras como campeão.

"Não queremos falar em provas, mas são indícios importantíssimos", disse o senador Jorge Kajuru (PSB-GO), presidente da CPI, após a reunião privada, na qual foram apresentados nomes de jogadores e árbitros que estariam envolvidos em manipulação. "Apresentou com detalhes e riqueza, mas consideramos indícios."

Textor citou algumas vezes a presidente do Palmeiras, Leila Pereira, mas reafirmou que não acusou o clube alviverde ou qualquer outra agremiação de participação nas manipulações esportivas. "Por sorte não falo português para entender o que ela disse sobre mim. Outros presidentes tiveram diferentes reações. Ela tomou a decisão de me atacar e me difamar. Tratei com calma do assunto, mas ela preferiu outra abordagem".

MOVIMENTOS ANORMAIS. O dono da SAF do Botafogo afirmou que os relatórios produzidos pela empresa Good Game! não apontam o porquê de as manipulações terem ocorrido, apenas destaca que elas aconteceram durante o jogo a partir da identificação de "movimentos anormais" de atletas e árbitros. ●

O MELHOR DA TV

FUTEBOL

● **Campeonato Inglês**
Arsenal x Chelsea
16h / ESPN e Star+

● **Copa Libertadores**
Estudiantes x Grêmio
19h / ESPN e Star+
Atlético-MG x Peñarol
21h / Paramount

● **Copa Sul-Americana**
Unión La Calera x Cruzeiro
19h / Paramount
Argentinos Jrs x Corinthians
21h30 / SBT, ESPN e Star+

BASQUETE

● **NBA**
Mavericks x Clippers
23h / ESPN 2 e Star+

Nova espécie

Dinossauro que viveu na Bahia leva o nome de Tieta

Primeiros ossos achados na América do Sul estavam guardados no Reino Unido

ROBERTA JANSEN

Entre 1859 e 1906, naturalistas britânicos desenterraram na região da Bacia do Recôncavo, na Bahia, os primeiros ossos de dinossauros já encontrados na América do Sul. Os fósseis foram levados para o Reino Unido e acabaram esquecidos na reserva técnica do Museu de História Natural de Londres. Até agora.

Na pandemia
Trancada em casa, pesquisadora recuperou fotos e percebeu valor histórico do conjunto

Fazendo doutorado em Londres e pesquisando no museu, a paleontóloga Kamila Bandeira, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), se deparou com os fósseis e começou a analisá-los, mas acabou deixando o material de lado para se dedicar ao tema do doutorado.

"Em 2020, com a pandemia, trancada em casa, recuperei as fotos que tinha feito e comecei a analisá-las", contou a paleontóloga. "Percebi que além da importância histórica, de ter sido o primeiro achado da América Latina, se tratava de uma nova espécie de dinossauro."

Trabalhando com a pesquisadora Valéria Gallo, também da UERJ, Kamila batizou a nova espécie de *Tietassaura derbyiana*, em homenagem à personagem Tieta do Agreste, do livro homônimo de Jorge Amado, e ao geólogo e naturalista Orville Adalbert Derby, fundador do Serviço Geológico e Mineralógico, um dos pioneiros da Paleontologia brasileira. Além de ser responsável pela organização desse trabalho no País, escreveu 174 memórias sobre Geologia e Geografia brasileiras.

DETALHES. Essa nova espécie que viveu no Recôncavo Baiano é a primeira achada no País pertencente ao grupo dos ornitísquios, uma ordem de dinossauros herbívoros caracterizados pelo focinho em forma de bico e por uma estrutura de pélvis que se assemelha à das aves. Os integrantes mais famosos desse grupo são os triceratopes e os estegossauros.

Tieta, para os íntimos, tinha de 2 a 3 metros de comprimento, o tamanho de um carro de porte médio mais ou menos. Não se sabe de fato se o espécime encontrado era do sexo feminino, mas as duas pesquisadoras resolveram desafiar a regra não escrita de que todo fóssil deve ser masculino.

THALES NASCIMENTO
As pesquisadoras resolveram inovar e propor um fóssil feminino

"Os achados descritos nesta pesquisa representam não apenas uma das faunas de dinossauros mais diversas deste intervalo de tempo, mas também uma descoberta histórica importante", ressalta Kamila. "As ocorrências de dinossauros em depósito Pré-Barremiano, ou seja, de cerca de 130 milhões de anos atrás, são raras, mundialmente falando, e consideradas produto de uma escassez global de depósitos desse período."

PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA. Os resultados foram publicados neste mês de abril no periódico científico *Historical Biology*, fornecendo novas perspectivas sobre a evolução e diversificação dos dinossauros, além de destacar a necessidade de preservar coleções históricas para o avanço da ciência. ●

ECONOMIA & NEGÓCIOS

TERÇA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 2024 O ESTADO DE S. PAULO

DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B16)

Política pública Para tentar turbinar o PIB

Governo planeja injetar R$ 7,5 bi na economia com pacote de microcrédito

Medida provisória com foco em pequenos negócios e microempreendedores prevê novas linhas de financiamento com a garantia do Tesouro e renegociação de débitos

BIANCA LIMA
BRASÍLIA

Em meio à queda de popularidade e às vésperas das eleições municipais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou ontem um pacote de crédito com foco nos pequenos negócios e nos microempreendedores individuais (MEIs), sobretudo os que estão nas camadas mais pobres. As medidas envolvem liberação de novos recursos, renegociação de débitos e até incentivos na área imobiliária. A informação foi antecipada pelo **Estadão** em março.

O governo conta com a injeção de novos recursos para turbinar o Produto Interno Bruto (PIB) no ano, mas os analistas viram efeito limitado nas medidas (*mais informações na pág. B2*).

> ***"As pessoas que têm muito dinheiro, se demorar um ou dois meses, aguentam. Mas quem precisa de R$ 1 mil ou R$ 2 mil, é muito difícil. Não tem banco para a gente entrar"***
> **Luiz Inácio Lula da Silva**
> **Presidente da República**

O programa, batizado de Acredita, está previsto para começar em julho, mas algumas iniciativas, como a renegociação de dívidas, terão início imediato. Uma das principais vertentes será o estímulo ao microcrédito, focado nos inscritos do Cadastro Único (CadÚnico) – a base de dados dos programas sociais do governo federal, como o Bolsa Família.

O governo prevê realizar 1,25 milhão de transações de microcrédito até 2026, último ano do mandato presidencial. Cada operação é avaliada em torno de R$ 6 mil, o que injetaria mais de R$ 7,5 bilhões na economia nesse período, segundo projeções do Ministério da Fazenda.

Atualmente, 43 milhões de famílias (aproximadamente 96 milhões de pessoas) estão registradas no CadÚnico, das quais 54% vivem com renda per capita de até R$ 109 mensais.

A iniciativa contará com garantia do Tesouro Nacional, ou seja, dinheiro público, em caso de inadimplência. Isso se dará por meio do Fundo Garantidor de Operações (FGO), operado pelo Banco do Brasil, que terá um novo braço específico para isso: o FGO Acredita no Primeiro Passo.

Para 2024, está prevista a aplicação de até R$ 500 milhões, fruto de um remanejamento do FGO-Desenrola Brasil (fundo usado para o programa de renegociação de dívidas de pessoas físicas). Pelo menos metade das concessões deve ser destinada a mulheres.

"As pessoas que têm muito dinheiro, se demorar um ou dois meses, aguentam. Mas quem precisa de R$ 1 mil ou R$ 2 mil, é muito difícil. Não tem banco para a gente entrar. Banco não foi preparado para receber pobre, as pessoas que não chegam de terno e gravata. O que estamos fazendo é que, independentemente da origem social, as pessoas tenham acesso ao sistema financeiro", afirmou Lula.

REVISÃO DE DÉBITOS. Um outro eixo do programa prevê a renegociação de dívidas de MEIs, micro e pequenas empresas e de débitos relativos ao Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), criado durante a pandemia.

Batizado de Desenrola Pequenos Negócios, o programa concede um benefício regulatório aos bancos para estimular a renegociação, nos moldes do que já foi feito no Desenrola voltado às pessoas físicas. Nesse sentido, a medida autoriza que o valor renegociado até o fim de 2024 das dívidas inadimplentes até o dia da publicação da MP possa ser contabilizado para a apuração do crédito presumido dos bancos entre 2025 e 2029.

Isso significa que os bancos poderão elevar seu nível de capital para a concessão de empréstimos. Esse incentivo, segundo o Ministério da Fazenda, não geraria nenhum impacto fiscal para 2024 e, nos próximos anos, o custo máximo estimado em renúncia fiscal seria de R$ 18 milhões, em 2025, e de 3 milhões, em 2026. Para 2027, não há previsão de custo.

Além disso, esse eixo prevê uma política de estímulo ao crédito a empreendedores e empresários com faturamento de até R$ 360 mil ao ano – "com taxas até 50% menores que as praticadas pelo mercado", diz o Palácio do Planalto. A política foi batizada de ProCred 360, que também contará com garantias do FGO.

Já para as empresas de porte médio, com faturamento de até R$ 300 milhões, a MP reduz os custos do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac), com 20% de redução do chamado Encargo por Concessão de Garantia (ECG) – que começou a ser cobrado dos bancos em janeiro, depois que o Peac se tornou um programa permanente.

O governo quer ainda ampliar o papel da Empresa Gestora de Ativos (Emgea), uma estatal, como securitizadora no setor imobiliário. O foco será nas famílias que não se qualificam para programas habitacionais populares, mas para quem o financiamento a taxas de mercado é muito caro.

"A partir da MP, a Emgea poderá adquirir créditos imobiliários para incorporar em sua carteira ou vender no mercado, assim como títulos de valores mobiliários", diz a Fazenda. A empresa também poderá prestar serviços de gestão e cobrança para entidades públicas e privadas, e se envolver em parcerias público-privadas. ● COLABORARAM FERNANDA TRISOTTO, CÉLIA FROUFE, SOFIA AGUIAR, AMANDA PUPO, GABRIELA JUCÁ e DANIEL TOZZI MENDES

ECONOMISTAS VEEM EFEITO LIMITADO EM NOVO PACOTE PARA CRÉDITO. PÁG. B2

Reforma tributária testará força do Congresso

ARTIGO

João Henrique Hummel
Agrônomo e consultor político, foi responsável pela fundação do Instituto Pensar Agro (Ipa) e estruturação da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)

A aprovação da reforma tributária no ano passado coincide com um momento particular do País no qual, a cada dia, fica mais evidente a disputa entre dois sistemas de governo: o presidencialismo de coalizão, o qual o presidente Lula navegou com destreza; e o semipresidencialismo, que se impõe à medida que o Legislativo consolida seu fortalecimento.

Discutida há décadas, a reforma tributária simboliza não só a transição para um sistema mais justo e eficiente, mas também demonstra o que um Legislativo empoderado é capaz de fazer quando consegue impor sua agenda.

Protegidos pelas emendas impositivas e pelo domínio da pauta, deputados e senadores levaram à reboque o Executivo, governos estaduais, líderes e presidentes de partido, bem como os setores impactados pela reforma.

Não é pouca coisa e nos permite fazer um paralelo com a gênese do empoderamento do Congresso: a aprovação do Código Florestal. Foi a primeira vez em que o Executivo precisou ir ao Legislativo negociar um tema de alcance nacional fora dos restritos gabinetes do governo federal.

O impacto da aprovação foi tão expressivo que o então presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, declarou à época: "Foi a noite dos meus sonhos para esta Casa: a controvérsia, o debate, as pessoas legítimas, o embate, o voto, a discussão, a votação, o Brasil real".

Regulamentação será decisiva para medir disposição do Congresso em assumir protagonismo das políticas públicas

Essa nova realidade, contudo, ainda é um aprendizado para a sociedade. Por isso, a regulamentação da reforma será determinante para medir o quanto o Congresso está disposto a assumir o protagonismo das políticas públicas. E o Código Florestal, de novo, traz lições importantes.

Isso porque aquela lei remeteu apenas três trechos à regulamentação posterior pelo Executivo. O restante do texto abrange normas autoaplicáveis, isto é, que passam a valer na sua totalidade assim que promulgado.

Adotar o conceito das normas autoaplicáveis será fundamental para que o Legislativo se afirme na perspectiva do semipresidencialismo, já que a palavra final sobre as novas regras será efetivamente dele. Caberá ao Executivo tão somente executar, e ao Ministério Público garantir sua aplicação.

Os benefícios serão imensos: todos os aspectos regulatórios terão de ser analisados no Legislativo, tornando-os uma previsão de Estado, e não de governo.

Assim, o Congresso terá a chance de dar à reforma dois sinais importantes: o da vida real, de conferir maior segurança jurídica ao setor produtivo; e o da vida política, mostrando que está apto a assumir o protagonismo da agenda nacional. ●

Política pública Alcance

Economistas veem efeito limitado em novo pacote de estímulo ao crédito

Medidas têm mérito de atender a público com pouco acesso a financiamentos, mas potencial de estímulo à atividade é incerto

DANIELTOZZI MENDES
GABRIELA JUCÁ

A avaliação de economistas é de que o pacote de crédito anunciado ontem pelo governo, que engloba novas linhas de financiamento e a renegociação de antigos débitos, não deve, a princípio, ter impacto significativo sobre a atividade econômica e levar o mercado a mudar suas previsões para o avanço do Produto Interno Bruto (PIB) no ano. Também não se espera impacto na economia que possa comprometer a atual política monetária do Banco Central.

"Pelo que foi anunciado até agora, parece algo distante do que vimos, por exemplo, entre 2009 e 2015, quando houve um forte subsídio do Tesouro direcionado para grandes empresas, que já tinham acesso aberto para os mercados", afirmou o ex-diretor do Banco Central Tony Volpon, que hoje é professor adjunto da Georgetown University. "Não me parece que os programas agora vão atingir um tamanho a ponto de atrapalhar o BC, o que é uma boa notícia."

Volpon destacou ainda o fato de as iniciativas serem direcionadas para pessoas de baixa renda e para pequenos e médios empresários. "É onde você pode argumentar que, de fato, existe falha no mercado de crédito. E você vê isso em outros países, não é uma 'jabuticaba'", acrescentou ele.

Já na avaliação da economista-chefe da consultoria Buysidebrazil, Andréa Damico, é natural que programas de crédito tragam resultados positivos para o crescimento da economia, mas no caso das medidas anunciadas ontem ainda é cedo para saber se o impacto será significativo o suficiente a ponto de puxar para cima as projeções atuais de crescimento do PIB. "O eixo relacionado ao microcrédito deve ter um impacto pequeno, mas a parte do imobiliário, por exemplo, precisa de mais detalhes para analisar melhor", disse ela.

"(Baixa renda e pequenos empresários) é onde você pode argumentar que, de fato, existe falha no mercado de crédito. E você vê isso em outros países, não é uma 'jabuticaba'"
Tony Volpon
Ex-diretor do BC e professor da Georgetown University

'SABOR AMARGO'. Entre as medidas incluídas no pacote, Andréa considera que a que deixou o "sabor mais amargo" foi a da ampliação do papel da estatal Empresa Gestora de Ativos (Emgea) como securitizadora de créditos imobiliários. Para ela, a iniciativa irá favorecer pessoas da classe média que poderiam conseguir crédito a taxas de mercado convencionais. "Não é um enfoque na população menos favorecida."

Economista-chefe do Banco Inter, Rafaela Vitoria viu pontos positivos no pacote, mas ressaltou que uma retomada do crédito de forma sustentável depende também do ajuste nas contas do governo. "O crédito só vai melhorar com a queda de juros, com a inflação e o risco fiscal controlados. Se o governo não enfrentar o fiscal como deveria, na prática, estamos sem controle de gastos, o que pressiona os juros."

O pacote, porém, não deve ter impactos significativos na política monetária e nas projeções de crescimento do PIB, segundo Rafaela. "A medida não tem um acesso tão amplo e tem um tamanho modesto. Pode ajudar o nicho dos pequenos negócios sem o impacto macro de ir contra o contexto de aperto monetário." ●

Raro aceno a quem critica a mão pesada do Estado

ANÁLISE

MARIANA CARNEIRO

O ato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de criar uma linha de crédito para microempreendedores individuais (MEIs) e microempresários é caso raro em que a agenda presidencial coincide com a do Congresso. De perfil mais liberal e atento à agenda empresarial, o Parlamento tem respondido de maneira assertiva a temas que têm a bênção do setor privado. Um exemplo foi a reforma tributária.

Ontem, o governo baixou medida provisória criando novas linhas de crédito que começarão a rodar em 60 dias. O tema tem outro ingrediente que não poderia deixar Lula mais satisfeito: mira em nada menos do que 15 milhões de pessoas que se declaram MEIs e em 7,5 milhões de CNPJs que estão no Simples. Juntos, os dois grupos representam mais de 90% dos CNPJs do País, segundo o Ministério do Empreendedorismo.

Traduzindo: trata-se de uma política que terá o condão de aproximar Lula de um contingente numeroso em momento de baixa popularidade. E mais, de um contingente que tem aversão à mão pesada do Estado sobre os negócios.

Não se sabe de pesquisa eleitoral que demonstre como esse contingente enxerga o governo Lula neste momento, mas é possível supor que não se sente atendido quando a pauta do governo é aumentar a arrecadação de impostos.

Ao tentar se aproximar desse grupo com a oferta de crédito, Lula deseja colocar na vitrine um feito pró-setor privado, e nisso deverá ter apoio do Congresso. O Parlamento vem demonstrando simpatia a políticas voltadas ao pequeno negócio e discute até uma ampliação do Simples, mesmo que a iniciativa seja alvo de críticas de especialistas em tributação.

Há dúvidas, porém, sobre a potência da medida. Há expectativa no governo de que os bancos privados passem a ter apetite para emprestar a essa clientela, uma vez que o governo vai oferecer garantia do Tesouro Nacional. Isso também deverá turbinar, na visão do governo, a versão para empresas do Desenrola, de renegociação de dívidas bancárias.

Manobra
Lula deseja colocar na vitrine um feito pró-setor privado, e nisso deverá ter apoio do Congresso

No anúncio, Lula falou em usar o crédito ao pequeno empresário como alavanca de desenvolvimento. "Não queremos um País que seja eternamente dependente de Bolsa Família e de vale-gás. Enquanto tivermos isso, não será sociedade de classe média", disse o presidente.

Parece acreditar que isso também poderá alavancar sua aprovação em grupos que hoje o veem com desconfiança. ●

É REPÓRTER ESPECIAL DE ECONOMIA EM BRASÍLIA

Siafi Sob ataque

Sistema de pagamento do governo federal é invadido, e PF e Abin abrem investigação

Acessos indevidos ocorreram neste mês, com suspeita de desvio de recursos; Haddad fala que sistema 'está preservado'

A Polícia Federal e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) investigam uma invasão realizada neste mês ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), com suspeita de desvio de recursos do governo federal. A informação foi divulgada, inicialmente, pelo jornal *Folha de S.Paulo* e confirmada pelo **Estadão**.

O Siafi, gerido pelo Tesouro Nacional, é o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do governo federal.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a invasão não foi de um hacker, mas de algum usuário que já tinha acesso à plataforma. Segundo o ministro, o sistema estaria preservado. "Tenho informação parcial de que o problema não é do sistema; o problema, provavelmente, foi de autenticação do acesso. É isso que está sendo apurado", disse Haddad, no fim da tarde, quando deixava a sede do ministério para participar de reunião no Palácio do Planalto sobre o projeto de regulamentação da reforma tributária.

"Não foi ação hacker contra o sistema. O sistema está preservado. (*Foi*) alguém que já tinha acesso (*ao sistema*)", reforçou. Questionado sobre eventuais valores que poderiam ter sido desviados, o ministro afirmou que não tinha informação e que o caso está sendo apurado. O ministro também disse que informaria o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o caso.

"As tentativas de realizar operações na plataforma foram identificadas e não causaram prejuízos à integridade do sistema. Todas as medidas necessárias (para reforçar a segurança) vêm sendo tomadas"
Nota do Tesouro Nacional

Segundo apurou o **Estadão**, depois da descoberta do caso o Tesouro Nacional teria adotado uma medida extra de segurança, com acesso restrito, por meio de certificado digital.

Procurada, a PF afirmou que "foi instaurado inquérito e as investigações estão sob sigilo". Já a Abin afirmou que "acompanha em colaboração com as autoridades competentes". Em nota, o Tesouro também afirmou que se tratou de um caso de uso indevido de credenciais para consultar o sistema, e que não houve prejuízo à plataforma. "As tentativas de realizar operações na plataforma foram identificadas e não causaram prejuízos à integridade do sistema. Todas as medidas necessárias vêm sendo tomadas pela STN em resposta ao caso, incluindo a implementação de ações adicionais para reforçar a segurança do sistema." ● ALVARO GRIBEL, GIORDANNA NEVES e AMANDA PUPO/BRASÍLIA

Banco Central 'Orçamento cortado'

Sem verba, Campos Neto vê risco para rodar Pix

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou ontem que a agenda de inovação da autarquia está andando mais devagar por falta de investimento, e voltou a defender a importância da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que confere autonomia financeira do BC.

"O orçamento foi sendo cortado, cortado e cortado", disse ele, acrescentando que o orçamento de investimento do BC neste ano é de R$ 15 milhões – um quinto do que era há cinco anos. "Chega uma hora que a gente fala: 'Como vamos conseguir fazer rodar o Pix?'."

Campos Neto argumentou que os demais bancos centrais do mundo que têm agendas mais progressistas ou que inovam já têm a dimensão da autonomia financeira administrativa. "Por isso, temos defendido tanto esse tema da PEC 65, que é para poder levar o BC para o caminho que possa continuar levando à modernização."

O projeto foi apresentado pelo presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Vanderlan Cardoso (PSD-GO), com o apoio de parlamentares da oposição e do presidente do BC – o que irritou as lideranças do PT e do governo. Em outro movimento, Campos Neto já chegou a se reunir com o relator do texto, senador Plínio Valério (PSDB-AM). "Lembrando que 92% dos BCs do mundo que têm autonomia operacional têm também financeira e administrativa. Então, só estamos fazendo uma coisa parecida com o resto do mundo", disse ele. ● MARIANNA GUALTER e CÍCERO COTRIM

Tributos Setor de eventos

Relatora do Perse fixa custo em R$ 15 bilhões até 2026

Texto da deputada Renata Abreu, que deve ser votado hoje, estabelece um teto, mas mantém empresas do lucro real no programa

IANDER PORCELLA
BRASÍLIA

A relatora do projeto de lei que reformula o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), deputada Renata Abreu (Podemos-SP), fixou em seu parecer um custo de R$ 15 bilhões para os benefícios no período de 2024 a 2026, como acordado com o Ministério da Fazenda e antecipado pelo *Estadão/Broadcast*.

A parlamentar, contudo, excluiu a redução do número de atividades contempladas pelo incentivo e manteve a possibilidade de empresas tributadas pelos regimes do lucro real e arbitrado serem beneficiadas, ao contrário do que defende a equipe econômica.

Além disso, o texto da deputada prevê redução dos benefícios do programa para as empresas do lucro real ou arbitrado somente a partir do ano que vem. As demais terão alíquotas de impostos zeradas até 2026. O projeto original, protocolado pelo líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), previa a diminuição dos incentivos a partir deste ano para todas as companhias.

O relatório foi divulgado no sábado, mas ainda pode sofrer alterações depois da análise do colégio de líderes da Câmara. O texto tem previsão de ser votado nesta terça-feira.

Pelo texto divulgado pela relatora, a Receita Federal terá de publicar bimestralmente relatórios de acompanhamento das despesas do Perse, por atividade. Caso o custo, em valores corrigidos pela inflação, ultrapasse R$ 15 bilhões, o governo poderá enviar no segundo semestre de 2025 um projeto de lei ao Congresso para alterar as alíquotas dos tributos.

CONTROVÉRSIA. O custo do Perse é ponto de controvérsia entre a Fazenda e os deputados. A equipe econômica afirma que em 2023 o valor foi de R$ 13 bilhões, mas os parlamentares que acompanham o assunto dizem que esse montante nem chegou a R$ 7 bilhões. O governo diz que houve fraudes na execução do programa, e a Câmara afirma que cabia à Receita Federal fiscalizar.

Outra disputa entre governo e Câmara se dá em torno do número de setores da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAEs) que terão direito aos benefícios daqui para frente. A Fazenda queria, inicialmente, reduzir esse total de 44 para 7. No projeto de Guimarães, a lista ficou em 12. Mas, no parecer divulgado no fim de semana, Renata não prevê nenhuma redução no conjunto de beneficiários.

A relatora, contudo, estabeleceu que só terão direito aos incentivos as empresas do setor de eventos cuja atividade econômica principal esteja cadastrada em algum dos CNAEs previstos em lei.

O relatório também proíbe as isenções do Perse para empresas que tenham apurado faturamento nulo ou não declarado de 2017 a 2020.

Renata Abreu colocou de volta as empresas do lucro real ou arbitrado no Perse. O projeto do líder do governo estabelecia que essas companhias, que têm faturamento acima de R$ 78 milhões, não poderiam ser incluídas no programa, mas esse trecho foi retirado pela relatora, contrariando a equipe econômica. A deputada determinou, contudo, que em 2025 e 2026 essas empresas tenham alíquota zero somente de PIS e Cofins, e não mais de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

O projeto de Guimarães, além de excluir as empresas do lucro real da lista de beneficiárias, previa um aumento gradual das alíquotas desses tributos para todas as companhias a partir deste ano, em uma espécie de "desmame". Essa escada de aumento da cobrança de impostos, pelo parecer da relatora, fica limitada às empresas que faturam mais de R$ 78 milhões e somente a partir de 2025. As empresas do lucro real, contudo, terão de ser habilitadas previamente pela Receita Federal a cada ano.

A relatora manteve no projeto a possibilidade de uma autorregularização para empresas que usaram os benefícios do Perse de forma inadequada. Essas companhias não precisarão pagar multa se confessarem a irregularidade, mas terão de pagar os tributos devidos, de forma integral e parcelada, com juros. Pela proposta, o prazo para aderir a esse programa é de 90 dias a partir da publicação da lei. ●

Queda de braço

44 são os setores previstos como beneficiários do programa, que o governo pretendia reduzir para apenas 7. O texto da relatora não prevê redução

Fênix Empreendimentos S.A.

CNPJ 51.319.358/0001-12 - NIRE 35.300.006.194

Ata Resumida de Assembleia Geral Ordinária

1. Data, Hora e Local: 08 de abril de 2024, às 9h00, de forma exclusivamente virtual. **2. Deliberações: 2.1. Aprovar,** o Relatório da Administração, as Contas da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **2.2. Aprovar,** a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2023; **2.3. Fixar,** a remuneração anual e global dos administradores, compreendendo Conselho de Administração e Diretoria, em até R$ 277.000,00. **3. Aprovação e Assinatura:** Esta ata após lida foi aprovada por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa, dispensando as assinaturas dos demais acionistas, considerados signatários da ata nos termos da Instrução Normativa DREI nº 79/2020. **Aviso:** A presente Ata é apresentada na forma resumida. A íntegra está disponível no endereço eletrônico do Jornal O Estado de São Paulo (https://www.estadao.com.br/). Santa Bárbara D'Oeste, 08 de abril de 2024. Daniel Antonelli - Secretário. **JUCESP** nº 143.939/24-5 em 12/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Instituto Sertões

CNPJ sob nº 45.580.266/0001-99

CONVOCAÇÃO

O **Instituto Sertões,** inscrito no CNPJ sob nº 45.580.266/0001-99, uma associação civil sem fins lucrativos e de fins não econômicos, através da sua presidente Leonora Guedes Vieira, **CONVOCA** seus associados e demais interessados para a Assembleia Geral Ordinária, nos termos do Artigo 21º do Estatuto Social, a realizar-se no dia 03 de maio de 2024, às 10:00, em primeira convocação, com no mínimo 2/3 dos associados, ou, às 10:30, em segunda convocação, com qualquer número de associados, em sua sede à Rua do Rocio, nº 350, conjunto 52, Vila Olímpia, São Paulo, SP, a fim de deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: **(i) Aprovação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do exercício de 2023.**

Takaoka Participações S.A.

CNPJ nº 39.429.693/0001-78

Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Nos termos do Estatuto Social da **Takaoka Participações S.A.**, ficam convocados os acionistas da Companhia a comparecer e se reunir em **Assembleia Geral Ordinária**, que será realizada, em primeira convocação, **no dia 30 de abril de 2024, às 19h,** de modo exclusivamente digital, com participação por meio de sistema eletrônico, sem a possibilidade de comparecimento físico, em sala virtual pelo aplicativo Teams, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia:
1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2023; e
2) Deliberar sobre a destinação do resultado do referido exercício social.
Informações Gerais: Os documentos da Administração, exigidos pelo Artigo 133 da Lei nº 6.404/1976, se encontram disponibilizados aos acionistas pela Companhia, em sua sede.
Para a participação na Assembleia Geral, o acionista deverá acessar a plataforma Teams no dia e hora designados. As instruções para o link de acesso serão disponibilizadas via correio eletrônico.
A fim de auxiliar os Acionistas presentes, a Companhia fornecerá suporte técnico via telefone. Eventuais dúvidas sobre as questões acima poderão ser dirimidas por meio de contato com o Departamento Jurídico.

São Paulo, 21 de abril de 2024
Elton Lúcio Silva de Souza - Presidente do Conselho de Administração

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 123ª (Centésima Vigésima Terceira) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os titulares de certificados de recebíveis do agronegócio da série única da 123ª (centésima vigésima terceira) emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 14.3.1 do "*Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, da Série Única, da 123ª (Centésima Vigésima Terceira) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Créditos do Agronegócio Devido por Robson Catellan*" ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Especial de Investidores Titulares de CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia **13 de maio de 2024, às 10:00 horas,** exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica *Zoom*, administrada pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste edital, por meio de link que será informado pela Emissora, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** autorizar que o Devedor realize o resgate antecipado integral da "Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira nº 001/2026 - RC" ("CPR-F"), nos termos da cláusula 4.2 da CPR-F e, consequentemente, resgate antecipado integral dos CRA; **(ii)** se aprovado o item (i) da ordem do dia, autorização e aprovação expressa para que o Devedor, em conjunto com os Garantidores possam constituir alienação fiduciária superveniente sobre o imóvel objeto da matrícula nº 5.642, do Cartório de Registro de Imóveis de Correntina/BA, o qual é garantia da CPR-F; e **(iii)** autorização e aprovação expressa para que, caso necessário, sejam celebrados e registrados, conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos documentos da oferta, para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no CPR-F, ou no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: **(i)** A Assembleia instalar-se-á em primeira convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, conforme cláusula 14.4, do Termo de Securitização. Ainda, as matérias da Ordem do Dia serão deliberadas, em primeira convocação, por Titulares de CRA que representem, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRA em Circulação, conforme cláusula 14.6, do Termo de Securitização. **(ii)** Nos termos da Resolução CVM 60, o titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 02 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. **(iii)** Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. **(iv)** Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 23 de abril de 2024
Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

ABERTURA DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto nesta Penitenciaria de Registro, O PREGÃO ELETRÔNICO nº. 90004/2024, processo único 20240395011, referente à aquisição de material de consumo comum, "Alimentos Hortifrutigranjeiros". A sessão será realizada no dia 06/05/2024 09h00m, na sala da diretoria do Centro Administrativo desta unidade prisional, sito a Rodovia Regis Bittencourt, Km 453 + 75m, Bairro Capinzal, Registro/SP. Período de Recebimento de Proposta de 23/04/2024 à 06/05/2024 as 08:59:59. O Edital estará à disposição no sitio, www.pncp.gov.br.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico Nº Processo: 006.00109430/2024-11 Objeto: Pregão 90004/2024, promovido ara aquisição de material de consumo (Kit sentenciados) Total de Itens Licitados: 15 (quinze) Valor total da licitação: R$ 113.012,30 (cento e treze mil, doze reais e trinta centavos) Disponibilidade do edital: 22/04/2024 Horário: das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00 Endereço: Rodovia Gladys Bernardes Minhoto, Km 63, Bairro Capão Alto, CEP: 18.211-265 Link do PNCP: https://www.gov.br/compras/pt-br Entrega das Propostas: a partir de 22/04/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 07/05/2024 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP

Combustíveis Mercado concentrado

Concorrência pode baixar preço do gás natural, diz FGV

Estudo mostra que abertura de mercado deve reduzir cotação do insumo; Petrobras responde por 70% da produção nacional

DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

Estudo inédito da Fundação Getulio Vargas (FGV) sugere acelerar a regulamentação da Nova Lei do Gás para garantir a abertura do mercado, o aumento da concorrência, a ampliação da malha de transporte e a diminuição do preço do gás natural no Brasil. Mas há entraves, como a concentração da Petrobras no setor e falta de coordenação entre os Estados na definição das regras.

O estudo, ao qual o **Estadão** teve acesso, foi encomendado pelo governo federal em parceria com o Movimento Brasil Competitivo (MBC) e foi apresentado ontem pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, na sede Confederação Nacional da Indústria (CNI).

FONTE: FGV CERI COM DADOS DA ANP / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

A abertura do mercado, de acordo com o diagnóstico, pode diminuir o preço do gás natural para a indústria e também para consumidores finais. Isso significa, na prática, oferta maior e mais barata do produto como fonte de energia na produção de alimentos, componentes químicos, fertilizantes, cerâmicas e até no aquecimento de água nas residências. Além disso, é uma fonte de energia mais limpa para o meio ambiente em comparação com o petróleo.

O gás natural respondeu por 10% do total de oferta de energia no Brasil em 2022, mas ainda está fortemente associado ao petróleo e à Petrobras. De toda a produção, 85% é associada ao petróleo, muitas vezes na exploração do próprio óleo e no abastecimento de usinas termelétricas. A estatal foi responsável por 70% de toda a produção de gás natural no período.

Alckmin defendeu que a desburocratização é um dos caminhos para a industrialização do País. "É preciso ter uma desburocratização no sentido de reduzir custos e facilitar a produção", disse. Para o ministro, é preciso "passar um pente-fino sobre o preço do gás natural". ● **COLABOROU LUIZ ARAÚJO**

Para OCDE, barreira de entrada ainda é alta no País

Como o gás natural pode ser substituído em todas as suas utilizações, desde o uso na indústria até nas residências, o produto só fica atrativo se for mais barato – e aí está o entrave para a expansão do mercado. "O preço é a questão. O mercado de gás natural permite uma participação de um número maior de agentes. Quando tem essa participação maior, a competição permite reduzir preços e isso significaria vantagens competitivas para o Brasil", afirma a diretora do Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura da FGV, Joisa Dutra.

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a barreira de entrada para novos concorrentes no setor caiu 30% no Brasil entre 2018 e 2021, mas ainda está 50% acima da média dos outros países. "Quanto mais concorrência, as condições tendem a ser melhores", afirma o conselheiro executivo do Movimento Brasil Competitivo (MBC), Rogério Caiuby. "Temos uma janela de oportunidade enorme para transformar o gás natural em um grande diferencial competitivo do País." ● **D.W./BRASÍLIA**

Hesa 89 - Investimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF - 09.067.032/0001-89 - NIRE - 35 221 553 486

Extrato da Ata da Reunião de Sócios Realizada em 28/12/2023

Aos 28/12/2023, às11:05h, na sede social em Mogi das Cruzes/SP, com a totalidade do capital social. **Mesa:** Henrique Borenstein (presidente da mesa e administrador da sociedade) e Carlos Eduardo Toledo Ferraz (secretário da mesa e representante de uma das sócias). **Deliberação Unânime:** aprovaram a redução do capital social para R$ 1.962.000,00 mediante o cancelamento de 1.930.000 quotas e o rateio dos R$ 1.930.000,00 representativos de tais quotas, conforme a participação de cada sócio na sociedade. O montante devido aos sócios em razão da redução das respectivas participações societárias será pago pela administração da Sociedade em moeda corrente nacional, sendo que os sócios se comprometem, neste ato, a restituir para o patrimônio da Sociedade o valor total recebido, caso haja a oposição de algum credor, nos termos do artigo 1.084 e §§ do Código Civil. Nada mais. **Mesa:** Henrique Borenstein - Presidente; Carlos Eduardo Toledo Ferraz - Secretário. **Sócios: Helbor Empreendimentos S.A. -** *Henrique Borenstein;* **Toledo Ferrari Construtora e Incorporadora Ltda. -** *Carlos Eduardo Toledo Ferraz, Cid Vinhate Ferrari Filho.*

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM RESTAURANTES, LANCHONETES, BARES, BOTEQUINS, CHOPERIAS, CHURRASCARIAS, COSTELARIAS, FAST-FOOD, BUFFETS, CAFÉS, CANTINAS, CASAS DE CHÁ, CASAS DE LANCHES, LANCHONETES DE PADARIAS, PASTELARIAS, PIZZARIAS, ROTISSERIAS, TRAILLERS DE LANCHES, LEITERIAS, ESTABELECIMENTOS DE HOSPEDAGEM TIPO HOTÉIS, APART-HOTÉIS, FLATS, HOSPEDARIAS, MOTÉIS, PENSÕES E POUSADAS DE CAMPINAS E REGIÃO, pelo presente **EDITAL,** convoca todos os empregados da empresa **BGK DO BRASIL S/A. / ZAMP S/A.,** associados ou ao não ao Sindicato, que trabalharam para a mesma no período de **31/7/2014 a 1/8/2015,** para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária,** a realizar- se no dia **03 de maio de 2024, às 13 horas em primeira convocação,** e, em não havendo quorum, às **14 horas**, em segunda e última convocação, com qualquer números de presentes, na sede do SINDICATO, na **Rua do Professor, 357, Jardim Proença, em Campinas/SP,** a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Deliberação sobre a proposta de Acordo feita pela empresa no processo movido pelo Sindicato (Processo n° 0012088412014515130).** Campinas/SP, 22 de abril de 2024.

ORIDES RODRIGUES DE SOUSA - Presidente

Ferreira Gomes Energia S.A.

CNPJ/ME nº 12.489.315/0001-23 - NIRE nº 35.300.383.656 - Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 21 de Abril de 2023

21/04/2023, às 11hs, de forma exclusivamente digital **Deliberações: Em Assembleia Geral Ordinária:** Foram aprovadas, as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022, incluindo o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes. Foi aprovada, a destinação do lucro líquido consolidado apurado do exercício social encerrado em 31/12/2022, no valor de R$ 34.080.084,24 da seguinte forma: constituição de reserva legal de 5% do lucro líquido consolidado da Companhia apurado no exercício encerrado em 31/12/2022, nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 33 do Estatuto Social da Companhia, no montante de R$ 1.704.004,21 constituição de reserva de incentivo fiscal decorrente da fruição de benefício fiscal de redução de imposto de renda, nos termos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações, relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2021, no montante de R$ 7.065.794,33; pagamento de dividendos aos acionistas da Companhia correspondente a 25% do lucro líquido consolidado apurado, nos termos do artigo 34 do Estatuto Social da Companhia no exercício encerrado em 31/12/2022, excluído o montante destinado à reserva legal e o montante destinado a reserva de incentivo fiscal, nos termos dos artigos 33 e 34 do Estatuto Social da Companhia no montante de R$ 6.327.571,42, e considerando as propostas a acima, destinação do saldo remanescente do lucro líquido consolidado apurado no exercício social encerrado em 31/12/2022, excluído o montante destinado à reserva legal, à reserva de incentivo fiscal e à distribuição de dividendos, no montante de R$ 18.982.714,28 à reserva de lucros. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** Foi aprovada, a remuneração global dos membros da Diretoria no montante de até R$ 249.431,36 para o exercício social de 2023. Os membros do Conselho de Administração renunciaram a qualquer remuneração conforme termos assinados e arquivados na sede da Companhia. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado. **Mesa:** José Luiz de Godoy Pereira - **Presidente;** Enio Luigi Nucci - **Secretário. JUCESP** nº 151.544/24-4 em 12/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024 – REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES, MONITORES, NOTEBOOKS E COMPONENTES. Disputa: dia 07/05/2024 às 10:00 horas.

Edital(is) através do site www.novobbmnet.com.br e também através do site oficial do Município www.prefeituradearuja.sp.gov.br. Maiores informações pelo telefone (11) 4652-7609 Departamento de Compras.

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2024 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DE PRÉDIO EXISTENTE PARA NOVAS INSTALAÇÕES DO CENTRO MUNICIPAL DE TREINAMENTO INDUSTRIAL. Disputa: dia 09/05/2024 às 10:00 horas.

Edital(is) através do site www.novobbmnet.com.br e também através do site oficial do Município www.prefeituradearuja.sp.gov.br. Maiores informações pelo telefone (11) 4652-7609 Departamento de Compras.

Prefeitura Municipal de Arujá, 22 de abril de 2.024.

BANCO CSF S.A. - NIRE nº 35300334710 - CNPJ/MF nº 08.357.240/0001-50

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2024

Data, hora, local: 28.03.2024 às 09h30, na sede, Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 296, Ed. Torre Z - 19º e 20º andar-parte, São Paulo/SP. **Presença:** totalidade dos membros. **Mesa**: Eric Alexandre Alencar, Presidente; Rodrigo André Leiras Carneiro, Secretário. **Deliberações Aprovadas: (i)** A eleição, para o cargo de membro do Comitê de Riscos, **(a) Eric Alexander Alencar**, brasileiro, divorciado, engenheiro, RG 26370576 SSP-SP e CPF/MF 285.232.758-94, residente em São Paulo/SP, para membro do Comitê de Riscos, com prazo de mandato indeterminado. **(b) André Maurício Geraldes Martins**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 20.370.022-3 SSP-SP e CPF/MF 276.540.908-03, residente em São Paulo/SP, para o cargo de membro do Comitê de Riscos, com prazo de mandato indeterminado. Os membros do Comitê de Risco ora eleitos declaram sob a pena da lei que não está impedido de exercer o cargo ou sua função. **(ii)** a eleição, para o cargo de membro do Comitê de Remuneração, **(a) Angela Sayuri Ueno Cruz,** brasileira, casada, bancária, RG 27777332 SSP-SP e CPF/MF 294.815.608-48, residente em São Paulo/SP, para membro do Comitê de Remuneração, com prazo de mandato indeterminado; e **(b) Bruno Luis Bettini Vicente,** brasileiro, solteiro, gestor de Recursos Humanos, RG 30156580 SSP-SP e CPF/MF 348.985.438-12, residente em São Paulo/SP, para membro do Comitê de Remuneração, com prazo de mandato indeterminado. Os membros do Comitê de Remuneração ora eleito declaram sob a pena da lei que não está impedido de exercer o cargo ou sua função. **(iii)** A composição do Comitê de Riscos passa a ser a seguinte: **(a) Adriano Volpini**, membro do Comitê de Riscos; **(b) Luiz Fleury**, membro do Comitê de Riscos; **(c) Sergio Bahdur,** membro independente do Comitê de Riscos; **(d) Eric Alexander de Alencar,** membro do Comitê de Riscos e **(e) André Mauricio Geraldes Martins**, membro do Comitê de Riscos. E a composição do Comitê de Remuneração, passa a ser a seguinte: **(a) Catia Porto**, Presidente do Comitê de Remuneração; **(b) Rodrigo Rojas**, membro do comitê de remuneração; **(c) Angela Sayuri Ueno Cruz**, membro do Comitê de remuneração, **(d) Bruno Luis Bettini Vicente**, membro do Comitê de Remuneração. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 28.03.2024. **Membros do Conselho:** Benjamin Francis Jean Dubertret (Conselheiro), Eric Alexandre Alencar (Conselheiro Suplente), Marco Aparecido de Oliveira (Conselheiro) representado por procuração, André Maurício Geraldes Martins (Conselheiro suplente) e Rodrigo André Leiras Carneiro (Conselheiro suplente). JUCESP nº 153.846/24-0 em 16.04.2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PG SABESP ML 03163/23-Prestação de serviços de engenharia para identificação de irregularidades em ligações de água e/ou hidrômetros, caracterização e regularização das mesmas em imóveis localizados nas áreas físicas de responsabilidade da UN Leste ML, Diretoria de Operação e Manutenção. Edital disponível para download a partir de 23/04/2024 em http://licitacoes.sabesp.com.br, mediante obtenção de senha no acesso - cadastre sua empresa. Envio das Propostas: a partir da 00:00h de 08/05/2024 até as 09:00h de 09/05/2024, em http://licitacoes.sabesp.com.br. Abertura das Propostas: 09/05/2024 às 09:15h, pelo Pregoeiro. SP, 23/04/2024 - FSCS.

Secretaria de Saúde | SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

Edital de Abertura de Licitação

Acha-se aberta no Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 90027/24, referente ao Processo nº 024.00065260/2024-29, cujo objeto é para aquisição de detergente enzimático galão de 5l. A abertura da sessão será no dia 16 de maio de 2024, nesta unidade por intermédio do site "www.compras.sp.gov.br" a partir das 09:00 horas. O Edital na íntegra estará disponível para consulta e retirada através do site www.compras.sp.gov e www.imprensaoficial.com.br.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE CREDENCIAMENTO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00.870/2024 – SECRETARIA DE HABITAÇÃO - OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESA (S) DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO E CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL, DESTINADAS AO PÚBLICO ALVO DEFINIDO PARA O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, INSTITUÍDO PELA LEI FEDERAL Nº 14.620, DE 13 DE JULHO DE 2023, COM RECURSOS DO FUNDO DE ARRECADAMENTO RESIDENCIAL (FAR). O Edital poderá ser consultado e/ou obtido no sites da Prefeitura do Município de Osasco e no Portal Nacional de Contratações Públicas, nos endereços eletrônicos: https://transparencia.osasco.sp.gov.br/ e www.pncp.gov.br/app/editais – Visita Técnica: Conforme Edital – ENTREGA DOS ENVELOPES/ABERTURA: **DIA 16 DE MAIO DE 2024, às 10h30min.**, na **"Sala de Licitações"** da Secretaria Executiva de Compras e Licitações, localizada na Rua Narciso Sturlini, n.º 161 - Centro - Osasco/SP.

Osasco, 22 de abril de 2024.

Meire Regina Hernandes - Secretária Executiva de Compras e Licitações

Prefeitura Municipal de Assis
Paço Municipal Profª. "Judith de Oliveira Garcez"

COMUNICADO DE LICITAÇÃO ABERTA

Ref.: Processo 033/24 - Pregão Eletrônico 90020/24 – Registro de preços para aquisição de Concreto Usinado. Encerramento: 09:00 horas do dia 07/05/2024. Íntegra do Edital no Departamento de Licitações, na Avenida Rui Barbosa, 1066, Assis(SP), e nas paginas http://www.assis.sp.gov.br; http://www.compras.gov.br. Informações: (18) 3322-2574.

Assis (SP), 18 de abril de 2024.

COMUNICADO

Ref.: Processo 028/24 - Pregão Eletrônico 90015/24 – Registro de Preços para Aquisição de Tubos de Concreto. Comunica expedição de Edital Modificativo (consolidado). Nova data de Encerramento: 09:00 horas do dia 07/05/2024. Íntegra do Edital no Departamento de Licitações, na Avenida Rui Barbosa, 1066, Assis(SP), e nas paginas http://www.assis.sp.gov.br; http://www.compras.gov.br. Informações: (18) 3322-2574.

Assis (SP), 18 de abril de 2024.

José Aparecido Fernandes - Prefeito

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A.
CASAS PERNAMBUCANAS

CNPJ/MF nº 61.099.834/0001-90 - NIRE nº 35300033451 - Companhia Fechada

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os senhores acionistas de **ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. – CASAS PERNAMBUCANAS** ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária que se realizará no dia 30/04/2024, às 15h00, na sede da companhia à Rua da Consolação, 2.411, 8º andar, em São Paulo, SP, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: · Deliberar sobre as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes da Companhia; · Eleger os membros do Conselho Consultivo para o mandato que se estende até a próxima Assembleia Geral Ordinária; · Eleger os membros da Diretoria para o mandato que se estende até a próxima Assembleia Geral Ordinária; · Fixar a remuneração anual global dos administradores para o exercício de 2024. O acionista que desejar comparecer à Assembleia ora convocada deverá atender aos preceitos do artigo 126 da Lei 6.404/1976, encaminhando para o e-mail governanca.corporativa@pernambucanas.com.br, até 26/04/2024, os documentos que o legitimem como acionista ou representante legal de acionista.

São Paulo, 19 de abril de 2024. **Martin Mitteldorf - Diretor Presidente**

INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA

A **Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras -** SIURB, juntamente com a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA, convida a todos para a audiência pública referente ao Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA do empreendimento "Obras da Nova Marginal Pinheiros - Oeste", a realizar-se no dia **24/04/2024, às 18h, no CEU EMEF Casa Blanca - R. João Damasceno, nº 85 - Vila das Belezas, São Paulo - SP, CEP 05841-160.**

INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO**: 6022.2024/0001323-7 -** PREGÃO ELETRÔNICO Nº **90003/24/SIURB**

OBJETO: **Registro de preços para a contratação de material técnico para instruir a propositura de ações de desapropriação, cessão de imóveis, permutas e/ou transferência de posse para imóveis necessários pelo MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, bem como avaliação para fins de estudos preliminares -** CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE -** DATA: **09/05/2024 às 11h -** LOCAL: www.compras.gov.br

CÓDIGO UASG: **925058 -** EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/24/SIURB - **102075434.**

SUBPREFEITURA GUAIANASES

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÕES

Pregão Eletrônico **N° 90012/SUB-G/2024 -** Processo SEI **6038.2024/0000574-6**

Objeto: **Aquisição de insumos e materiais para a Unidade de Áreas Verdes.**

Data/hora da sessão pública: **08/05/2024, às 09:00h -** O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos pelas interessadas no horário da 09:00 às 16:00 horas, até o último dia útil que anteceder a abertura, gratuitamente, na Rua Hipólito de Camargo, 479 - Vila Lourdes - Guaianases - São Paulo - SP, CEP 08410-030 ou as informações podem ser baixadas pelo site https://www.gov.br/compras/pt-br (UASG 925074) ou clicando no link a seguir: SEI 102035685 (edital e termo de referência) ou no site https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=inicio

Informações adicionais: Telefone (11) 2392-1090 ou e-mail claudiomelo@smsub.prefeitura.sp.gov.br.

SAÚDE

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÕES

A **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE** torna público as licitações abaixo. Os pregões serão realizados pela plataforma COMPRAS.GOV. Os editais poderão ser consultados e/ou obtidos pelo WWW.COMPRAS.GOV.BR ou pelo Painel de Negócios da PMSP, endereço https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar

PROCESSO: **6018.2023/0118936-0 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90283/2024-SMS.G**, do tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE KIT CRICOTIREOIDOSTOMIA DESCARTÁVEL ADULTO 4 MM E 6 MM.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das 09h00min do dia 06 de maio de 2024, a cargo da 16ª CPL/SMS.

PROCESSO: **6018.2024/0018032-8 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90282/2024-SMS.G**, do tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE ARIPIPRAZOL E OUTROS - AÇÃO JUDICIAL.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das 09h30min, do dia 03 de maio de 2024, através da plataforma de compras, www.compras.gov.br, a cargo da 4ª CPL/SMS.

PROCESSO: **6018.2024/0018519-2 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90284/2024-SMS.G**, do tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE FRASCO PARA DRENAGEM TORÁCICA, ESTÉRIL - 250 ML, FRASCO PARA DRENAGEM TORÁCICA, ESTÉRIL - 500 ML, FRASCO DE PLÁSTICO COLETOR DE SECREÇÃO 500 ML e FRASCO DE VIDRO TRANSPARENTE COM TAMPA 200 A 300 ML**. A abertura/realização da sessão pública do pregão que ocorrerá a partir das 09:00h do dia 08 de maio de 2024, a cargo da 17ª CPL/SMS.

Banco Andbank (Brasil) S.A.

CNPJ nº 48.795.256/0001-69

Demonstrações Financeiras - Referente ao Semestre e Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação)

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023. **Desempenho nos Negócios: • Resultados:** No exercício de 2023 o Banco Andbank (Brasil) S.A. ("Banco" ou "Andbank Brasil") apresentou resultado da intermediação financeira de R$ 95.492, um crescimento de 223% quando comparado ao exercício anterior (R$ 29.526). Esse resultado refletem de forma positiva a parceria estratégica firmada com o Grupo Creditas, que potencializaram as receitas do Andbank Brasil. A intermediação financeira apresentou um crescimento de 567%, R$ 300 milhões maiores que as receitas registradas no exercício de 2022. Sendo as operações de crédito o principal motivador, atingido um estoque de R$ 1,1 bilhão em 31 de dezembro de 2023, refletindo assim um crescimento de receitas na ordem de R$ 295 milhões em 2023, quando comparado ao exercício de 2022. As despesas com captações, *funding* das operações de crédito, fecharam o exercício de 2023 em R$ 196.259, representando 60,2% da receita com operações de crédito. O resultado operacional ficou estável, apresentando um prejuízo de R$ 19.125 no exercício de 2023 (prejuízo de R$ 20.190 em 2022). Para 2024, o Banco continua sua aposta no crescimento da carteira de crédito ao varejo e na busca de oportunidades para o crescimento estratégico de sua área de *private banking*. **• Agência de Rating:** A Fitch Ratings manteve a nota AAA(bra) em sua revisão semestral publicada em 09 de fevereiro de 2024. Esta definição está em observação, aguardando a conclusão do processo de venda da licença bancária do Andbank ao Grupo Creditas, em tramite de aprovação pelo Banco Central do Brasil. **BACEN - Circular nº 3.068/01:** Declaramos ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R$ 78.671, em 31 dezembro de 2023. **Estrutura de gerenciamento de riscos: • Índice da Basileia:** Conforme disposto na Resolução 4.193, de 01.03.2013, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR e de Capital Principal Nível I), demonstramos abaixo o comportamento do índice de Basileia, apurado nos encerramentos trimestrais de 2022 e de 2023:

	Patrimônio de Referência	PR Exigido (RWA)	Índice Basileia
2022			
Março	82.398	22.307	29,55%
Junho	76.460	20.441	29,92%
Setembro	73.409	23.267	25,24%
Dezembro	279.458	70.671	31,63%
2023			
Março	281.409	116.417	19,34%
Junho	273.799	153.544	14,27%
Setembro	250.689	101.944	14,80%
Dezembro	254.056	130.285	15,60%

• Prevenção à "Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo": O Banco conta com instrumentos de controle e acompanhamento das operações realizadas com clientes e parceiros, a fim de evitar o combater a "lavagem" de dinheiro oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo, através de seus produtos e serviços. Para tanto, possui políticas, processos e sistemas de controle de prevenção à lavagem de dinheiro. A participação frequente da alta administração na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades do grupo, bem como possibilita definir políticas aderentes às melhores práticas internacionais. A política "conheça seu cliente", o programa de treinamento de funcionários, os processos e sistemas de controles e o monitoramento de operações permitem a identificação tempestiva de situações atípicas. Após a análise por especialistas, os casos são submetidos para deliberação da alta administração quanto à pertinência de encaminhamento dos casos às autoridades fiscalizadoras competentes, tendo sido ou não realizada a operação. A área de Compliance é responsável, em primeiro nível, por identificar e recusar negócios e operações que considerarem suspeitas ou atípicas, reportando sempre à alta administração. **Ouvidoria:** Atendendo aos normativos do Banco Central do Brasil, foi estabelecido um componente organizacional de Ouvidoria no dia 30 de setembro de 2007. Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e a melhoria dos produtos, serviços e do atendimento oferecidos, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.433/15 e posteriores alterações.

São Paulo, 19 de abril de 2024.

Balanço patrimonial

Ativo	Nota	Dezembro 2023	Reapresentado Dezembro 2022
Circulante		**1.364.354**	**119.158**
Disponibilidades	3	**2.590**	**499**
Instrumentos financeiros		**897.016**	**3.494**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3	439.583	–
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	4 a.	457.433	3.494
Carteira própria	4 a.	453.492	–
Vinculados a prestação de garantias	4 a.	3.941	3.494
Relações interfinanceiras	5	**460**	**571**
Créditos vinculados		460	571
Operações de crédito		**353.816**	**80.202**
Setor privado	6	402.111	81.417
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)	7	(48.295)	(1.215)
Outros créditos		**66.469**	**28.911**
Rendas a receber	8 a.	39.061	18.930
Ativo fiscal corrente		17.577	317
Diversos	8 b.	9.831	9.664
Outros valores e bens	10	**44.003**	**5.481**
Outros valores e bens		1.870	–
Despesas antecipadas		42.133	5.481
(Provisão para outros valores e bens)		–	–
Não circulante		**866.249**	**852.069**
Instrumentos financeiros		–	211.157
Títulos e valores mobiliários	4 a.	–	211.157
Carteira própria	4 a.	–	161.660
Vinculados a operações compromissadas	4 a.	–	47.846
Vinculados a prestação de garantias	4 a.	–	1.651
Operações de crédito		**768.869**	**531.295**
Setor privado	6	773.534	534.420
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)	7	(4.665)	(3.125)
Outros créditos		**28.398**	**36.944**
Rendas a receber	8 a.	737	1.522
Ativo fiscal diferido	9	25.436	33.013
Diversos	8 b.	2.225	2.409
Outros valores e bens	10	**68.982**	**72.673**
Despesas antecipadas		68.982	72.673
Permanente		**109.122**	**119.441**
Investimentos		**1.307**	**565**
Participação em controlada	23	1.307	565
Imobilizado de uso	11 a.	**3.478**	**4.230**
Outras imobilizações de uso		11.459	11.199
(Depreciações acumuladas)		(7.981)	(6.969)
Intangível	11 b.	**104.337**	**114.646**
Ativos intangíveis		90.159	84.631
Ágio na combinação de negócios		80.327	80.327
Ágio na aquisição de investimentos		673	673
(Amortizações acumuladas)		(66.822)	(50.985)
Total do ativo		**2.339.725**	**1.090.668**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Circulante		**1.175.015**	**514.756**
Depósitos	12	**1.134.131**	**437.308**
Depósitos à vista		20.872	24.458
Depósitos a prazo		1.113.259	412.850
Instrumentos financeiros		–	**48.394**
Obrigações compromissadas	4 c.	–	47.791
Instrumentos Financeiros Derivativos	4 d.	–	603
Outras obrigações		**40.884**	**29.054**
Negociação e intermediação de valores	13 c.	1.695	2.553
Obrigações fiscais	13 a.	2.825	2.923
Diversas	13 b.	36.364	23.578
Não circulante		**784.885**	**153.091**
Depósitos	12	**775.311**	**130.218**
Depósitos a prazo		775.311	130.218
Outras obrigações		**9.574**	**22.873**
Diversas	13 b.	6.157	16.461
Provisões	14	3.417	6.412
Patrimônio líquido	16	**379.825**	**422.821**
Capital		**517.106**	**517.106**
De domiciliados no exterior	16.a	517.106	517.106
Reserva de capital	16.b	2.222	2.396
Outros resultados abrangentes	16.d	(1.104)	(1.467)
Prejuízos acumulados		(138.399)	(95.214)
Total do passivo e do patrimônio líquido		**2.339.725**	**1.090.668**

Demonstração do resultado

Demonstração do resultado	Nota	2º semestre 2023	2023	2022
Receitas da intermediação financeira		**169.604**	**341.267**	**52.937**
Operações de crédito		181.874	314.270	31.144
Resultado com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e.	67.340	107.211	22.293
Resultado de operações de câmbio		(121)	(725)	(500)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	6 f.	(79.489)	(79.489)	–
Despesas da intermediação financeira		**(125.374)**	**(254.775)**	**(23.411)**
Operações de captação no mercado		(119.741)	(196.259)	(19.276)
Constituição de provisões para perdas associadas ao risco de crédito	7	(5.633)	(49.516)	(4.135)
Resultado da intermediação financeira		**44.230**	**95.492**	**29.526**
Outras receitas/despesas operacionais		**(70.078)**	**(114.617)**	**(49.716)**
Receitas de prestação de serviços	17	13.789	45.020	45.129
Despesas de pessoal	18	**(25.651)**	**(48.668)**	**(36.046)**
Outras despesas administrativas	19	(33.234)	(58.668)	(36.626)
Despesas tributárias		(8.055)	(15.867)	(7.244)
Resultado de investimentos em controladas	23	(9)	694	(102)
Outras receitas operacionais	20	178	1.698	11.176
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	21	4.961	2.995	(885)
Outras despesas operacionais	21	(22.057)	(41.821)	(25.118)
Resultado operacional		(25.848)	(19.125)	(20.190)
Resultado não operacional		9	9	(41)
Resultado antes da tributação sobre o resultado		**(25.839)**	**(19.116)**	**(20.231)**
Imposto de renda e contribuição social		**3.368**	**(24.243)**	**(365)**
Imposto diferido	22	897	(7.280)	(365)
Imposto de renda	22	1.379	(9.413)	–
Contribuição social	22	1.092	(7.550)	–
Prejuízo do semestre / exercício		(22.471)	(43.359)	(20.596)
Quantidade de ações ordinárias	16 a.	1.140.774.792	1.140.774.792	1.140.774.792
Prejuízo por ação - R$		(0,01970)	(0,03801)	(0,01805)

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto	Nota	2º semestre 2023	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
(Prejuízo) do semestre/exercício		**(22.471)**	**(43.359)**	**(20.596)**
Depreciação e amortização	21	4.418	10.256	12.371
Reversão de acordo operacional	20	–	–	(6.235)
Resultado de investimentos em controladas	23	9	(694)	102
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	7	5.633	49.516	4.135
Provisão para contingências	14	(4.511)	(2.995)	646
Amortização do ágio	21	2.955	6.643	8.843
Atualização de depósito judicial	20	(80)	(84)	(250)
Impostos diferidos	22	(897)	7.280	365
Baixas do imobilizado		–	23	9
(Prejuízo) Lucro ajustado		**(14.944)**	**26.586**	**(610)**
Variação de ativos e passivos		**272.693**	**420.949**	**(206.028)**
Redução (Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		86.918	(242.467)	(61.467)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras		(21)	111	460
(Aumento) Redução em operações de crédito		(41.876)	(560.704)	(574.489)
(Aumento) em outros créditos e outros valores e bens		(3.760)	(71.039)	(82.774)
(Redução) em depósitos		248.489	1.341.916	478.078
(Redução) Aumento em obrigações compromissadas		–	(47.791)	47.791
(Redução) Aumento em instrumentos financeiros derivativos		(235)	(603)	603
Aumento (Redução) em outras obrigações		8.445	35.869	(14.230)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(25.267)	(34.343)	–
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		**257.749**	**447.535**	**(206.638)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de intangível		(3.106)	(5.529)	(5.725)
Aquisição de imobilizado		(94)	(332)	(1.072)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento		**(3.200)**	**(5.861)**	**(6.797)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de Capital Social	16	-	-	200.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**-**	**-**	**200.000**
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		**254.549**	**441.674**	**(13.435)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3	187.624	499	13.934
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3	442.173	442.173	499

Demonstração dos resultados abrangentes

	2º semestre 2023	2023	2022
Prejuízo líquido do semestre/exercício	**(22.471)**	**(43.359)**	**(20.596)**
Ajuste a valor de mercados dos ativos financeiros disponíveis para venda líquido dos efeitos fiscais - controlada	13	48	(6)
Ajuste a valor de mercados dos ativos financeiros disponíveis para venda líquido dos efeitos fiscais	(143)	315	82
Reserva de reavaliação de ativos incorporados	87	174	173
Resultado abrangente total	**(22.514)**	**(42.822)**	**(20.347)**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1° de janeiro de 2022		**317.106**	**2.569**	**(1.543)**	**(74.791)**	**243.341**
Aumento do capital social (aprovado pelo Banco Central em 21/11/2022)	16.a.	200.000	–	–	–	200.000
Ajuste de avaliação patrimonial	16.d.	–	–	81	–	81
Ajuste de avaliação patrimonial - controlada	23	–	–	(5)	–	(5)
Reserva de reavaliação de ativos incorporados	16.b.	–	(173)	–	173	–
Resultado do exercício		–	–	–	(20.596)	(20.596)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**517.106**	**2.396**	**(1.467)**	**(95.214)**	**422.821**
Saldo em 1° de janeiro de 2023		**517.106**	**2.396**	**(1.467)**	**(95.214)**	**422.821**
Ajuste de avaliação patrimonial	16.d.	–	–	315	–	315
Ajuste de avaliação patrimonial - controlada	23	–	–	48	–	48
Reserva de reavaliação de ativos incorporados	16.b.	–	(174)	–	174	–
Resultado do exercício		–	–	–	(43.359)	(43.359)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**517.106**	**2.222**	**(1.104)**	**(138.399)**	**379.825**
Saldo em 1° de julho de 2023		**517.106**	**2.309**	**(974)**	**(116.015)**	**402.426**
Ajuste de avaliação patrimonial	16.d.	–	–	(143)	–	(143)
Ajuste de avaliação patrimonial - controlada	23	–	–	13	–	13
Reserva de reavaliação de ativos incorporados	16.b.	–	(87)	–	87	–
Resultado do semestre		–	–	–	(22.471)	(22.471)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**517.106**	**2.222**	**(1.104)**	**(138.399)**	**379.825**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: O grupo Andbank possui presença global, vasta experiência em mercados emergentes e investe constantemente em inovação tecnológica para disponibilizar aos seus clientes as melhores e mais rápidas soluções, com isso o Banco Andbank entende que existe uma oportunidade no mercado de Private Bank a ser explorada e pretende investir nesse segmento no curto e longo prazo. O Banco atua na distribuição de fundos de investimento por conta e ordem, intermediação de títulos e valores mobiliários, realização de operações estruturadas e de mercado de capitais, operações de carteira proprietária e prestação de serviços de registro de operações, custódia, entre outros. O Banco passou por um processo de transformação, implantando um novo modelo de Private Bankers no Brasil. As principais áreas de transformação foram o Back e Front Office, com a criação de um novo portal para nossos clientes, o que, aliado a investimentos realizados no departamento comercial, permitiram ao Banco uma forte expansão dos recursos sob gestão. O Banco busca por novas parcerias para elevação de sua base de clientes e, consequentemente, a elevação de seu faturamento. O Banco conta ainda com o compromisso e a capacidade do Controlador em realizar aportes caso as ações não apresentem os resultados esperados. O Andbank Brasil aumentou significativamente os recursos sob distribuição com o modelo de acordos operacionais. Em 23 de março de 2018, foi assinado o acordo operacional com o Grupo Triar Agentes Autônomos ("Triar") e em 03 de julho de 2019, foi assinado acordo semelhante com o Grupo Capital Serviços de Agente Autônomo de Investmento Ltda ("Capital"). Em 06 de julho de 2022, Banco Andbank Brasil S.A. ("Banco Andbank"), Andbank DTVM Ltda. ("Andbank DTVM"), sua controladora, Andorra Banc Agricol Reig S.A. ("Andorra Banc") e, do outro lado, Creditas Financial Solutions, LLC ("Creditas LLC") firmaram contrato de compra e venda de ações. Os principais eventos desse contrato foram os seguintes: a) Transferência do controle acionário do Banco Andbank para Creditas LLC, mediante a entrega de ações da Creditas Financial Solutions Ltda. ao Andorra Banc; b) Opção de venda detida pela Creditas LLC de 100% das quotas da Andbank DTVM à Andorra Banc que, se não exercida, dará a opção de compra por Andorra Banc de 75% das quotas da Andbank DTVM; c) Reestruturação societária para transferência do business de private banking do Banco Andbank à Andbank DTVM; e d) Prestação de serviço entre Andbank DTVM e o Grupo Creditas no Brasil. O fechamento da operação de compra e venda das ações estará condicionada à aprovação das autoridades relevantes, incluindo o Banco Central do Brasil (BACEN), a Autoridade Financeira de Andorra (AFA - Autoritat Financera Andorrana), o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), entre outras condições precedentes. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), publicou no Diário Oficial da União, sua aprovação da operação em 15 de agosto de 2022. Em 28 de outubro de 2022, o Conselho de Administração da AFA ("Autoritat Financera Andorrana") concedeu autorização prévia sem oposição para a realização da venda do Banco Andbank (Brasil) S.A. e da Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Em 06 de julho de 2022 foi celebrado também contrato comercial entre Banco Andbank e Creditas Soluções Financeiras Ltda. ("Creditas Soluções Financeiras"), estabelecendo (i) serviços de indicação de operações de cessão de créditos originados pelo Grupo Creditas e (ii) a prestação de serviço pela Creditas Soluções Financeiras para a cobrança dos direitos creditórios que forem adquiridos pelo Banco Andbank. No exercício de 2023, foram adquiridos R$ 1.140.377 (R$686.745 no segundo semestre de 2022) em contratos de credito sem coobrigação nas modalidades empréstimo pessoal com garantia de veículos, empréstimo pessoal consignado e financiamento de veículos (vide nota 6). Esse valor inclui 10% de prêmio pago sobre o valor presente dos contratos adquiridos, que vem sendo reconhecidos na adequada conta de resultado em função do prazo remanescente da operação (vide nota 8b.), conforme previsto no contrato comercial. Os créditos adquiridos desde o 2º semestre de 2022 geraram receita com operações de crédito no exercício de 2023 no montante de R$324.573 (R$27.812 em 2022). Concomitante ao contrato de compra e venda entre as partes e a aquisição das carteiras, foi firmado acordo entre as partes para realização de serviços de cobrança e fee de incentivo, os quais geraram resultado de R$10.314 e R$20.881 (R$16.020 em dezembro de 2022), respectivamente, registradas nas rubricas de Despesa administrativa - serviços técnicos especializados e receita com assessoria financeira (nota 17). O valor a receber referente ao fee de incentivo está registrado na rubrica de Outros créditos - receita de assessoria financeira no montante de R$36.901 (R$16.020 em dezembro de 2022) (nota 8a.). Por fim, dada a situação atual de possível troca de controle do Banco, o Andbank requereu junto ao Banco Central a manutenção do crédito tributário existente em 31 de dezembro de 2022 no montante de R$33.013, tendo sido aprovado em 19 de janeiro de 2023. No exercício de 2023 houve compensação de prejuízo fiscal de R$7.280 e de diferença temporária de R$297, resultando em um saldo de crédito tributário de R$25.436 em dezembro de 2023, conforme nota explicativa 9. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional no curso normal dos negócios do Banco, que está suportado por um plano de negócios focado na consolidação da entidade no segmento Private no Brasil, incluindo a realização de acordos operacionais. Nesse contexto, considerando o compromisso do Controlador com o plano de negócio, e em suportar o Grupo no Brasil (investidas diretas e indiretas do Controlador constituídas no Brasil) com eventuais aportes de capital, até a concretização e aprovação pelo Banco Central, do processo de transferência de controle mencionado anteriormente. Dessa forma, não há fatores relevantes que tragam incerteza quanto à continuidade do Banco.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis: 2.1 Base de apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que contemplam a legislação societária, as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) já aprovados pelo CMN, quando conflitantes às normas, prevalecerão as do BACEN. Conforme Resolução CMN nº 4.818/2020 e seus normativos complementares, a partir de 01/01/2020 foram alterados os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis até então vigentes. Conforme disposto no artigo 34, da Resolução BCB nº 2/2020, apresentamos os efeitos líquidos de impostos dos eventos não recorrentes do Banco (nota 27). As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, que representa a moeda funcional do Banco e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de abril de 2024. **2.2 Principais práticas contábeis:** ***2.2.1 Caixa e equivalentes de caixa:*** São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e/ou aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. ***2.2.2 Aplicações interfinanceiras de liquidez:*** As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data base das demonstrações financeiras. ***2.2.3 Títulos e valores mobiliários:*** Conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma: **• Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado; **• Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; e **• Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, são classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01. Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela Anbima, B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, Bloomberg e administradores de fundos de investimento. A metodologia de ajuste a valor de mercado atende aos critérios de mensuração dos ativos financeiros, previsto pela Resolução CMN nº 4.748/19. ***2.2.4 Instrumentos financeiros derivativos:*** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias do Banco. As valorizações ou desvalorizações são registradas em "resultado com instrumentos derivativos". As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização no resultado. A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota nº 4d. destas demonstrações financeiras. ***2.2.5 Operações de crédito:*** As operações de crédito são registradas ao custo corrigido, calculadas "pro rata" com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 59° dia de atraso. A partir do 60º dia, deixam de ser apropriadas, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o art.9º da Resolução CMN nº 2.682/99. Os prêmios pagos pelas carteiras adquiridas são apropriados como redutora das receitas das operações de crédito, conforme fluência do prazo do contrato e integralmente reconhecidos no resultado quando ocorre sua pré liquidação ou na baixa para perda. Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, as operações de cessão de crédito são registradas de acordo com sua natureza, sendo baixadas quando houver a transferência substancial dos riscos e benefícios, ou mantidas em balanço quando houver a retenção substancial dos riscos e benefícios. A receita com registro de operações e operações cedidas sem coobrigação são reconhecidas no resultado na data em que as cessões são efetuadas. ***2.2.6 Provisão para perdas associadas ao risco de crédito:*** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa faixa por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. ***2.2.7 Imobilizado de uso:*** São demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com sua vida útil: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de processamento de dados e sistema de segurança - 20% ao ano. ***2.2.8 Ativos intangíveis:*** São compostos por direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, bem como também é composto por registro de valores pagos na aquisição de diretos contratuais ou outros direitos legais de proteção, ou de outro tipo de controle, referentes ao relacionamento com os clientes. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade. ***2.2.9 Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"):*** É reconhecida uma perda por "*impairment*" se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por "*impairment*" são reconhecidas no resultado do período. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo, semestralmente para determinar se há alguma indicação de perda por "*impairment*". Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não houve reconhecimento de perda por "impairment". ***2.2.10 Imposto de renda e contribuição social:*** As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (20%), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Em 28 de abril de 2022 foi publicada a Medida Provisória nº 1.115, convertida em Lei 14.446 em que a CSLL para os Bancos foi majorada em 1% (21%), para o período-base compreendido entre 01 de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022. Também é observada pelo Banco a prática contábil de constituição, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, base negativa de CSLL e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. Desde março de 2022, o Banco não constitui créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, mantendo os créditos constituídos e registrados no seu balanço com aprovação do Banco Central, conforme descrito na nota 9. A Resolução nº 4.842 de 30 de julho de 2020, do Conselho Monetário Nacional - CMN, em seu inciso II do artigo 4º, orienta que a instituição financeira somente pode efetuar o registro contábil de créditos tributários caso haja expectativa de geração de lucro ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos. ***2.2.11 Estimativas contábeis:*** A preparação das demonstrações financeiras requer adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações de contingências passivas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referente a probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas para os seguintes itens:

Item	Nota
Valor justo dos instrumento financeiros	4
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	7
Redução ao valor recuperável (impairment) do ágio	11b
Provisões, contingências e obrigações legais	14
Receita assessoria financeira	17
Imposto de renda e contribuição social diferido	22

O Banco revisa periodicamente suas estimativas e premissas. ***2.2.12 Despesas antecipadas:*** São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de despesas antecipadas. A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos. ***2.2.13 Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais:*** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisões para riscos são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios: **Ativos contingentes -** não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; **Passivos contingentes -** classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, os classificados como prováveis são provisionados e divulgados em nota explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; **Provisões -** referem-se a valores reconhecidos quando há expectativa da obrigação presente e que possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação a ser liquidada;e **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) -** referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente. ***2.2.14 Outros ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo:*** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Banco, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Banco possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. ***2.2.15 Combinações de negócios:*** Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Banco utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle, o Banco leva em consideração os direitos de votos potenciais que são atualmente exercíveis. O ágio correspondente ao valor pago excedente ao valor contábil do investimento adquirido, decorrente da expectativa de rentabilidade futura, será amortizado linearmente com base em estudo técnico de alocação do preço pago (PPA - *"Purchase Price Allocation"*) e submetido semestralmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos. ***2.2.16 Investimentos:*** O investimento em sociedade controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. ***2.2.17 Apuração do resultado:*** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas das demonstrações financeiras. ***2.2.18 Participações no resultado:*** As participações no resultado são constituídas pelo pagamento de benefício aos funcionários, calculada de acordo com a convenção coletiva e através de programa próprio de plano de participação homologado no Sindicato dos Bancários de São Paulo, e estão registradas na conta de despesas de pessoal, na demonstração de resultado. ***2.2.19 Lucro (prejuízo) líquido por ação:*** O lucro/prejuízo por ação básico é calculado com base na média ponderada de ações em circulação durante o ano do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras. O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há ações com potencial efeito diluidor. ***2.2.20 Eventos subsequentes:*** Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por: **• Eventos que originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e **• Eventos que não originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras. ***2.2.21 Alterações de normas contábeis:*** **Convergência às normas internacionais de contabilidade:** Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638 com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*". Em decorrência deste processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam: **CPC 00 -** Pronunciamento contábil básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21; **CPC 01 (R1) -** Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21 e Resolução BCB nº 120/21; **CPC 02 (R2)** - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16; **CPC 03 (R2) -** Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20; **CPC 04 (R1) -** Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16; **CPC 05 (R1) -** Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20; **CPC 10 (R1) -** Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11; **CPC 23** - Registro contábil e evidenciação de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21; **CPC 24 -** Divulgação de eventos subsequentes ao semestre a que se referem as demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20; **CPC 25 -** Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09; **CPC 27 -** Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16; **CPC 33 (R1) -** Benefícios pagos a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20 e Resolução BCB nº 59/20; **CPC 41 -** Resultado por ação - homologado pela Circular nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20. O Banco adotou a prerrogativa prevista no artigo 7º da referida circular, a qual confere a adesão opcional para instituições financeiras do segmento 4 (S4). Desta forma, o Banco não adotou este pronunciamento; **CPC 46** - Mensuração do valor justo - tema consolidado pela Resolução CMN nº 4.924/21; **CPC 47** - Receita de contrato com cliente - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21. Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para as demonstrações financeiras do Banco.

Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Norma	Vigência
CPC 06 (R2) - Arrendamentos - homologado pela Resolução CMN nº 4.975/21 (i)	01/01/2025
Resolução CMN nº 4.966 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge. (ii)	01/01/2025
Lei nº 14.467/33 dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas nos recebimentos de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.	01/01/2025

(i) Os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor. (ii) O Banco Central ainda emitirá normas complementares. Os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor. Em 25 de novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional publicou a Resolução nº 4.966 (alterada pela 5.019/2022), a qual estabelece novas regras de contabilização dos instrumentos financeiros e das relações

continua

continuação

de proteção (operações de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. Essas regras seguem conceitos da norma internacional IFRS 9. A adoção desta resolução será a partir de 01/01/2025. O Plano de Implementação dos referidos normativos no Banco Andbank foi aprovado pelo Conselho de Administração em 05/12/2022, e está segregado em três fases (i) **diagnóstico**: identificação dos impactos da norma nos processos da entidade ("as is" e "to be"); (ii) **transição**: revisão e definição dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis e (iii) **implementação**: adequações sistêmicas e de governança para aplicação e acompanhamento das alterações. O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período de 2023 até o final de 2024, e depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa dos itens regulatórios. Durante a fase de diagnostico preliminar, ficou constatado a aplicação compulsória da metodologia simplificada para apuração de perda esperada para provisão. O Andbank continua atuando no plano para implementação da referida resolução. **2.3 Reapresentação de saldos:** O Banco, na preparação das suas demonstrações contábeis referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, revisou a classificação de alguns ativos para melhor refletir suas naturezas e funções dentro de seu contexto operacional. Para fins de comparabilidade, o Banco optou por efetuar a reapresentação dos saldos apresentados comparativamente referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. As reclassificações impactaram as rubricas de Outros créditos - diversos e Outros valores e bens. Abaixo segue quadro comparativo demonstrando as reclassificações efetuadas:

Rubrica / Conta	31/12/2022 *Antes do ajuste*	Ajustes	31/12/2022 *Reapresentado*
Balanço Patrimonial			
Outros créditos - Diversos	**70.456**	**58.383**	**12.073**
Partes relacionadas - Valores a receber empresas do grupo (nota 16)	6.849	-	6.849
Operações a liquidar com bolsa	966	-	966
Devedores por depósito em garantia	2.409	-	2.409
Devedores diversos	1.305	-	1.305
Custo de aquisição de operação de crédito	58.383	58.383	-
Outros	544	-	544
Outros valores e bens	**19.771**	**58.383**	**78.154**
Despesas antecipadas	19.771	-	19.771
Custo de aquisição de operação de crédito	-	58.383	58.383

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Disponibilidades em moeda corrente	334	341
Disponibilidades em moeda estrangeira	2.256	158
Total disponibilidades	**2.590**	**499**
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	439.583	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	**442.173**	**499**

(a) São operações compromissadas que possuem vencimento em D+1.

4. Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros estavam assim compostos:

a. Diversificação por categoria e tipo dos títulos e valores mobiliários:

	Dezembro 2023			Dezembro 2022		
	Custo atualizado	Valor contábil/ Mercado	Valor Ajuste a mercado	Custo atualizado	Valor contábil/ Mercado	Valor Ajuste a mercado
Títulos para negociação						
Carteira própria						
Certificado de recebíveis imobiliários	5	5	-	-	-	-
Subtotal	**5**	**5**	**-**	**-**	**-**	**-**
Títulos disponível para venda						
Carteira própria:						
Letras do tesouro nacional	27.163	25.588	(1.575)	46.918	44.622	(2.296)
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	43.812	43.808	(4)
Debêntures	433	-	(433)	433	167	(266)
Cotas de fundos de investimentos em direitos creditórios (ii)	290.074	349.228	-	-	-	-
	317.670	**374.816**	**(2.008)**	**91.163**	**88.597**	**(2.566)**
Vinculados a operações compromissadas:						
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	47.851	47.846	(5)
	-	**-**	**-**	**47.851**	**47.846**	**(5)**
Vinculados à prestação de garantias (i):						
Letras do tesouro nacional	-	-	-	1.700	1.651	(49)
Cotas de fundos de investimentos (ii)	2.539	3.941	-	2.539	3.494	-
	2.539	**3.941**	**-**	**4.239**	**5.145**	**(49)**
Subtotal	**320.209**	**378.757**	**(2.008)**	**143.253**	**141.588**	**(2.620)**
Títulos mantidos até o vencimento						
Carteira própria:						
Letras do tesouro nacional	78.671	78.671	-	73.063	73.063	-
	78.671	**78.671**	**-**	**73.063**	**73.063**	**-**
Subtotal	**78.671**	**78.671**	**-**	**73.063**	**73.063**	**-**
Total	**398.885**	**457.433**	**(2.008)**	**216.316**	**214.651**	**(2.620)**

i) Os títulos vinculados à prestação de garantias são: Títulos Públicos para garantir operações de contratos futuros na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão e as cotas do fundo de investimento caucionados em Instituição Financeira, para garantir contratos próprios de aluguel. ii) As cotas de fundos de investimentos foram atualizadas pelo respectivo valor da cota, no último dia útil das datas de balanço. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não houve reclassificações entre categorias dos títulos e valores mobiliários. Títulos para negociação e títulos disponíveis para venda foram classificados de acordo com os seguintes níveis em 31 de dezembro de 2023 e de 2022: • Nível 1: títulos e valores mobiliários com preços líquidos disponíveis em um mercado ativo. • Nível 2: títulos e valores mobiliários que não tem informações de preço disponíveis e são precificados por modelos convencionais ou internos, considerando inputs observáveis. • Nível 3: títulos e valores mobiliários para os quais os insumos para precificação são gerados por modelos estatísticos e matemáticos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	Dezembro 2023			Dezembro 2022		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Títulos para negociação	**-**	**5**	**5**	**-**	**-**	**-**
Certificados de recebíveis imobiliários	-	5	**5**	-	**-**	-
Títulos disponíveis para venda	**25.588**	**353.169**	**378.757**	**137.927**	**3.661**	**141.588**
Cotas de fundos de investimentos	-	3.941	3.941	-	3.494	3.494
Letras do tesouro nacional	25.588	-	25.588	46.273	-	46.273
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	91.654	-	91.654
Debêntures	-	-	-	-	167	167
Cotas de fundos de investimentos em direitos creditórios	-	349.228	349.228	-	-	-

b. Diversificação por prazo dos títulos e valores mobiliários:

	Dezembro 2023 (i)	Dezembro 2022 (i)
Sem vencimento (ii)	353.174	3.494
A vencer até 360 dias	104.259	-
A vencer acima de 360 dias	-	211.157
Total	**457.433**	**214.651**

i) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. ii) Cotas de fundos são classificados como sem vencimento, independentemente da sua classificação contábil.

c. Obrigações compromissadas

	Dezembro 2022 Total
Carteira Própria	
Letras Financeiras do Tesouro	47.791
Total	**47.791**

d. Instrumentos financeiros derivativos - Negociação: O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação. A instituição utiliza derivativos com uma perspectiva de baixo risco. Os derivativos são utilizados dentro de um conceito de cobertura local de risco de mercado dos investimentos do grupo no Brasil, não configurando posições especulativas e principalmente seguindo a estratégia global do Grupo Andbank estabelecidas pelo Comitê de Ativos e Passivos e pelo seu economista-chefe. Os riscos de mercado e crédito associados a esses produtos, bem como riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros derivativos, são estabelecidos e mantidos procedimentos de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais em seus valores, previstos pela Resolução CMN nº 4.277, independente da metodologia de apreçamento adotada e observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Os contratos de Futuros são registrados na B3 S.A. Brasil, Bolsa e Balcão. Adicionalmente, para os contratos futuros, a câmara de liquidação exige o aporte de colaterais para manter as posições abertas. Assim, a área de riscos do Banco projeta em seu acompanhamento diário, o fluxo de caixa dos próximos 90 dias, com o objetivo de identificar eventuais necessidades de liquidez. Para o cumprimento da garantia são alocados títulos públicos da própria carteira do Banco que apesar de diminuir a liquidez, o impacto é baixo dado o acompanhamento dos riscos e a solvência da unidade Brasil ser elevada. Os ajustes a receber das operações do mercado futuro são registrados na conta "Outros créditos - Negociação e intermediação de valores", e a pagar registrados na conta "Outras obrigações - Negociação ou intermediação de valores". O valor de mercado desses derivativos foi apurado com base nas taxas divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. A margem dada em garantia das operações negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R$ 1.651 em dezembro de 2022. Não há posição em 31 de dezembro de 2023. **Estrutura de hedge:** A estratégia de hedge é determinada com base nos limites de exposição a taxa de juros inerentes às operações de captação do Banco. Sempre que estas operações gerarem exposições acima dos limites estabelecidos, o que poderia resultar em relevantes flutuações no resultado do Banco, a cobertura do risco é efetuada utilizando-se instrumentos financeiros derivativos, contratados em mercado organizado ou de balcão, observadas as regras legais para a qualificação de hedge, conforme estabelecido pela Circular nº 3.082/02 do BACEN. Os instrumentos de proteção buscam a mitigação dos riscos de variação de juros. Observada a liquidez que o mercado apresentar, as datas de vencimento dos instrumentos de hedge são os mais próximos possível das datas dos fluxos financeiros da operação objeto, garantindo a efetividade desejada da cobertura do risco. Em 31 de dezembro de 2023, o Banco não possui estrutura de hedge.

O quadro a seguir apresenta resumo da estrutura de hedge de risco de mercado em 31 de dezembro de 2022.

Item objeto de hedge	Vencimento	Valor captação	Instrumento de hedge	Variação no valor justo do objeto de hedge	Variação no valor justo do instrumento de hedge	Efetividade (%)	Diferencial a pagar
Depósitos a prazo	13/10/2023	105.066	Futuro DI	244.802	(254.443)	96,21%	(548)
Depósitos a prazo	01/11/2023	8.930	Futuro DI	24.597	(25.229)	97,49%	(55)

Composição dos valores de referência ("Notional ") registrados em contas de compensação, por tipo de estratégia, de contrato e de indexadores de referência

	Dezembro 2022 De 3 a 12 meses	Total
Estratégia de proteção		
Posição comprada - *Pré x DI*	113.066	113.066
Total	**113.066**	**113.066**

e. Resultados reconhecidos com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e aplicações interfinanceiras de liquidez

	2º Semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022
Resultado de aplicação interfinanceira de liquidez	17.293	22.418	2.280
Resultado sobre títulos e valores mobiliários	49.785	84.107	19.686
Resultado sobre contrato de futuro	262	689	327
Total	**67.340**	**107.211**	**22.293**

O valor de ajuste de marcação a mercado negativo, referente aos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 1.104 (R$ 1.419 em dezembro de 2022) e estão registrados na rubrica ajustes de avaliação patrimonial no Balanço Patrimonial, líquido dos efeitos tributários.

5. Relações interfinanceiras: Os créditos vinculados são representados, basicamente, por valores requeridos pelo BACEN, para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos a prazo, microfinanças e crédito rural.

6. Operações de crédito: As informações da carteira de operações de crédito, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, são assim sumarizadas:

a. Composição da carteira de operações de crédito por modalidade de operação

	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Cédula de crédito bancário (CCB)	717.784	333.212
Adiantamento a depositantes	3	7
Credito Pessoal - Consignado	72.859	5.755
Financiamento	384.999	225.863
Subtotal operações de crédito	**1.175.645**	**615.837**
Total	**1.175.645**	**615.837**
Operações de crédito no ativo circulante	402.111	81.417
Operações de crédito no ativo não circulante	773.537	534.420

b. Diversificação da carteira por vencimento

	Dezembro 2023 Total Saldo	%	Dezembro 2022 Total Saldo	%
Vencidos:				
De 1 a 14 dias	129.188	34,15	35.779	52,19
De 15 a 60 dias	147.453	38,98	29.828	43,51
Acima de 60 dias	101.611	26,87	2.953	4,31
Total vencidos	**378.252**	**100,00**	**68.560**	**100,00**
A vencer:				
Até 90 dias	2.300	0,29	2.206	0,40
De 91 a 180 dias	3.132	0,39	1.055	0,19
De 181 a 360 dias	18.426	2,31	9.596	1,75
Acima 360 dias	773.534	97,01	534.420	97,66
Total a vencer	**797.393**	**100,00**	**547.277**	**100,00**
Total	**1.175.645**	**100,00**	**615.837**	**100,00**

c. Diversificação da carteira por segmento de mercado

	Dezembro 2023 Saldo	%	Dezembro 2022 Saldo	%
Setor privado:				
Serviços	2.514	0,21	-	-
Pessoas físicas	1.173.131	99,79	615.837	100,00
Total	**1.175.645**	**100,00**	**615.837**	**100,00**

d. Diversificação da carteira por nível de concentração

	Dezembro 2023 Saldo	%	Dezembro 2022 Saldo	%
Maior devedor	2.311	0,20	2.775	0,45
Dez maiores seguintes	4.915	0,42	9.926	1,61
Demais devedores	1.168.419	99,38	603.136	97,94
Total	**1.175.645**	**100,00**	**615.837**	**100,00**

e. Composição da carteira por nível de risco

		Dezembro 2023				Dezembro 2022	
Nível de risco	% provisão	Curso normal	Vencidas[1]	Total da carteira	Provisão	Total da carteira	Provisão
AA	-	2.034	-	2.034	-	2.544	-
A	0,5	827.167	739	827.906	(4.139)	521.646	(2.607)
B	1,0	86.299	77.091	163.390	(1.634)	66.261	(663)
C	3,0	9.374	69.965	79.339	(2.380)	21.513	(645)
D	10,0	522	28.645	29.167	(2.917)	3.689	(369)
E	30,0	156	22.630	22.786	(6.836)	184	(56)
F	50,0	74	21.093	21.167	(10.584)	-	-
G	70,0	148	17.805	17.953	(12.567)	-	-
H	100,0	68	11.835	11.903	(11.903)	-	-
Total		**952.842**	**249.803**	**1.175.645**	**(52.960)**	**615.837**	**(4.340)**

(1) A coluna "vencidas" refere-se ao saldo contábil das operações com atraso igual ou superior a 15 (quinze) dias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram registradas baixas de crédito para prejuízo no montante de R$12.860 (não houve em 2022), e recuperações de valores baixados para prejuízo no montante de R$32 (não houve em 2022). Em 31 de dezembro de 2023 foram renegociadas operações de crédito no montante de R$88.116 (R$ 4.143 em dezembro de 2022). **f. Cessão de direitos creditórios sem retenção substancial de riscos e benefícios:** Em 28 de dezembro de 2023 em consonância com os termos da Resolução Bacen nº 3.533/08, o Banco na figura de cedente firmou contratos de cessão sem retenção substancial de risco e benefício no valor nominal de R$ 80.881, cujo valor de provisão correspondia a R$78.620 (vide nota 7). O efeito líquido no resultado do exercício dessa transação foi de (R$879), sendo formado por (i) baixa de carteira cujo valor contábil líquido na data da transação era de 2.261, (ii) baixa de custo de aquisição da carteira cujo valor contábil na data da transação era de R$ 5.776 e (iii) valor efetivo recebido pela trasação no montante de R$ 7.158.

7. Provisão para perdas associadas ao risco de crédito: A movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito encontra-se apresentada no quadro a seguir:

	2º Semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022
Saldo Inicial	48.223	4.340	205
Constituição de provisão líquida de reversões	84.253	128.136	4.135
Reversão de provisão por cessão (vide nota 6f.)	(78.620)	(78.620)	-
Valores baixados para prejuízo	(896)	(896)	-
Total	**52.960**	**52.960**	**4.340**
Circulante	48.295	48.295	1.215
Não Circulante	4.665	4.665	3.125

8. Outros créditos: a. Rendas a receber

	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Comissões e corretagens a receber (a)	1.375	2.075
Receita de assessoria financeira (b)	36.901	16.020
Contas a receber venda de bem (c)	1.522	2.357
Total	**39.798**	**20.452**
Ativo circulante	39.061	18.930
Ativo não circulante	737	1.522

(a) Referem-se a comissões e corretagens a receber de colocações de títulos e rebate de fundos. (b) Representa receita de incentivo ("incentive fees") conforme estabelecido no contrato de compra e venda de ações firmado com a Creditas LLC, referente ao desenvolvimento e implantação do crédito varejo e seu fluxo operacional (vide nota 17). (c) Refere-se a contas a receber pela venda de bem imóvel recebido em garantia o qual estava registrado em Outros Valores e Bens.

b. Diversos

	Dezembro 2023	Dezembro 2022 (reapresentado)
Partes relacionadas - valores a receber empresas do grupo (nota 15)	882	6.849
Operações a liquidar com bolsa	762	966
Devedores por depósito em garantia (nota 14)	2.225	2.409
Devedores diversos	922	1.305
Valor a receber pela Cessão de Crédito	7.158	-
Outros (*)	107	544
Total	**12.056**	**12.073**
Ativo circulante	9.831	9.664
Ativo não circulante	2.225	2.409

(*) valor inclui saldo de conta transitória de baixa de parcelas de operações de créditos cujo valor é liquidado em d+1.

9. Ativos fiscais diferidos: Em consonância com a resolução 4.842/20, emanada pelo CMN, as instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem efetuar registro contábil dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal de imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ), base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), e aquele fruto de diferenças temporárias, desde que, para este caso sejam atendidas as seguintes condições: I Apresentem histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência; II Haja expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos. Abaixo quadro com os créditos tributários ativados pelo Banco e as seguintes movimentações:

	Saldo 31/12/2022	Constituição (Reversão)	Realização	Saldo 31/12/2023
Diferenças temporárias líquidas				
Provisão contingência trabalhista	398	-	-	398
Provisão devedores duvidosos	75	-	-	75
Processos cíveis	846	-	-	846
Processos fiscais	323	-	-	323
Bônus	572	-	-	572
Provisão com comissões	621	-	-	621
Outras provisões para pagamento	146	-	-	146
Ajuste valor de mercado (TVM)	1.327	(297)	-	1.030
Total referente a diferenças temporárias	**4.308**	**(297)**	**-**	**4.011**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	28.705	-	(7.280)	21.425
Total (i)	**33.013**	**(297)**	**(7.280)**	**25.436**

(i) Os ativos fiscais diferidos são classificados em sua totalidade como não circulante. Conforme mencionado no contexto operacional, o Banco assinou contrato de compra e venda de suas ações e, tendo em vista a troca de controle acionário e a necessidade do adquirente apresentar um novo plano estratégico para mensurar inclusive a realização de tais créditos, foi solicitado ao Banco Central a manutenção dos créditos tributários constituídos e registrados em seu balanço em 31/10/2022. O pedido foi deferido pelo Banco Central em 19 de janeiro de 2023. A administração entende que a realização dos créditos tributários será realizada dentro do prazo de 10 anos, estipulado pelo Banco Central. Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários foi utilizada a taxa Selic, o valor presente é de R$ 19.812 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 29.023 em 2022). Em 31 de dezembro de 2023, o Banco possui o montante de R$ 25.436 ativados referente a créditos tributários (R$ 33.013 em 31 de dezembro de 2022). Em 31 de dezembro de 2023, o Banco possuía R$ 40.329 de créditos tributários não ativados (R$ 8.072 em 2022, sendo R$4.982 de prejuízo fiscal e base negativa e R$3.090 de diferenças temporárias), sendo R$ 4.982 de prejuízo fiscal e base negativa, e R$ 35.347 de diferenças temporárias.

10. Outros valores e bens

	Dezembro 2023	Dezembro 2022 (reapresentado)
Despesas antecipadas (a)	29.428	19.771
Bens não de uso	1.870	-
Custo de aquisição de operação de crédito (b)	81.687	58.383
Total	**112.985**	**78.154**
Ativo circulante	44.003	5.481
Ativo não circulante	68.982	72.673

(a) Inclui R$ 22.661 (R$ 17.921 em dezembro de 2022) referente a signing bonus de retenção pagos a agentes autônomos e funcionários. (b) Refere-se ao prêmio pago na aquisição da carteira de credito originada pelo Grupo Creditas, representada por cessões de crédito sem coobrigação. O valor presente dos contratos, são registrados na rubrica "operações de crédito" e o prêmio em "outros valores e bens".

11. Permanente: a. **Imobilizado de uso**

	Taxa de amortização	Dezembro 2023 Imobilizado	Depreciação acumulada	Total	Dezembro 2022 Total
Instalações de móveis e equipamentos de uso	10% a.a.	8.350	(4.919)	3.431	4.126
Equipamentos de informática/ comunicação	10% a.a.	3.008	(2.961)	47	104
Equipamentos de segurança	20% a.a.	101	(101)	-	-
Total		**11.459**	**(7.981)**	**3.478**	**4.230**

b. Movimentação imobilizado

2023	Saldo inicial	Depreciaçao	Aquisição	Baixa	Saldo final
Instalações, móveis e equipamentos de uso	4.126	(1.005)	329	(19)	3.431
Equipamentos de informática/ comunicação	104	(57)	4	(4)	47
Total	**4.230**	**(1.062)**	**333**	**(23)**	**3.478**

c. Ativos intangíveis

	Taxa de amortização	Dezembro 2023 Intangível	Amortização acumulada	Total	Dezembro 2022 Total
Ativos intangíveis	(a) (c)	90.159	(36.183)	53.976	57.642
Ágio na combinação de negócios	(b) (c)	80.327	(29.966)	50.361	57.004
Ágio na aquisição de investimentos (d)	20% a.a.	673	(673)	-	-
Total		**171.159**	**(66.822)**	**104.337**	**114.646**

(a) Inclui intangíveis relacionados a combinação de negócios, sendo: (i) R$ 17.947 refere-se ao valor da combinação de negócios com o grupo Triar, atribuído ao ativo intangível de acordo com o estudo definitivo de alocação do preço ("*PPA" - Purchase Price Allocation*), segregados em: R$ 13.649 alocados à relacionamentos com clientes e R$ 4.298 alocados à condições de não competição; (ii) R$ 17.801 refere-se ao valor da combinação de negócios com o grupo Capital, atribuído ao ativo intangível de acordo com o estudo definitivo de alocação do preço ("*PPA - Purchase Price Allocation*), segregados em: R$ 7.392 alocados à relacionamentos com clientes e R$ 10.409 alocados à condições de não competição. A taxa de amortização média é de 11% a.a. (b) Refere-se ao ágio pago na combinação de negócio com os grupos Triar e Capital, no valor de R$ 41.832 e R$ 38.495, respectivamente. A taxa média de amortização é de 11% a.a. (c) Testes de recuperabilidade de ativos intangíveis e dos ágios - Os valores recuperáveis dos ativos intangíveis e respectivos ágios, registrados através dos acordos operacionais realizados com Triar e Capital, foram determinados com base no método do fluxo de caixa descontado adotando o modelo CAPM. As taxas de crescimento de longo prazo consideradas foram de 8,50% a.a. A taxa de desconto utilizada para o teste de valor recuperável foi de 9,06%, para Triar e Capital. Com base nos testes realizados e na expectativa e planos de negócio do Banco Andbank, a Administração concluiu não existir fatores que indiquem a necessidade de reconhecimento de perdas com a recuperabilidade dos ativos intangíveis e dos ágios reconhecidos nos acordos operacionais realizados com Triar e Capital. (d) Em 06 de junho de 2016, o Banco adquiriu 100% do controle acionário da Andbank Financeira Ltda. que detém 99,99% do controle acionário da Andbank DTVM Ltda. Por ocasião desta aquisição e com base na apuração do preço de compra x valor contábil e no estudo de alocação de preço de compra ("PPA"), foi apurado ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura. Em 23 de março de 2018, o Banco assinou um acordo operacional com a Triar Agentes Autônomos ("Triar"), o qual teve vigência a partir do dia 1º de abril de 2018. Em outubro de 2019, foi apurado o valor total do acordo, no montante de R$ 59.779. Em 31 de dezembro de 2023 não há saldo em aberto (R$ 10.843 em 31 de dezembro de 2022) (vide nota 13 b). Em 03 de julho de 2019, o Banco assinou um novo acordo operacional com a Capital Serviços de Agente Autônomos Ltda. ("Capital"), o qual teve vigência a partir do dia 1º de agosto de 2019. Em dezembro de 2020, foi apurado o valor total do acordo, no montante de R$ 56.296, sendo o saldo em aberto atual de R$ 17.210 (R$ 30.045 em 31 de dezembro de 2022) o qual será pago em 01 parcela anual e uma parcela adicional três anos posterior a data da última parcela (vide a e b acima e nota 13 b). O saldo em aberto é atualizado com base no índice IPCA (vide nota 13 b).

d. Movimentação intangível

2023	Saldo inicial	Depreciaçao	Aquisição	Saldo final
Ativos Intangíveis	57.642	(9.194)	5.528	53.976
Ágio na combinação de negócios	57.004	(6.643)	-	50.361
Total	**114.646**	**(15.837)**	**5.528**	**104.337**

12. Depósitos: a. Composição por vencimento

	Dezembro 2023 À vista não ligadas	ligadas	A prazo não ligadas	ligadas	Total	Dezembro 2022 Total
Vencimentos						
Sem vencimento	20.815	57	-	-	20.872	24.458
Até 30 dias	-	-	414.370	-	414.370	432
De 61 a 90 dias	-	-	108.045	-	108.045	748
De 91 a 180 dias	-	-	354.071	241	354.312	19.305
De 181 a 360 dias	-	-	234.280	2.252	236.532	392.365
Acima de 360 dias	-	-	775.311	-	775.311	130.218
Total	**20.815**	**57**	**1.886.077**	**2.493**	**1.909.442**	**567.526**
Passivo circulante	**20.815**	**57**	**1.110.766**	**2.493**	**1.134.131**	**437.308**
Passivo não circulante	**-**	**-**	**775.311**	**-**	**775.311**	**130.218**

Conforme mencionado na nota 4d., em 31 de dezembro de 2022, o Banco possuía estrutura de hedge com o objetivo de compensar riscos decorrentes da exposição à variação da taxa de juros de suas captações a prazo (itens objeto de hedge). Em 31 de dezembro de 2023 não há operação de hedge. Em dezembro de 2022 o ajuste de marcação a mercado negativo de R$603 está registrado na rubrica de instrumentos financeiros derivativos no Balanço Patrimonial.

b. Composição por segmento de mercado

Composição	Dezembro 2023 À vista	A prazo	Total	Dezembro 2022 Total
Ligadas (nota 15)	57	2.493	2.550	2.083
Governo	528	-	528	528
Pessoas físicas	17.816	118.619	136.435	67.435
Pessoas jurídicas	2.471	1.767.458	1.769.929	497.480
Total	**20.872**	**1.888.570**	**1.909.442**	**567.526**

c. Concentração por depositantes

Composição	Dezembro 2023 À vista	A prazo	Total	%	Dezembro 2022 Total	%
10 maiores	6.564	1.800.680	1.807.244	94,65	503.637	88,74
50 seguintes	8.029	48.175	56.204	2,94	36.358	6,41
Demais	6.279	39.715	45.994	2,41	27.531	4,85
Total	**20.872**	**1.888.570**	**1.909.442**	**100,00**	**567.526**	**100,00**

13. Outras obrigações: a. Obrigações fiscais correntes

	Dezembro 2023	Dezembro 2022
IOF a recolher	31	235
Impostos e contribuições a recolher	2.794	2.688
Total	**2.825**	**2.923**
Passivo circulante	2.825	2.923

b. Diversas

	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Despesas de pessoal	10.357	6.786
Fornecedores	1.918	2.210
Despesas previdenciárias	741	618
Valores a pagar à partes relacionadas (nota 15)	4.254	49
Credores diversos (a)	25.103	29.991
Outros	148	385
Total	**42.523**	**40.039**
Passivo circulante	36.364	23.578
Passivo não circulante	6.157	16.461

(a) Refere-se substancialmente a R$ 5.789 em dezembro de 2022 de parcelas anuais a pagar ao Grupo Triar referente ao acordo operacional e R$ 17.210 (R$ 24.013 em dezembro de 2022) de parcelas anuais a pagar ao Grupo Capital (vide nota 11 b).

c. Negociação e intermediação de valores

	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	762	966
Comissões e corretagens a pagar	933	1.587
Total	**1.695**	**2.553**
Passivo circulante	1.695	2.553

14. Provisões e passivos contingentes: Movimentação dos processos: O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, às quais vem contestando judicialmente a legalidade da exigência de diversos impostos e contribuições, bem como vem respondendo a diversos processos na esfera fiscal, trabalhista e cível como segue:

	Fiscais (i)	Cíveis (ii)	Trabalhistas (iii)	Total
Saldo inicial 01/01/2023	**766**	**4.739**	**907**	**6.412**
Movimentação do período refletida no resultado	**914**	**(3.489)**	**(420)**	**(2.995)**
Atualização / encargos	59	301	34	394
Constituição	1.421	628	15	2.064
Reversão	(566)	(4.418)	(469)	(5.453)
Saldo Final 31/12/2023	**1.680**	**1.250**	**487**	**3.417**
Depósito em garantia de recursos em 31/12/2023 (nota 8 b.)				**2.225**
Depósito em garantia de recursos em 31/12/2022 (nota 8 b.)				**2.409**

(i) Referem-se substancialmente: (i) obrigação legal decorrente do questionamento de base de ISS no montante de R$ 778 (R$ 766 em dezembro 2022); (ii) Mandado de Segurança impetrado pelo Banco Andbank contra o Delegado da Delegacia da Receita Federal do Brasil para discutir multa aplicada em razão da não entrega de informações, no montante de R$856 em dezembro de 2023 ; (iii) Ação anulatória de débito fiscal com pedido de tutela antecipada de urgência proposta pelo Banco Andbank em face da Prefeitura de São Paulo para discutir anulação de autos de infração, no montante de R$565 em dezembro de 2023. Todos os processos foram classificados com expectativa de perda provável. (ii) Refere-se substancialmente a ação de resolução da cessão de Cédula de Crédito Bancário (CCB) emitida pela empresa ELETRODIRETO - Central de Distribuição de Produtos S/A e cedida pelo ANDBANK à CAPAF, sendo o valor provisionado em 31 de dezembro de 2022 de R$ 3.906. Em novembro de 2023 foi realizado o pagamento da condenação no valor de R$5.947, extinguindo o processo. Adicionalmente, existem também ações cíveis indenizatórias, relacionadas especialmente com a atuação de arrecadação de contas via correspondente bancário praticada pelo antigo Banco Bracce S.A.. (iii) Refere-se a acordos e reclamações trabalhistas propostas contra o Banco com pedidos de verbas e direitos trabalhistas previstos em convenção coletiva dos bancários. A Administração com base em informações de seus assessores jurídicos e na experiência anterior referente aos valores reivindicados constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, considerando remotas as possibilidades de que eventuais pagamentos decorrentes da resolução final das demandas judiciais sejam superiores aos valores provisionados. Processos relacionados a Correspondente Bancário: no contrato de Correspondente Bancário está prevista a responsabilidade por ações trabalhistas movidas por funcionários da empresa correspondente em face do Banco, assim como eventuais ações decorrentes da prestação de serviço executada pelo Correspondente. Desta forma, se o Banco for demandado judicialmente em ação que seja de responsabilidade do Correspondente e no caso desta ser uma empresa ativa, isto é, com capacidade financeira de pagamento e comprovada disposição histórica para suportá-los, o risco financeiro da contingência para o Banco é remoto. Cumpre ressaltar que a situação do Correspondente será monitorada e em caso de alteração substancial em sua situação econômico-financeira ou disposição voluntária para pagamento, o provisionamento será reavaliado. **Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível:** O Banco e sua controlada possuem outras contingências avaliadas individualmente por nossos assessores jurídicos como perda possível, com valor de causa conforme quadro:

	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Cíveis (a)	60.808	52.291
Trabalhistas	190	446
Fiscais (b)	441	7.011
Total	**61.439**	**59.748**

(a) Refere-se substancialmente a ação indenizatória civil no valor original de R$ 25.903, distribuída no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em 2017, no qual o antecessor do Banco (Banco Lemon) aparece indiretamente no polo passivo do processo. O Banco somente figura nessa ação pois a autora incluiu no polo passivo as partes que de alguma forma figuraram na relação entre autora e ré. O valor contempla também uma ação de reintegração de posse de bens móveis no valor original de R$ 20.000, distribuída no Tribunal de Justiça de Goiás. (b) Trata-se principalmente de ação de execução proposta pelo Município de São Paulo, referente a auto de infração sobre a cobrança de ISS. Os referidos autos de infração encontram-se em discussão em ação anulatória fiscal, com decisão que deferiu antecipação de tutela para suspenção da cobrança, aguardando julgamento. Em dezembro de 2023 houve redução de saldo devido a reclassificação de risco de possível para remoto.

15. Partes relacionadas: O Banco possui como controladora direta a Andorra Banc Agricol Reig S.A. Adicionalmente os acionistas possuem outras empresas as quais são consideradas partes relacionadas do Banco por possuírem controle em conjunto, sendo elas: • Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. • Andbank Corretora de Seguros de Vida Ltda. • Andbank Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda. • APW Consultores Financeiros Ltda. São consideradas pessoas chaves do Banco sua diretoria executiva, no exercício de 2023 essa remuneração foi de R$ 1.153 (R$ 829 em 2022). Não há benefícios de longo prazo. As demais entidades que não possuem controle em conjunto e que pertencem ao grupo econômico são: AndPrivate Wealth S.A. (Suiça), Andbank Advisory LLC (Miami), Andbank Luxemburgo e APW Uruguay S.A.

O Banco manteve no período saldos ativos e passivos, receitas e despesas com as partes relacionadas acima referidas, conforme apresentado no quadro a seguir:

continua

"continuação"

	Dezembro 2023		Dezembro 2022	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Andbank Corretora de Seguros de Vida Ltda.				
Valores a receber (i)	4	52	16	648
Valores a pagar (i)	(5)	(127)	(7)	(152)
Depósito á vista	-	-	(1)	-
Depósito à prazo	-	(82)	(534)	(149)
Andbank Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.				
Valores a receber (i)	9	180	124	971
Valores a pagar (i)	(201)	(2.585)	(37)	(599)
Depósito a vista	(55)	-	(82)	-
Depósito a prazo	(2.239)	(93)	(1.175)	(58)
Andorra Banc Agricol Reig S.A.				
Depósito em moeda estrangeira	2.256	30	158	41
Valores a pagar	(4.047)	(4.047)	-	-
Valores a receber (ii)	240	(472)	5.064	2.293
Andbank DTVM Ltda.				
Valores a receber (i)	602	503	197	196
Valores a pagar (i)	(1)	(36)	(5)	(226)
Andbank Luxemburgo				
Valores a receber (ii)	-	116	565	(9)
Andbank Advisory LLC				
Valores a receber (ii)	-	(361)	604	536
AndPrivate Wealth S.A.				
Valores a receber (ii)	7	2	6	23
Andbak Espanha				
Valores a receber (ii)	-	54	253	253
APW Uruguay S.A.				
Valores a receber (ii)	20	-	20	18
APW Consultores Financeiros				
Depósito a vista (i)	(1)	-	-	49
Depósito à prazo (i)	(241)	(33)	(258)	(22)
Pessoas físicas				
Depósito à vista	(1)	-	(3)	-
Depósito à prazo	(13)	(3)	(30)	(3)
Total Deposito em moeda estrangeira	**2.256**	**30**	**158**	**41**
Total a receber - Outros Créditos Diversos	**882**	**74**	**6.849**	**4.978**
Total a pagar - Outras Obrigações Diversas	**(4.254)**	**(6.795)**	**(49)**	**(977)**
Total Depósito à Vista	**(57)**	**-**	**(86)**	**-**
Total Depósito à Prazo	**(2.493)**	**(211)**	**(1.997)**	**(232)**

(i) Referem-se a valores a receber e a pagar relacionados a rateio de despesas. (ii) Referem-se a valores a receber relacionados a prestação de serviços e reembolsos de despesas. Em 31 de dezembro de 2023, o Banco possui R$ 1.578 (R$ 2.469 em dezembro de 2022) em empréstimo concedido a diretores da instituição, gerando resultado de R$ 299. Este empréstimo segue as diretrizes da Resolução 4.693/18 do Conselho Monetário Nacional.

16. Patrimônio líquido: a. Capital Social: O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 esta composto por 1.140.774.792 ações ordinárias (1.140.774.792 em 31 de dezembro de 2022), sem valor nominal. Em 8 de novembro de 2022, foi deliberado o aumento de capital do Banco Andbank através da emissão de 549.835.279 novas ações ordinárias nominativas, totalizando um aumento de R$ 200.000. Com o aumento, o capital social passou de R$ 317.106 para R$ 517.106. O processo de aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central em 21 de novembro de 2022. Conforme previsto no estatuto social, o dividendo não será obrigatório no exercício social em que a administração julgar incompatível com a situação financeira do Banco, podendo o Conselho de Administração propor à Assembleia Geral Ordinária, que se distribua dividendo inferior ao obrigatório ou nenhum dividendo. **b. Reservas de capital:** A reserva de capital, nos termos da Lei nº 11.638/07, somente poderá ser utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) incorporação ao capital social; (iii) cancelamento de ações em tesouraria; e (iv) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada. Em fevereiro de 2019, em decorrência da incorporação da sua controladora direta Andbank (Brasil) Holding Financeira Ltda., foi constituída reserva de reavaliação no valor de R$ 3.411, representado pelo ativos intangível identificáveis na incorporação. Essa reserva é amortizada contra lucros e prejuízos acumulados simultaneamente a amortização do ativo que a originou. O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 2.222 (R$ 2.396 em dezembro 2022). **c. Reservas de lucros:** O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Banco, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada semestre social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no semestre em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social. Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Banco pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. **d. Ajuste de avaliação patrimonial:** Os valores líquidos dos efeitos tributários dos ajustes de avaliação patrimonial dos títulos classificados na categoria de disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 1.104 de desvalorização (R$ 1.467 em 2022).

17. Receitas de prestação de serviços

	2º Semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022
Rendas de intermediação (a)	11.779	19.381	24.023
Remuneração operação estruturada (b)	1.148	2.663	3.692
Receita de assessoria financeira (c)	-	20.881	16.024
Rendas de corretagem de câmbio	544	1.389	610
Rendas de serviços de custódia	318	706	780
Total	**13.789**	**45.020**	**45.129**

(a) Refere-se principalmente a rebate na comissão sobre taxa de administração e performance de fundos distribuídos por conta e ordem. (b) Refere-se basicamente a prestação de serviços em registro e estruturação de operações de crédito. (c) Representa receita de incentivo ("incentive fees") conforme estabelecido no contrato de compra e venda de ações firmado com a Creditas LLC, referente ao desenvolvimento e implantação do crédito varejo e seu fluxo operacional. O valor foi calculado por estimativa do resultado esperado até a aprovação da transferência de controle pelo Banco Central, considerando as receitas e custos envolvidos na operação, e ratificado em instrumento assinado entre as partes em dezembro de 2023. Neste mesmo instrumento, as partes revisaram a forma de rentabilizar o Grupo Andbank e decidiu-se que os incentivos pela operação serão realizados diretamente pela Creditas LLC ao Andorra Banc Agricol Reig S.A.

18. Despesas de pessoal

	2º Semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022
Proventos	(16.225)	(30.859)	(22.296)
Encargos Sociais	(4.035)	(7.535)	(6.452)
Benefícios	(4.526)	(8.783)	(6.161)
Pro labore	(693)	(1.153)	(829)
Remuneração de estagiários	(84)	(203)	(223)
Treinamento	(88)	(135)	(85)
Total	**(25.651)**	**(48.668)**	**(36.046)**

19. Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022
Serviços do sistema financeiro (a)	(7.752)	(15.679)	(16.768)
Processamento de dados (b)	(5.741)	(11.110)	(7.889)
Serviços técnicos especializados (c)	(14.488)	(21.990)	(3.460)
Aluguéis	(1.426)	(2.755)	(2.755)
Serviços de terceiros	(530)	(937)	(693)
Comunicações	(432)	(863)	(1.028)
Publicação	-	(25)	32
Viagens	(202)	(448)	(301)
Transporte	(107)	(203)	(184)
Outras (d)	(2.556)	(4.658)	(3.583)
Total	**(33.234)**	**(58.668)**	**(36.626)**

(a) Composto substancialmente por repasse de valores relacionados à gestão e administração das carteiras, comissão dos agentes autônomos e despesas bancárias. (b) Representam gastos com consultorias de sistemas e processos. (c) Refere-se substancialmente a serviços prestados por assessoria jurídica e financeira. (d) Inclui despesas com eventos, representações e brinde no montante de R$ 1.325 (R$ 938 em 2022), despesas com condomínio de R$696 (R$603 em 2022), associação de classe de R$499 (R$ 470 em 2022).

20. Outras receitas operacionais

	2º Semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022
Prestação de serviços exportação (a)	133	857	3.542
Recuperação de despesas (b)	-	196	44
Reversão de provisões operacionais	(218)	375	834
Atualização de depósitos judiciais	80	84	250
Interbancária	2	5	6
Outras receitas operacionais (c)	181	181	6.500
Total	**178**	**1.698**	**11.176**

(a) Refere-se a contrato firmado com partes relacionadas sobre a prestação de serviço de captação de clientes e consultoria. (b) Refere-se a recuperação de despesas com retomadas de veículos. (c) Em 2022 refere-se principalmente a reversão parcial de acordo operacional em R$ 6.235.

21. Outras despesas operacionais

	2º Semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022
Amortizações e depreciações	(7.373)	(16.899)	(21.214)
Constituição (reversão) / atualização de provisão fiscal, cível e trabalhista (b)	(986)	(2.952)	(885)
Interbancária	(4)	(7)	(7)
Liquidação de contingências	(19)	(169)	(108)
Despesas legais com retomadas	(5.395)	(8.346)	-
Provisão despesa de tecnologia (nota 15)	(2.023)	(4.047)	-
Provisão de custo na aquisição de operação de crédito	(4.667)	(8.296)	-
Outras (a)	(1.501)	(2.982)	(3.789)
Total	**(17.096)**	**(38.826)**	**(26.003)**

(a) Inclui R$ 1.138 (R$ 1.670 em 2022) referente às despesas financeiras com o acordo operacional da Capital. (b) O valor incluir movimentação de contingências no total de R$4.961 no 2º semestre de 2023 e R$2.995 no exercício de 2023. Adicionalmente o valor de R$ 5.947 refere-se ao pagamento da condenação cível (CAPAF). (vide nota 14).

22. Imposto de renda e contribuição social

Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2º Semestre 2023	Exercício 2023	Exercício 2022
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(25.839)**	**(19.116)**	**(20.231)**
Encargos (IR e CS) às alíquotas vigentes (nota 2.2.10)	11.641	8.628	9.104
(Inclusões) Exclusões Permanentes	**(711)**	**(2.240)**	**(4.618)**
Amortização de ágio	(1.331)	(2.990)	(3.979)
Participações em controladas	(4)	312	(46)
Reserva de reavaliação	(39)	(78)	(78)
Lei do bem	1.180	1.180	-
Outras despesas não dedutíveis	(517)	(664)	(515)
(Inclusões) Exclusões Temporárias (a)	**(7.562)**	**(30.631)**	**(4.446)**
Provisão para pagamentos	(6.653)	(10.163)	(4.446)
Provisão para devedores duvidosos	(1.296)	(20.592)	-
Outras temporárias	387	124	-
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa (30%)	**(897)**	**7.280**	**-**
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	**3.368**	**(24.243)**	**(365)**
Imposto corrente	2.471	(16.963)	-
Imposto diferido	897	(7.280)	(365)

(a) Crédito tributário não ativado.

23. Participação em controlada

Empresa	Capital Social	Resultado período	Patrimônio Líquido	Quantidade de cotas possuídas	Participação no capital social	Valor do Investimento 2023	Valor do Investimento 2022	Resultado equivalência 2023	Resultado equivalência 2022
Andbank DTVM (a)	1.795	694	1.307	179.473.047	99,9888%	1.307	565	694	(102)

(a) Em 15 de fevereiro de 2019, a Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Andbank DTVM") incorporou sua controladora direta Andbank Financeira Ltda., em decorrência da incorporação, a composição do capital social passou a ser: 99,9818% Banco Andbank Brasil S.A. e 0,0182% Andorra Banc Agricol Reig S.A.

24. Outras informações: a. O Banco e sua controlada encontram-se enquadrado nos Limites Mínimos de Capital Realizado e Patrimônio Líquido requeridos pela Resolução n° 2.099/94 do Banco Central do Brasil (BACEN) que versa sobre o Acordo de Basiléia e atualizada com o Novo Acordo de Capital (Basiléia III) através das Resoluções nº 4.192, 4.193 e 4.194, ambas de 1 de março de 2013, e circulares publicadas em 31 de outubro de 2013, que instituíram nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE). Em 08 de Janeiro de 2015 o Andbank adquiriu 100% das ações do Banco. Com isso a Andbank DTVM Ltda. e o Banco passaram a fazer parte de um conglomerado prudencial onde o Banco é líder. Sendo assim, a partir de fevereiro de 2015 para atender a resolução 4.278/13, o Banco passa a informar as posições consolidadas. Em 31 de dezembro de 2023, o índice de Basiléia do Banco (Prudencial) é de 15,60% (31,63% em 31 de dezembro 2022).

	31/12/2023	31/12/2022
Capital Principal antes das deduções	519.317	519.502
(-) Deduções do Capital Principal incluindo ajustes prudenciais	(265.261)	(240.044)
Patrimônio de Referência (PR)	254.056	279.458
(-) Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	(123.771)	(208.787)
Patrimônio de Referência Mínimo requerido para o RWA	130.285	70.671

b. O Banco presta serviços a clientes de registro de operações em órgãos custodiantes, em 31 de dezembro de 2023 estão registrados em contas de compensação R$ 1.909.102 (R$ 1.490.587 em dezembro de 2022). **c.** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações financeiras e auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não prestaram outros serviços ao Banco que não o de auditoria independente.

25. Estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos: A estrutura de gerenciamento de riscos do Andbank Brasil considera o tamanho e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, o monitoramento e o controle dos riscos aos quais está exposto. O processo de gerenciamento de riscos permeia toda a Organização, alinhado às diretrizes da administração, que, por meio de comitês e outras reuniões internas, definem os objetivos estratégicos, incluindo o apetite ao risco. Por outro lado, as unidades de controle e gerenciamento de capital dão suporte ao gerenciamento por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital. • **Gerenciamento do risco operacional:** É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A premissa do trabalho de gerenciamento de risco operacional é promover a adequação dos processos e das rotinas internas do Banco aos padrões estabelecidos pela Diretoria e em cumprimento às exigências do Banco Central através da Resolução nº 4.557/17. Para alocação de capital para o risco operacional o Banco optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico de alocação de capital. O Conglomerado possui área para gestão de risco operacional, independente da área de negócios, que acompanha os riscos operacionais dos seus negócios bem como das áreas de controle, analisa os casos onde houve perdas relevantes e acompanha a implementação das melhorias a fim de se evitar novas perdas superiores ao apetite para este risco. O Conglomerado possui um Comité de Riscos que se reúne periodicamente onde se analisa a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, implementação das melhorias, etc. O conglomerado também possui política para recuperação em desastres e realiza testes periódicos. • **Gerenciamento do risco de mercado:** Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas em decorrência da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Banco. Entre os eventos de risco de mercado, incluem-se os riscos de: • Operações sujeitas à variação cambial; • Taxas de juros; • Preços de ações; • Preços de mercado ("commodities"). O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à Tesouraria e Mercado de Capitais, aplicando a política e diretrizes fixadas pelo Comité de Diretoria e monitorados no Comitê de Ativos e Passivos - COAP. O risco decorrente da exposição de suas operações é gerenciado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites operacionais e o monitoramento das exposições líquidas consolidadas. Para o monitoramento do risco de mercado, o Valor a Risco (VaR) é calculado diariamente a partir de técnicas estatísticas para estimar a perda financeira possível para um dia, levando-se em conta o comportamento do mercado. O cálculo do VaR é a marcação a mercado (MTM) da carteira de negociação. O processo consiste na atualização diária dos valores financeiros utilizando-se das curvas e preços de mercado. • **Gerenciamento do risco de crédito:** O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas a: falha de clientes ou contrapartes no pagamento de suas obrigações contratuais; a depreciação ou redução dos ganhos esperados dos instrumentos financeiros devido à deterioração da qualidade de crédito de clientes ou contrapartes; os custos de recuperação da exposição deteriorada; e a qualquer vantagem dada a clientes ou contrapartes devido à deterioração de sua qualidade de crédito. A estrutura de controle e gerenciamento de risco de crédito é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para medir, monitorar, controlar e reportar o risco de crédito dos produtos e demais operações financeiras buscando fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito elaborada pelo Comitê de Crédito. O Comitê de Crédito delibera essa atividade estratégica essencial. Ele é composto por diretores, gerentes e analistas do Banco que votam sobre cada operação. As reuniões do Comitê de Crédito são precedidas por uma análise das características do tomador, de seu negócio, do setor de atividade e etc. As conclusões de tal análise são apresentadas sob a forma de relatório aos membros do Comitê que deliberam após exposição do analista responsável. O atendimento aos limites estabelecidos pelo Comitê de Crédito é acompanhado, diariamente, pela área responsável pela gestão de risco e reportado mensalmente no Comitê de Riscos pra conhecimento da Diretoria do Banco. • **Gerenciamento do risco de liquidez:** É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamento" entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento do Banco, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, de que trata a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017. A estrutura de controle e gerenciamento de risco de liquidez é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovada. O risco de liquidez é monitorado diariamente pelo acúmulo de ativos líquidos e de alta qualidade através de projeções diárias dos saldos de caixa levando-se em conta as liquidações dos fluxos futuros dos seus ativos e passivos. Este controle é feito para evitar que o Banco tenha dificuldades em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados. O Colchão de liquidez do banco é composto basicamente, por títulos de livre movimentação e posições em caixa. O Processo de gerenciamento é monitorado mensalmente pelo Comitê de Ativos e Passivos -COAP, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções e as decisões estratégicas do Conglomerado. • **Gestão de Capital:** O processo de gerenciamento de Capital do Banco leva em consideração o ambiente econômico no qual o Conglomerado atua. Este processo é compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços e o nível de exposição aos riscos das empresas do conglomerado. Esse processo visa assegurar a suficiência de capital para suportar as estratégias e seus riscos subjacentes, é efetuado de forma contínua objetivando manter uma base solida de capital que suporte o desenvolvimento das atividades e os riscos incorridos, em condições normais ou extremas, e atende aos requerimentos regulatórios de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil. O Processo de gerenciamento é monitorado mensalmente pelo Comitê de Ativos e Passivos - COAP assim como pelo Comitê de Riscos, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções e as decisões estratégicas do Conglomerado. • **Divulgação das informações relativas a gestão de riscos:** As informações destinadas ao público externo são disponibilizadas em local de acesso público e de fácil localização no sítio do banco na internet (https://www.andbank.com/brasil/governanca/). São publicadas informações sobre riscos nos seguintes documentos: a) Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito, do risco de liquidez, do risco de mercado e do risco operacional; b) Informações qualitativas sobre o gerenciamento do capital; c) Relatório de gerenciamento de riscos - Pilar 3; d) Formulário de referência; e e) Notas explicativas às demonstrações financeiras.

26. Benefícios Pós Emprego: Não existem benefícios pós emprego tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

27. Resultados não recorrentes: Conforme artigo 34 da Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, apresentamos abaixo o resultado não recorrente:

		31/12/2023	31/12/2022
Resultado		**(43.362)**	**(20.596)**
Resultados não recorrentes		**20.881**	**6.235**
Acordo operacional	(a)	-	6.235
Remuneração operação estruturada	(b)	20.881	16.024
Resultados recorrentes		**(64.243)**	**(42.855)**

(a) Refere-se à reversão parcial de provisão de pagamentos futuros do acordo operacional com a Triar conforme previsto em contrato face a retirada antecipada de banqueiros (nota 20). (b) Representa receita de incentivo ("incentive fees") conforme estabelecido no contrato de compra e venda de ações firmado com a Creditas LLC, referente ao desenvolvimento e implantação do crédito varejo e seu fluxo operacional (nota 17).

Diretoria/Administração

Rodolfo Pousa
José Carlos J. Campos Jr.
Leonardo M. Hojaij

Luis F. Jimenez Aragon
Tarcísio B. Castro Jr.
Paulo Martini

Matheus C. Wolf
Gilberto C. Silva
Silvia F. Ivamoto

Contador

Sonia Maria de Oliveira CRC 1SP183151/O-4

Diretor Responsável

Claudemir do N. R. Machado - CRC 1SP217346/O-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas do **Banco Andbank (Brasil) S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Andbank (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e o exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Andbank (Brasil) S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e o exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para opinião**: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase -** *Acordo operacional e contrato de compra e venda de ações:* Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras - Contexto Operacional, que traz divulgações relevantes relativas ao acordo operacional envolvendo originação e gestão de crédito iniciadas em setembro de 2022, efetuada no contexto de aquisição de participação societária do Banco pela Creditas Financial Solutions, LLC., firmados em 6 de julho de 2022. Adicionalmente, a referida nota destaca a manutenção do registro de créditos tributários com base em autorização concedida pelo Banco Central do Brasil - BACEN, no contexto de possível troca do acionista controlador. A leitura dessas demonstrações financeiras deve levar em consideração os assuntos anteriormente mencionados. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de abril de 2024

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Luana Melo de Souza
Contadora
CRC nº 1 SP 292386/O-2

Mineração **Baterias elétricas**

CBL, pioneira do lítio, estuda investir R$ 360 milhões para dobrar produção

Com mina subterrânea, a 220 metros de profundidade, empresa vê melhora nos preços do mineral a partir de 2025; plano é produzir 90 mil toneladas de concentrado por ano

IVO RIBEIRO

A Companhia Brasileira do Lítio (CBL), pioneira na extração desse mineral no Brasil, estuda um investimento de US$ 70 milhões (cerca de R$ 360 milhões), para duplicar sua produção. O movimento vem a despeito do momento de baixa dos preços do lítio no mercado internacional – os acionistas da empresa estão convictos de que se trata de uma fase de ajustes entre oferta e demanda do mineral, usado na fabricação de baterias para carros elétricos, entre outras aplicações industriais. A visão é de um cenário mais favorável nos próximos anos.

Descompasso
Crescimento da oferta acima da demanda fez preço do lítio cair 80% em menos de um ano

O mineral se tornou uma vedete global com a alta demanda gerada pela indústria de mobilidade elétrica de cinco anos para cá, especialmente com o avanço dos carros elétricos na China, Europa e Estados Unidos. No entanto, depois da explosão de preços vista em 2022 – considerada um ponto fora da curva –, o valor de materiais de lítio registrou queda superior a 80% desde maio de 2023, fruto da ampliação da oferta ante uma expansão menos acelerada da indústria automotiva.

Atualmente, o concentrado de lítio é negociado na faixa de US$ 1,1 mil a tonelada em mercados da China e Coreia do Sul, onde se localizam as principais refinadoras do metal. O preço do carbonato de lítio, uma das etapas anteriores à fabricação da bateria, hoje varia de US$ 14 mil a US$ 15 mil a tonelada. No auge, foi negociado a mais de US$ 80 mil.

Pioneira na extração, beneficiamento e refino de lítio no País, em operação desde 1991, a CBL busca ter uma posição de referência nesse mercado. Controlada por dois empresários brasileiros – Salustiano Costa Silva e Aguinaldo Pires Couto –, a companhia não tem ações em Bolsa e opera a mina da Cachoeira, situada nos municípios de Araçuaí e Itinga (MG), coração do agora chamado Vale do Lítio.

LÍTIO REFINADO. Mesmo com outras empresas chegando e montando projetos nas imediações, a CBL vê espaço para lançar um plano de expansão das suas operações atuais, ao mesmo tempo que investe para ampliar suas reservas do mineral, hoje de 6 milhões de toneladas. A empresa é a única no País com atuação integrada na indústria de lítio – da mina ao produto químico refinado.

O projeto em estudo prevê dobrar a produção de concentrado das atuais 45 mil toneladas por ano, volume previsto para este ano. Na planta de industrialização química, que fica em Divisa Alegre, distante 180 km (quase na divisa com a Bahia), o plano é também triplicar a capacidade de produção, indo a 6 mil toneladas por ano de LCE – o carbonato de lítio equivalente, na sigla em inglês, que é a referência no mercado.

Com a expansão, a ideia é transformar em compostos químicos de alta pureza em Divisa Alegre metade da produção de concentrado a ser gerada em Araçuaí, agregando valor ao lítio. Para a outra metade (45 mil toneladas), o plano é abastecer o mercado global – a China hoje é o grande consumidor, mas Europa e EUA despontam como clientes relevantes.

“Somos a única produtora fora da China que converte concentrado de lítio tipo espodumênio (*extraído de rocha dura*) em material de uso direto (*carbonato e hidróxido*) na fabricação de células para os packs de baterias”, diz Vinícius Alvarenga, CEO da companhia, no cargo há cinco anos.

Na unidade química, a CBL produz carbonato com 99,5% de pureza – elemento que supre fabricantes de baterias para carros elétricos e acumuladores de energia de alta potência; carbonato específico para uso farmacêutico; e material (98,5%) para indústrias cerâmicas e de metalurgia. Também produz hidróxido para usos em graxas, lubrificantes e vidros especiais.

“Desde 1991, com muito sacrifício devido às condições difíceis da região na época, a CBL extrai, beneficia e processa o mineral”, diz Couto, acionista da empresa desde sua criação, em 1985. “Conseguir levar energia elétrica para Divisa Alegre foi uma grande aventura, além da falta de mão de obra qualificada na região.”

Alvarenga informa que quase metade da produção obtida na unidade química é vendida no mercado nacional para indústrias diversas. “Somos fornecedores únicos das 200 toneladas que o Brasil consome de lítio por ano para fabricação de medicamentos. Dois terços são comprados pelo governo e o restante por laboratórios privados”, informa.

Cerca de 1,1 mil toneladas de LCE são exportadas para vários mercados. Desse volume, quase metade vai para a Índia para uso na fabricação de baterias. Segundo o executivo, a empresa vem passando por qualificações técnicas para vender o produto para China, Japão, Coreia do Sul e Alemanha, o que motivou o projeto de triplicar a produção em dois a três anos.

De 2020 ao ano passado, a CBL mais que triplicou a produção de concentrado de lítio, indo de 11 mil para 37,3 mil toneladas, também ampliando a oferta de material refinado (1,1 mil toneladas de LCE). Ainda aproveitando uma parte de preços em alta em 2023, a empresa registrou receita líquida recorde de R$ 783,3 milhões. O lucro líquido alcançou R$ 369,6 milhões. ●

COMPANHIA BRASILEIRA DE LÍTIO-5/7/2022

Extração de lítio em mina da CBL no município de Araçuaí (MG)

Petrobras **Exploração**

Margem Equatorial é alternativa à importação de petróleo, diz Prates

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, disse ontem que a economia de hidrocarbonetos (combustíveis fósseis) continuará a ser relevante nos próximos 40 a 50 anos. E que, como as reservas atuais de petróleo em exploração no Brasil sustentam a autossuficiência em produção de petróleo para os próximos 12 a 13 anos, o País está diante de um grande dilema. “Ou vamos para a Margem Equatorial ou voltamos a importar combustíveis de outros países”, disse, se referindo a movimentos ambientais que se opõem à exploração na região, que abrange a Foz do Rio Amazonas.

Prates defendeu que a exploração na Margem Equatorial deve ser feita, citando como exemplo as operações em Urucu, no coração do Amazonas, que não causaram danos até o momento. “A licença que está lá em discussão na Margem Equatorial é a de exploração perfuratória, portanto não diz respeito à etapa de produção. Depois de dois anos, vamos descobrir sobre o potencial comercial, depois vamos construir a plataforma. São, pelo menos, seis a oito anos que temos para começar a produção na Margem Equatorial.”

Prates disse ainda que a empresa é a única capaz de garantir a responsabilidade para realizar a exploração na Margem Equatorial, sem trazer riscos ao meio ambiente na região.

O executivo lembrou que, no domingo, o Brasil completou 18 anos de autossuficiência na produção de petróleo. “Ficamos autossuficientes em petróleo em 2006, e desde então continuamos a manter a autossuficiência”, disse durante o Seminário Brasil Hoje, organizado pelo Grupo Esfera.

“Isso, no fundo, é ótimo porque nos livramos de uma única commodity. Temos de enfrentar um novo desafio e a Petrobras, como empresa do Estado brasileiro, não deve ter vergonha disso, porque o petróleo já fez o papel da segurança energética e 80% da matriz enérgica (*do País*) vem de fontes renováveis”, disse. ● FRANCISCO CARLOS DE ASSIS, JORGE BARBOSA/SÃO PAULO e DENISE LUNA/RIO

HBR REALTY EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

HBRE3 [B]³ BRASIL BOLSA BALCÃO

CNPJ/ME nº 14.785.152/0001-51 - NIRE 35.300.466.276

Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 29/02/2024

Aos 29/02/2024, às 15h, na filial da HBR Realty Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.055, 11º andar, Vila Nova Conceição, Helbor Lead Offices Faria Lima, na Cidade de SP/SP, com a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Henrique Borenstein e secretariados pelo Sr. Daniel Viterbo. **Deliberações Unânimes:** (i) **manifestar-se favoravelmente,** por unanimidade dos presentes e sem ressalvas, à aprovação das contas da Diretoria e das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, acompanhadas das correspondentes Notas Explicativas, do Relatório da Administração, do Relatório dos Auditores Independentes e do parecer do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, e **aprovar** a sua submissão à AGO, a ser convocada para se realizar no dia 24/04/2024 ("AGO"); (ii) **tomar conhecimento** do relatório de atividades do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, referentes ao quarto trimestre de 2023, nos termos do artigo 10 do Regimento Interno do Comitê de Auditoria; (iii) **aprovar,** por unanimidade e sem ressalvas, a proposta de destinação do lucro líquido apurado pela Companhia no exercício social encerrado em 31/12/2023, no montante total de R$ 131.817.423,21, a ser submetida à AGO: **(a)** R$ 6.590.871,16, à conta de reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") e art. 40, (a), do Estatuto Social; **(b)** R$ 31.306.638,01, destinados à conta de reserva de lucros a realizar, conforme artigo 197 da Lei das S.A. e artigo 40, (c), do Estatuto Social; e **(c)** o saldo remanescente, no montante de R$ 93.919.914,04, destinados à retenção de lucros, conforme proposta de orçamento de capital, na forma do **Anexo I** à presente Ata, a ser submetida à AGO, a qual contém a justificativa da retenção de lucros proposta, compreendendo todas as fontes de recursos e aplicações de capital, e possui duração de 1 exercício social, a ser submetido à AGO, nos termos do artigo 196 da Lei das S.A. Registrou-se, ainda, que não haverá distribuição do dividendo mínimo obrigatório relativo ao lucro líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31/12/2023, conforme autorizado no art. 197 da Lei das S.A., uma vez que não houve qualquer parcela realizada do lucro líquido da Companhia apurado em 31/12/2023, sendo certo, entretanto, que os valores destinados à reserva de lucros a realizar deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após sua realização, desde que não tenham sido absorvidos por prejuízos, conforme disposto no art. 202, inciso III, da Lei das S.A.; (iv) **aprovar,** por unanimidade e sem ressalvas, as propostas de: **(a)** fixação da remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia para o exercício social de 2024 no montante total de até R$ 10.000.000,00, a ser submetida à AGO; **(b)** fixação da remuneração anual global dos membros do Comitê de Auditoria e de Gestão de Riscos para o exercício social de 2024; **(c)** o 2º Programa de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, na forma do Plano de Incentivo de Longo Prazo da HBR aprovado em AGE realizada em 26/08/2020 ("2º Programa ILP") (...), e a autorizar a Diretoria a adotar todos os atos úteis ou necessários para implementar a outorga de ações de emissão da Companhia na forma do Programa ILP; (v) **aprovar,** por unanimidade e sem ressalvas, a convocação da AGO, a ser realizada em 24/04/2024, às 15h, de forma exclusivamente digital, para (a) tomar as contas dos Administradores e examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e dos pareceres do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (b) deliberar acerca da proposta de destinação do resultado da Companhia no exercício social encerrado em 31/12/2023; e (c) fixar a remuneração anual global dos Administradores para o exercício social de 2024. Nada mais. Mogi das Cruzes, 29/02/2024. **Mesa da Reunião:** Henrique Borenstein - **Presidente;** Daniel Viterbo - **Secretário. JUCESP** nº 1.073.443/24-3 em 28/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

HBR REALTY EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

HBRE3 [B]³ BRASIL BOLSA BALCÃO

CNPJ/MF nº 14.785.152/0001-51 - NIRE 35.300.466.276

Extrato da Ata de Reunião do Conselho Fiscal Realizada em 21/02/2024

Aos 21/02/2024, às 10h, na filial da HBR Realty Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), na Cidade de SP/SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.055, 11º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-133, e por videoconferência. **Presença:** Presentes os membros efetivos do Conselho Fiscal, Srs. José Henrique Longo, Evandro Rezera e Sra. Leda Maria Deiro Hahn (videoconferência). Presentes também os Srs. Daniel Viterbo e Acyr de Oliveira Pereira, respectivamente, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Diretor de Contabilidade e Tributário (CSC) da Companhia. Presentes, ainda, o Sr. Gildo Aparecido Callegon Junior, gerente jurídico da Companhia; Sr. Márcio Cleiton Gomes Passos, gerente contábil e tributário da Companhia, e Henrique Campos, na qualidade de representantes da BDO RCS Auditores Independentes SS. **Mesa:** Os trabalhos da Reunião foram presididos pelo Sr. José Henrique Longo e secretariados pelo Sr. Gildo Aparecido Callegon Junior. **Apresentações e Deliberações:** Aberta a reunião, a BDO RCS Auditores Independentes SS (BDO), através de seu sócio Henrique Campos, demonstrou apresentação versando sobre os trabalhos de auditoria externa aos membros do Conselho Fiscal. Na sequência, os membros do Conselho Fiscal, no exercício de suas atribuições, procederam à análise das minutas das Demonstrações Contábeis individuais e Consolidadas da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, acompanhada das Notas Explicativas, do Relatório da Administração e da minuta do Relatório dos Auditores Independentes, ato contínuo, recomendaram melhorias nas notas explicativas e no relatório de administração, para os quais a Administração da Companhia se comprometeu a avaliar e realizar os ajustes necessários. Nada mais. São Paulo, 21/02/2024. **Mesa da Reunião:** José Henrique Longo - **Presidente;** Gildo Aparecido Callegon Junior - **Secretário. Membros do Conselho Fiscal:** José Henrique Longo; Evandro Rezera; Leda Maria Deiro Hahn. **JUCESP** nº 138.894/24-3 em 05/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

AGÊNCIA ESTADO S.A.

CNPJ nº 62.652.961/0001-38 - NIRE 35300202112

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas da AGÊNCIA ESTADO S.A. ("Sociedade") para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a se realizarem no dia 30 de abril de 2024, às 12:00 horas, na sede social, nesta Capital, na Avenida Engenheiro Caetano Álvares, nº 55, 6º andar, CEP 02598-900, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **I. Em Assembleia Geral Ordinária: 1)** Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023; **2)** Destinação do resultado; **3)** Eleição dos membros do Conselho de Administração; **4)** Fixação da verba de remuneração anual e global do Conselho e da Diretoria para 2024; **II. Em Assembleia Geral Extraordinária: 5)** Fixação dos limites de alçada de decisão do Conselho de Administração; e **6)** Outros assuntos. São Paulo, 22 de abril de 2024. ROBERTO CRISSIUMA MESQUITA - Presidente do Conselho de Administração.

PORTO SEGURO SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A.

CNPJ nº 09.436.686/0001-32 - NIRE 35.3.0035373.1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 23 de Janeiro de 2024

1. Data, hora e local: 23 de janeiro de 2024, às 11h, na sede social da Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. ("Companhia"), localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Guaianases, nº 1238, 12º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01204-002. **2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **3. Composição da Mesa:** Presidente - Sr. Lene Araújo de Lima; Secretário - Sr. Gustavo Franco Pacheco. **4. Ordem do dia:** A Assembleia Geral Extraordinária foi convocada para deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), mediante a emissão de novas ações, com a consequente alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social; **5. Deliberações:** A Assembleia Geral Extraordinária, por unanimidade de votos e sem ressalvas, deliberou: **5.1.** Aprovar o aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), passando de R$ 886.997.366,63 (oitocentos e oitenta e seis milhões, novecentos e noventa e sete mil, trezentos e sessenta e seis reais e sessenta e três centavos) para R$ 916.997.366,63 (novecentos e dezesseis milhões, novecentos e noventa e sete mil, trezentos e sessenta e seis reais e sessenta e três centavos), mediante a emissão, após arredondamento, de 2.124.806.922 (dois bilhões, cento e vinte e quatro milhões, oitocentas e seis mil, novecentas e vinte e duas) novas ações ordinárias sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 0,0141189299 por ação, fixado com base no valor patrimonial das ações, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso II da Lei nº 6.404/76. **5.1.1.** Dispensou a fixação de prazo para o exercício do direito de preferência na subscrição das ações, sendo que a acionista Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. renunciou ao seu direito em favor da acionista Porto Seguro S.A. que, nos termos do Boletim de Subscrição anexo à presente ata, subscreveu e integralizou a totalidade das ações ordinárias emitidas e as integralizará, em moeda corrente nacional, nesta data. **5.1.2.** Em consequência, o caput do artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 5º** - O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$ 916.997.366,63 (novecentos e dezesseis milhões, novecentos e noventa e sete mil, trezentos e sessenta e seis reais e sessenta e três centavos), dividido em 34.649.859.660 (trinta e quatro bilhões, seiscentos e quarenta e nove milhões, oitocentas e cinquenta e nove mil, seiscentas e sessenta) ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal."* **5.2.** Aprovar a consolidação do estatuto social da Companhia, que passará a vigorar com a redação constante do Anexo I *(Anexo I - Estatuto Social da Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.),* para refletir as deliberações tomadas nesta Assembleia. **6. Documentos arquivados na sociedade:** procuração societária, boletim de subscrição e demais documentos pertinentes a ordem do dia. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata em forma de sumário, nos termos do Artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 23 de janeiro de 2024. **Presidente da Mesa -** Sr. Lene Araújo de Lima, **Secretário da Mesa -** Sr. Gustavo Franco Pacheco; Acionistas: **Porto Seguro S.A.,** por seus Diretores, Srs., Lene Araújo de Lima e Celso Damadi; **Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.,** por seu procurador, Sr. Gustavo Franco Pacheco. A presente é cópia fiel da lavrada em livro próprio. Gustavo Franco Pacheco - **Secretário da Mesa. JUCESP** nº 121.642/24-0 em 15/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Anexo I - Estatuto Social Consolidado da Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.. Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º.** A **Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.** é uma companhia, regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Companhia"). **Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede na Rua Guaianases, nº 1.238, 12º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01204-002, e poderá manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação da Diretoria. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto: a) a execução de atividades de vistorias de riscos e de sinistros de seguros; b) a execução de serviços de socorro, incluindo serviços de remoção e reparos emergenciais de veículos; c) a execução de serviços de revisão e manutenção de veículos; d) a certificação da procedência e do estado de conservação de veículos; e) a execução de serviços de comunicação e multimídia; f) a execução de serviços limitados privados de telecomunicações; g) os serviços de desenvolvimento e hospedagem de páginas de internet de classificados e relacionamentos de negócios, fomento de vendas de veículos e outros bens móveis ou imóveis, serviços de despachantes e demais serviços conexos às atividades descritas; h) os serviços de processamento de dados com emissão de relatórios e críticas, hospedagem e gestão de banco de dados de terceiros; i) o desenvolvimento, licenciamento, cessão de direito de uso e distribuição de programas de computadores (softwares), bem como suas atualizações e customizações para atender a demandas dos usuários e exigências legais; j) os serviços de manutenção, conservação e reparo em equipamentos e imóveis de qualquer natureza; k) o suporte técnico, manutenção ou coordenação de serviços em tecnologia; l) os serviços de assistência para pessoas físicas ou jurídicas, incluindo, mas não se limitando a assistência em viagens (no Brasil e no exterior), funeral, residência, condomínios, empresas, assistência para educação em casa, assistência médica e/ou hospitalar, assessoria turística e cultural; m) a prestação de todos e quaisquer serviços relativos ao agenciamento, intermediação, promoção, fomento e administração de vendas de serviços ou produtos e suporte de qualquer natureza para pessoas físicas e jurídicas; n) a locação de espaços, equipamentos e bens móveis; o) o comércio varejista de mercadorias e produtos em geral que viabilizem a promoção e a expansão das atividades conexas, correlatas ou complementares à atividade de seguros, monitoramento e à atividade financeira; p) a produção, a execução, a administração ou o gerenciamento de espetáculos, eventos, bem como demais atividades culturais ou artísticas, que viabilizem o relacionamento de negócios, fomento de vendas e o fortalecimento da marca e imagem da Corporação, podendo inclusive exercer a prestação de serviços de cobrança de ingressos de forma direta ou indireta; q) a operação de planos privados de assistência médica-veterinária; a intermediação de serviços médico-veterinários, serviços de higiene e estética e descontos em produtos e serviços fornecidos por prestadores de serviços; s) o fornecimento de mão de obra e gestão de prestadores que explorem as atividades descritas nos itens anteriores; e, t) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, simples ou empresárias, na qualidade de sócia ou acionista. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações: Artigo 5º.** O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$ 916.997.366,63 (novecentos e dezesseis milhões, novecentos e noventa e sete mil, trezentos e sessenta e seis reais e sessenta e três centavos), dividido em 34.649.859.660 (trinta e quatro bilhões, seiscentos e quarenta e nove milhões, oitocentas e cinquenta e nove mil, seiscentas e sessenta) ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal. **Parágrafo 1º.** As ações poderão pertencer a pessoas físicas e jurídicas. **Parágrafo 2º.** No caso de aumento de capital, os acionistas terão preferência para subscrição na proporção das ações que possuírem. **Capítulo III - Diretoria: Artigo 6º.** A Diretoria é composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 13 (treze) diretores, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) CEO Serviços, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Marketing, Clientes e Dados, 01 (um) Diretor Jurídico e Riscos, 01 (um) Diretor de Controladoria, 03 (três) Diretores de Negócios, 01 (um) Diretor de Atendimento e 04 (quatro) Diretores sem denominação especial, eleitos e destituídos pela assembleia geral pelo prazo de 03 (três) anos, permitida a reeleição. **Artigo 7º.** A investidura dos membros da diretoria nos respectivos cargos far-se-á mediante termo lavrado no livro de atas de reuniões da diretoria. Findo o mandato, os diretores permanecerão no exercício de seus cargos, até a investidura dos novos membros eleitos. **Artigo 8º.** A assembleia geral ordinária fixará, anualmente, a remuneração global anual dos administradores, a ser distribuída conforme deliberação da diretoria. Além dos honorários, a diretoria fará jus a uma participação anual nos lucros da Companhia, até 0,1 (um décimo) dos lucros e observado o disposto no artigo 152 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 9º.** Compete à diretoria: a) praticar todos os atos de administração da Companhia; b) resolver sobre a aplicação dos fundos sociais, transigir, renunciar a direitos, contrair obrigações, adquirir, vender, emprestar ou alienar bens, observadas as restrições legais; c) praticar todos os atos e operações que se relacionarem com o objeto social; d) deliberar sobre a criação e extinção de empregos ou funções remuneradas; e) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais; f) resolver sobre a criação, manutenção ou extinção de sucursais, filiais, agências ou representações, onde convier aos interesses sociais da Companhia. **Parágrafo 1º.** Observado o disposto no parágrafo 5º deste artigo, as escrituras de qualquer natureza, os cheques, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral, quaisquer documentos que importem em responsabilidade ou obrigações para a Companhia, serão obrigatoriamente assinados: a) por 2 (dois) diretores em conjunto; b) por 1 (um) diretor em conjunto com um procurador; c) por 2 (dois) procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes. **Parágrafo 2º.** A representação da Companhia perante a Repartição Fiscalizadora de suas operações caberá a qualquer dos diretores ou procuradores devidamente credenciados e autorizados, investidos de especiais e expressos poderes. **Parágrafo 3º.** A Companhia poderá ser representada por apenas 01 (um) diretor ou 01 (um) procurador em situações determinadas, investido de específicos poderes, nos seguintes casos: a) Atos de rotina realizados fora da sede social; b) Atos de representação em juízo (exceto aqueles que importem renúncia a direitos); c) Atos de representação em assembleias, contratos sociais, alterações de contratos sociais, distratos e reuniões de sócios de sociedades das quais participe como acionista, sócia ou quotista; d) Atos praticados perante quaisquer órgãos e entidades administrativos públicos ou privados; e) Atos de simples administração social, entendidos estes como os que não gerem obrigações para a Companhia e nem exonerem terceiros de obrigações para com ela. **Parágrafo 4º.** As procurações em nome da Companhia serão outorgadas por 2 (dois) diretores em conjunto e devem especificar expressamente os poderes conferidos, os atos a serem praticados e o prazo de validade, sempre limitado a 2 (dois) anos, excetuadas as destinadas para representação em processos administrativos ou procurações com a cláusula ad judicia que serão outorgadas individualmente por qualquer um dos diretores e poderão ter prazo indeterminado. **Parágrafo 5º.** Nos atos relativos à aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, bem como nos atos que envolvam interesses societários, a Companhia deverá ser representada por 2 (dois) diretores, sendo 1 (um) deles obrigatoriamente ou o Diretor Presidente ou o CEO Serviços. **Parágrafo 6º.** As deliberações da diretoria somente serão válidas quando presentes, no mínimo, a metade e mais um de seus membros em exercício e constarão de atas lavradas em livro próprio, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade. **Artigo 10.** No caso de vaga de diretor, os demais diretores indicarão, dentre eles, um substituto que acumulará as funções do substituído até a primeira assembleia geral, à qual caberá deliberar a respeito da eleição de novo diretor. **Parágrafo Único.** Nas ausências ou impedimento temporário de qualquer dos diretores por mais de 30 (trinta) dias, os demais diretores poderão escolher, dentre eles, um substituto para exercer as funções do diretor ausente ou impedido. **Capítulo IV - Conselho Fiscal: Artigo 11.** O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e de seus respectivos suplentes, eleitos anualmente pela assembleia geral ordinária entre acionistas ou não, residentes no país, com observância das prescrições legais, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Único.** O Conselho Fiscal não será permanente. Será instalado pela assembleia geral a pedido de acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações com direito a voto, terminando seu período de funcionamento na primeira assembleia geral ordinária, após sua instalação. **Artigo 12.** Os membros do conselho fiscal perceberão a remuneração que for fixada pela assembleia geral que os eleger. **Capítulo V - Assembleia Geral: Artigo 13.** A assembleia geral ordinária reunir-se-á anualmente nos quatro meses seguintes ao término do respectivo exercício social, sob a presidência do acionista que for indicado por ela. **Parágrafo Único.** O presidente da assembleia convidará um dos presentes para secretariar a Mesa. **Artigo 14.** As assembleias extraordinárias reunir-se-ão todas as vezes que forem legal e regularmente convocadas, constituindo-se a mesa pela forma prescrita no artigo anterior. **Artigo 15.** Os anúncios de primeira convocação das assembleias gerais serão publicados pelo menos 3 (três) vezes no diário oficial e em um jornal de grande circulação na sede da Companhia, com antecedência mínima de 8 (oito) dias contados do primeiro edital. **Parágrafo Único.** As demais convocações das assembleias gerais processar-se-ão pela forma prescrita neste artigo, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. Independentemente de prévia convocação, será considerada regular a assembleia geral a que comparecerem todos os acionistas. **Artigo 16.** Uma vez convocada a assembleia geral, ficam suspensas as transferências de ações até que seja realizada a assembleia ou fique sem efeito a convocação. **Artigo 17.** As deliberações das assembleias serão tomadas por maioria absoluta de votos, observadas as disposições legais quanto à exigência de quórum especial. **Parágrafo Único.** A cada ação corresponde um voto. **Artigo 18.** Verificando-se o caso de existência de ações objeto de comunhão, o exercício de direitos a elas referentes caberá a quem os condôminos designarem para figurar como representante junto à Companhia, ficando suspenso o exercício destes direitos quando não for feita a designação. **Artigo 19.** Os acionistas poderão fazer-se representar nas assembleias gerais por procuradores nos termos do parágrafo 1º do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 20.** Para que possam comparecer às assembleias gerais, os representantes legais e os procuradores constituídos farão a entrega dos respectivos documentos comprobatórios na sede da Companhia com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência. **Capítulo VI - Lucros: Artigo 21.** Do resultado do exercício serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para os tributos incidentes sobre o lucro. Dos lucros remanescentes, atendida a ordem legal, será atribuída a participação dos diretores, respeitados os limites estabelecidos no artigo 152, da Lei nº 6.404/76, e o disposto no artigo 9º deste Estatuto. **Parágrafo Único.** Os diretores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 22.** O lucro líquido do exercício, após as deduções de que tratam os artigos anteriores e ouvido o conselho fiscal, se em funcionamento, terá a seguinte destinação: a) constituição da reserva legal: 5% (cinco por cento) do lucro líquido, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social; b) pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. São imputados ao dividendo mínimo obrigatório os pagamentos de juros sobre o capital próprio, efetuados de acordo com a Lei nº 9.249/95; c) o saldo remanescente, ressalvado o disposto na alínea "d" deste artigo, será destinado à reserva estatutária de lucros, com a finalidade de compensação de eventuais prejuízos, aumento do capital social ou distribuição aos acionistas. Atingido o saldo acumulado desta reserva o montante igual ao capital social, a assembleia geral deliberará sobre a destinação do excedente para aumento do capital social ou distribuição aos acionistas da Companhia; d) caso a administração da Companhia considere o montante da reserva estatutária de lucros suficiente para o atendimento de suas finalidades, poderá propor à assembleia geral: (i) que, em determinado exercício, o saldo remanescente, após a constituição da reserva legal e pagamento do dividendo mínimo obrigatório, seja distribuído, integral ou parcialmente, aos acionistas da Companhia; e/ou (ii) que os valores integrantes da aludida reserva sejam revertidos, total ou parcialmente, para aumento do capital social ou a distribuição aos acionistas da Companhia. **Capítulo VII - Disposições Gerais: Artigo 23.** O exercício financeiro da Companhia compreende o período de 1º (primeiro) de janeiro a 31 (trinta e um) de dezembro, ocasião em que levantar-se-á o balanço da Companhia. **Parágrafo 1º.** A diretoria poderá levantar balanços intermediários, bem como declarar, *ad referendum* da assembleia geral, dividendos ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros apurados nesses balanços ou de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes. **Parágrafo 2º.** Os balanços serão obrigatoriamente auditados por auditores independentes, de livre escolha da diretoria, desde que devidamente registrados na comissão de valores mobiliários.

A Penitenciária "AEVP Jair Guimarães de Lima" – Potim I, sediada na Estrada do Jacaré, km 9,2, área rural, na cidade de Potim/SP, e em atendimento a lei nº. 14133/2021e o Decreto Estadual nº 67.608/2023, e demais normas da legislação aplicável, torna pulico o Edital 03/2024, para aquisição de Material de Higiene Pessoal e Higiene das Celas, nº 90004/2024, Processo SEI 006.00126185/2024-06, Código Único 0367536/2024, para atendimento aos custodiados que se encontram sediados nesta unidade prisional, entre os períodos de 01 de maio a 31 de dezembro de 2024, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tendo como critério de julgamento o menor preço. A sessão se dará no dia 06 de maio de 2024 às 09:00 e o edital poderá ser adquirido no endereço supra citado ou pelos sites www.pncp.gov.br e www.imprensaoficial.com.br.

CNPJ/MF nº 14.785.152/0001-51 - NIRE 35.300.466.276

Extrato da Ata de Reunião do Conselho Fiscal Realizada em 23/01/2024

Aos 23/**01/**2024, às 10h, na filial da HBR Realty Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), na Cidade de SP/SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.055, 11º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-133. **Presença:** Presentes os membros efetivos do Conselho Fiscal, Srs. José Henrique Longo, Evandro Rezera e Sra. Leda Maria Deiro Hahn. Presentes também os Srs. Daniel Viterbo e Acyr de Oliveira Pereira, respectivamente, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Diretor de Contabilidade e Tributário (CSC) da Companhia. Presentes, ainda, o Sr. Gildo Aparecido Callegon Junior, Gerente de Controles Internos da Companhia, a Sra. Mayara Priscila Cruz de Souza, advogada da Companhia (CSC), e a Sra. Andrea Altieri Bittencourt, Diretora Jurídica da Companhia (CSC). **Mesa:** Os trabalhos da Reunião foram presididos pelo Sr. José Henrique Longo e secretariados pela Sra. Mayara Priscila Cruz de Souza. **Deliberações:** Após os esclarecimentos e discussões relacionadas as matérias, os membros do Conselho Fiscal analisaram os processos de fluxo de caixa e realização do diferido na Companhia e nas SPEs controladas. Nada mais. São Paulo, 23/01/2024. **Mesa da Reunião:** José Henrique Longo - **Presidente;** Mayara Priscila Cruz de Souza - **Secretária. Membros do Conselho Fiscal:** José Henrique Longo; Evandro Rezera; Leda Maria Deiro Hahn. **JUCESP** nº 127.720/24-8 em 26/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Celulose e papel Eldorado Brasil

J&F planeja investir R$ 25 bi em nova fábrica

Expansão deve mais do que dobrar a capacidade da empresa, que é alvo de disputa judicial com a Paper Excellence

JORGE BARBOSA

A Eldorado Brasil Celulose planeja investimentos de R$ 25 bilhões e deve iniciar em breve o projeto de sua segunda linha de produção em Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul. O anúncio dos novos planos da companhia foi feito ontem pelo empresário Wesley Batista, que é fundador e acionista da J&F Investimentos, durante o Seminário Brasil Hoje, realizado pela Esfera Brasil.

A construção da segunda fábrica de celulose em Três Lagoas é um projeto antigo para ampliar a produção de celulose de fibra curta da Eldorado. O plano, porém, ficou congelado por causa da disputa judicial pelo controle da empresa entre os dois grupos acionistas da empresa, a J&F e a Paper Excellence (PE), da Indonésia, que se arrasta há seis anos. "Nós felizmente temos conseguido diversos avanços no campo jurídico e no esclarecimento do que se trata essa disputa. Estamos em uma condição de dizer que o projeto vai sair. Ele vai andar e vamos pôr esses R$ 25 bilhões em investimento para a operacionalização", disse o empresário.

O aporte para a construção da segunda linha deve elevar a produção anual de celulose da Eldorado de 1,8 milhão de toneladas para cerca de 4,4 milhões de toneladas. Serão criados 10 mil empregos durante a fase de construção, com a geração de 2 mil postos de trabalho permanentes após a conclusão da nova linha de produção. Hoje, a companhia tem 5 mil funcionários.

A Eldorado exporta para 40 países em todos os continentes e lucrou R$ 2,34 bilhões em 2023. Além da segunda fábrica em Três Lagoas, a companhia deve construir uma ferrovia de 90 quilômetros para conectar a planta com o município de Aparecida do Taboado, em Mato Grosso do Sul. Um outra parte dos recursos ainda será direcionada para a expansão de projetos florestais do grupo na região.

DISPUTA JUDICIAL. A disputa entre J&F e Paper Excellence pelo controle da Eldorado se arrasta desde 2017, quando foi acertada a venda da empresa por R$ 15 bilhões para a Paper Excellence, em transação que envolvia dívidas e a compra de ações.

Logística
Projeto contempla a construção de 90 km de ferrovia até a cidade de Aparecida do Taboado (MS)

Na ocasião, a companhia se comprometeu a comprar 49,41% das ações da fabricante brasileira, por R$ 3,8 bilhões, e deveria assumir o restante das ações mediante outro pagamento de R$ 4,2 bilhões até setembro de 2018. O prazo de pagamento não foi cumprido e a J&F manteve as suas ações, acusando a PE de não ter os recursos financeiros para o aporte. O empresário indonésio Jackson Wijaya, dono da PE, por sua vez, reclamava a liberação de garantias da J&F por suas dívidas, antes de fechar o pagamento.

Com o impasse, foi instaurada uma arbitragem – finalizada em fevereiro de 2021, a favor da Paper Excellence. A J&F recorreu da decisão em duas instâncias alegando que um dos árbitros, Anderson Schreiber, deveria ter avisado sobre a possibilidade de conflito de interesses na função, porque o escritório do qual foi associado teria compartilhado salas, clientes, telefones, funcionários e despesas com o escritório que defendia a PE.

MINERAÇÃO. Wesley Batista disse ontem no evento que o Brasil "voltou a ser a bola da vez". "Claramente, o governo está caminhando para um ajuste das contas e do déficit fiscal, com reformas em andamento", disse, relembrando que a holding J&F tem a expectativa de investir até R$ 50 bilhões em projetos de crescimento até 2026, o que já inclui os R$ 25 bilhões para a Eldorado.

Além dos investimentos na segunda fábrica de celulose, está previsto um aporte de R$ 15 bilhões para a expansão operacional da JBS (a divisão de carnes do grupo). Outro aporte destacado por Wesley é o de R$ 5 bilhões na J&F Mineração, para a construção de 400 barcaças. "Esse investimento vai movimentar a indústria naval", disse o empresário.

O principal produto comercializado pela mineradora do grupo J&F é o lump, um granulado de minério de ferro de alto teor. A empresa quer sair da produção atual em torno de 2,7 milhões de toneladas de minério de ferro para a faixa de 50 milhões de toneladas.

A J&F ganhou um alívio temporário de caixa com a suspensão dos efeitos do acordo de leniência que assinou com o Ministério Público Federal (MPF) em 2017, por decisão do ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF). ●

Edital de Abertura de Licitação

Acha-se aberta no Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 90028/24, referente ao Processo nº 024.00065637/2024-40, cujo objeto é para aquisição de Clips Ligadura. A abertura da sessão será no dia 08 de maio de 2024, nesta unidade por intermédio do site "www.compras.sp.gov.br" a partir das 09:00 horas. O Edital na íntegra estará disponível para consulta e retirada através do site www.compras.sp.gov e www.imprensaoficial.com.br.

PORTO ASSISTÊNCIA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 46.559.987/0001-80 - NIRE 35.300.617.321

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 09 de Janeiro de 2024

1. Data, Hora e Local: 09 de janeiro de 2024, às 12:00 horas, na sede social da Porto Assistência Participações S.A. ("Companhia"), localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, 3º andar, Campos Elíseos, CEP 01216-012. **2. Mesa:** Presidente: Sr. Marcelo Sebastião da Silva; e Secretário: Eugênio Emílio Staub Filho. **3. Convocação e Presença:** convocação prévia dispensada, em razão da presença de acionistas titulares de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76. **4. Ordem do Dia:** discutir e deliberar sobre a extinção do *"Plano de Opção de Compra de Ações"* aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 31 de agosto de 2022 ("Plano de Stock Option"), bem como de todas as outorgas de opções de compra no âmbito do Plano de Stock Option. **5. Deliberações:** os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas, a extinção, para todos os fins, do Plano de Stock Option, bem como de todas as outorgas de opções de compra no âmbito do Plano de Stock Option. A administração da Companhia está autorizada a tomar todas as providências necessárias para a efetivação da deliberação tomada nesta assembleia, inclusive a formalização dos distratos dos contratos de outorga de opções de compra de ações celebrados no âmbito do Plano de Stock Option. **6. Encerramento:** encerrados os trabalhos, foi lavrada esta ata, em forma de sumário, nos termos do art. 130, §1º, da Lei nº 6.404/76, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes e lavrada no livro de registro de atas de assembleia geral da Companhia. São Paulo, 09 de janeiro de 2024. Mesa: Marcelo Sebastião da Silva - **Presidente;** Eugenio Emilio Staub Filho - **Secretário.** Acionistas: **Porto Seguro S.A.** - p. Lene Araújo de Lima e Celso Damadi; **BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia** - p. BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda.; p. Reinaldo Garcia Adão e Fernanda Jorge Stallone Palmeiro. **Ana Elisa Pereira do Valle Staub; Ricardo Uchoa Alves Lima; Ana Cristina Junqueira do Valle; Old Bridge Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior -** p. Est Gestão de Patrimônio Ltda.; p. Gilberto Leita Cesar Filho e Deiwes Aparecido Rubira de Assis. **JUCESP** nº 91.572/24-1 em 05/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ nº 08.872.199/0001-50 - NIRE 35300342569

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 28.03.2024

DATA: 28 de março de 2024, às 09:00 horas. **LOCAL:** Sede social, na Avenida Paulista, nº 1793 - 7º andar - Bela Vista-São Paulo-SP. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Dispensada a convocação em virtude da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), conforme verificado no Livro de Presença de Acionistas. **MESA:** Presidente: Morris Dayan. Secretário: Salim Dayan. **ORDEM DO DIA: 1.** Exame, discussão e votação das demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e **2.** Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício. **CONSIDERAÇÕES:** Preliminarmente, os acionistas autorizaram a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do Artigo 130, § 1º da Lei das S.A. Tendo em vista a presença dos Acionistas representando a totalidade do Capital Social votante da Companhia, considerou-se sanada a falta de publicação dos anúncios previstos no Artigo 133 da Lei das S.A., bem como a inobservância dos prazos referidos em tal artigo, nos termos do parágrafo 4º, Artigo 133, da Lei das S.A. **DELIBERAÇÕES:** Após os esclarecimentos de que os documentos mencionados no item "1" da ordem do dia haviam sido publicados: (i) nas páginas "1 e 2" do jornal "O Estado de São Paulo" em edição de 28 de fevereiro de 2024, devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o nº 101.593/24-7 em sessão de 11 de março de 2024; e (ii) simultaneamente na internet, na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI, com certificação digital de autenticidade emitida por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil), podendo ser conferida pelo site, https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/, foram deliberadas por unanimidade: **1.** Aprovar, sem ressalvas, os documentos mencionados no item "1" da ordem do dia; **2.** Aprovar a proposta da Diretoria, em reunião realizada em 06 de fevereiro de 2024, devidamente arquivada na JUCESP sob nº 88.819/24-3 em sessão de 29 de fevereiro de 2024, relativa à destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de **R$ 2.435.033,26** (dois milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, trinta e três reais e vinte e seis centavos) a saber: - Reserva Legal – 5%, R$ 121.751,66; - Dividendos – 10%, R$ 231.328,16; - Reserva Estatutária, R$ 2.081.953,44; **Total R$ 2.435.033,26. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio, a qual foi lida, aprovada e por todos assinada. São Paulo, 28 de março de 2024. **ASSINATURAS:** Presidente: Morris Dayan. Secretário: Salim Dayan. Acionistas: **BANCO DAYCOVAL S.A.**, neste ato representado pelos seus diretores Srs. Salim Dayan e Morris Dayan; Carlos Moche Dayan; Salim Dayan; e Morris Dayan. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **MORRIS DAYAN -** Presidente, **SALIM DAYAN -** Secretário. JUCESP nº 152.322/24-3 em 15.04.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.570/2023, de 20 de setembro de 2023, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objetos:

PE 2024012000126 - Serviços especializados de limpeza de vidros da fachada da Administração Central. Abertura: 13/05/2024 às 10h30.

PE 2024012000138 - Serviços especializados de monitoramento e controle de pragas para Diversas Unidades. Abertura: 08/05/2024 às 10h30.

PE 2024012000149 - Fornecimento futuro e eventual de biscoitos artesanais para Diversas Unidades. Abertura: 08/05/2024 às 10h30.

A consulta e aquisição dos editais estão disponíveis no endereço eletrônico **portallc.sescsp.org.br** mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL

SICOOB MANTIQUEIRA COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO, pessoa jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ sob o nº 71.698.674/0001.50, com sede na Praça Holanda, número 80, Taubaté-SP, CEP 12.030-350, faz saber que, nos termos da Lei 9.514/97, que institui alienação fiduciária de bem imóvel, devido à negociação descumprida por R. T. E. N. I. LTDA (sigilo LGPD), qualificada na matrícula imobiliária de n. 18.342, do Registro de Imóveis de Ribeirão Bonito/SP, promoverá 02 (dois) leilões públicos que se farão realizar em:

1ª praça abre às 11h e se encerra às 12h do dia 29/04/2024;
2ª praça abre às 11h e se encerra às 12h do dia 30/04/2024.

Imóvel: um imóvel rural com a área superficial de 7.26 ha de terras, devidamente descrito e caracterizado pela matrícula imobiliária n. 18.342, do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Ribeirão Bonito/SP. Incra no 951.013.149.160-4. Imóvel consolidado em favor do credor.

Valor do imóvel na primeira praça: R$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais);

Valor do imóvel na segunda praça: R$ 730.906,45 (setecentos e trinta mil, novecentos e seis reais e quarenta e cinco centavos). Valor atualizado da dívida.

LOCAL DO LEILÃO: SERÁ REALIZADO SOMENTE DE FORMA ELETRÔNICA NO SITE WWW.LEILOARIA.COM.BR.

Condições e valor de venda: A venda será realizada à vista. Se no primeiro público leilão, o maior lance oferecido for inferior ao valor da avaliação, será realizado o segundo leilão, na data acima marcada. No segundo leilão, será aceito o maior lance oferecido, desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, honorários, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, atualizados até a data do leilão. Incorrerão por conta do arrematante todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento de 5% (cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro sobre o valor da arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de Transmissão, Foro, Laudêmio, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc., sendo que, assim como todas as despesas e diligências extrajudiciais e judiciais que forem necessárias para o registro da propriedade. O pagamento deverá ser feito à vista e a comissão do Leiloeiro em cheque separado ou depositado em conta corrente em até 24 horas após o leilão, caso a arrematação seja na modalidade on-line, por meio da internet. O imóvel será vendido no estado em que se encontra, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação (*ad corpus*). O arrematante deverá consultar eventuais despesas de condomínio e IPTU. Os leilões serão realizados na forma eletrônica no site abaixo mencionado. Mais informações: contato@leiloaria.com.br ou (19) 3523-6393 – **WWW.LEILOARIA.COM.BR** - **GIOVANNI LUCA TISSIANO MARTINS**, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 1162.

PORTO SEGURO SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A.

CNPJ nº 09.436.686/0001-32 - NIRE 35.3.0035373.1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 22 de Dezembro de 2023

1. Data, hora e local: 22 de dezembro de 2023, às 11h, na sede social da Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. ("Companhia"), localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Guaianases, nº 1238,12º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01204-002. **2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **3. Composição da Mesa:** Presidente - Sr. Lene Araújo de Lima; Secretário - Sr. Gustavo Franco Pacheco. **4. Ordem do dia:** A Assembleia Geral Extraordinária foi convocada para deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais), mediante a emissão de novas ações, com a consequente alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social. **5. Deliberações:** A Assembleia Geral Extraordinária, por unanimidade de votos e sem ressalvas, deliberou: 5.1. Aprovar o aumento do capital social da Companhia no valor de R$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais), passando de R$ 831.997.366,63 (oitocentos e trinta e um milhões, novecentos e noventa e sete mil, trezentos e sessenta e seis reais e sessenta e três centavos) para R$ 886.997.366,63 (oitocentos e oitenta e seis milhões, novecentos e noventa e sete mil, trezentos e sessenta e seis reais e sessenta e três centavos), mediante a emissão, após arredondamento, de 3.756.767.397 (três bilhões, setecentos e cinquenta e seis milhões, setecentas e sessenta e sete mil, trezentas e noventa e sete) novas ações ordinárias sem valor nominal, pelo preço de emissão de R$ 0,0146402463 por ação, fixado com base no valor patrimonial das ações, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso II da Lei nº 6.404/76. 1.1. Dispensou a fixação de prazo para o exercício do direito de preferência na subscrição das ações, sendo que a acionista Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. renunciou ao seu direito em favor da acionista Porto Seguro S.A. que, nos termos do Boletim de Subscrição anexo à presente ata, subscreveu e integralizou a totalidade das ações ordinárias emitidas e as integralizará, em moeda corrente nacional, nesta data. 5.1.1. Em consequência, o caput do artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 5º** O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$ 886.997.366,63 (oitocentos e oitenta e seis milhões, novecentos e noventa e sete mil, trezentos e sessenta e seis reais e sessenta e três centavos) dividido em 32.525.052.738 (trinta e dois bilhões, quinhentos e vinte e cinco milhões, cinquenta e duas mil, setecentas e trinta e oito) ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal."* 5.2. Aprovar a consolidação do estatuto social da Companhia, que passará a vigorar com a redação constante do Anexo I *(Anexo I - Estatuto Social da Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.),* para refletir as deliberações tomadas nesta Assembleia. **6. Documentos arquivados na sociedade:** procuração societária, boletim de subscrição e demais documentos pertinentes a ordem do dia. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata em forma de sumário, nos termos do Artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 22 de dezembro de 2023. **Presidente da Mesa** - Sr. Lene Araújo de Lima, **Secretário da Mesa** - Sr. Gustavo Franco Pacheco; Acionistas: **Porto Seguro S.A.,** por seus Diretores, Srs., Lene Araújo de Lima e Celso Damadi; **Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.,** por seu procurador, Sr. Gustavo Franco Pacheco. A presente é cópia fiel da lavrada em livro próprio. Gustavo Franco Pacheco - **Secretário da Mesa. JUCESP** nº 121.640/24-3 em 15/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PORTO ASSISTÊNCIA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 46.559.987/0001-80 - NIRE 35.300.617.321

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 19 de Fevereiro de 2024

1. Data, Hora e Local: Aos 19 dias do mês de fevereiro de 2024, às 14h, na sede social da Porto Assistência Participações S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 500, 5º andar, parte, Alphaville Centro Industrial, CEP 06454-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Sr. Paulo Sérgio Kakinoff - Presidente; Sr. Lene Araújo de Lima - Secretário. **4. Ordem do Dia:** A presente reunião tem por objetivo discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** Apreciação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** Apreciação da proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** orçamento 2024 e resultado relativo a janeiro de 2024; **(iv)** Reporte dos Comitês; e, **(v)** Atualização do projeto de integração da Companhia. **5. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas: (i) Aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Porto Assistência Participações S.A. referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhados da minuta do parecer apresentado pela auditoria independente Ernst&Young Auditores Independentes, do qual não constam ressalvas, determinando, por fim, a submissão dos referidos documentos à aprovação da Assembléia Geral da Companhia; (ii) Aprovar a proposta da Diretoria de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a ser submetida à aprovação da Assembléia Geral da Companhia; (iii) Os membros do Conselho de Administração tomaram conhecimento do orçado x realizado do orçamento da Companhia para o mês de janeiro de 2024, dando-se por satisfeitos com as informações e esclarecimentos apresentados, sem qualquer recomendação específica. (iv) Os membros do Conselho de Administração tomaram, conhecimento acerca dos principais assuntos analisados e discutidos pelos Comitês de Assessoramento da Companhia; e (v) Os membros do Conselho de Administração analisaram e discutiram as principais atualizações acerca do desenvolvimento do projeto de integração da Companhia. **6. Encerramento e Assinatura:** Foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos, elaborada a presente ata, a qual, após lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos presentes. São Paulo, 19 de fevereiro de 2024. **Paulo Sérgio Kakinoff,** Presidente do Conselho de Administração, **Bruno Campos Garfinkel, Lene Araújo de Lima, Celso Damadi, Ana Cristina Junqueira Pereira do Valle, Eugenio Emilio Staub Filho e Felipe Gottlieb.** A presente é cópia fiel da lavrada em livro próprio. **Paulo Sérgio Kakinoff -** Presidente do Conselho de Administração. **JUCESP** nº 103.436/24-8 em 13/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

MOBITECH LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

CNPJ nº 19.091.996/0001-16 - NIRE 35300576349

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 23 de Fevereiro de 2024

1. Data, Hora e Local: Em 23 de fevereiro de 2024, às 11h30, na sede social da Mobitech Locadora de Veículos S.A. ("Companhia"), na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, 3º andar/parte, Campos Elíseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. Convocação:** Dispensada a convocação em face da presença dos acionistas detentores da totalidade do capital social, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. Mesa:** Presidente - Sr. Marcos Roberto Loução; Secretário - Sr. Gustavo Franco Pacheco. **5. Ordem do Dia: (i)** Aprovar a modificação do cargo ocupado atualmente pelo Sr. Marcos Roberto Loução, de CEO - Serviços para Diretor Presidente da Companhia; **(ii)** Aprovar a desinvestidura do Sr. José Rivaldo Leite da Silva, como Diretor Vice-Presidente - Comercial da Companhia; **(iii)** Aprovar a reforma do art. 6º do Estatuto Social da Companhia; e **(iv)** Ratificar a composição atual da Diretoria da Companhia. **6. Deliberações:** Os acionistas deliberaram, por unanimidade e sem reservas: **(i)** Aprovar a modificação do cargo ocupado atualmente pelo Sr. Marcos Roberto Loução, brasileiro, casado, estatístico, portador da Cédula de Identidade RG nº 58.101.916-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 857.239.919-49, com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, de CEO - Serviços para Diretor Presidente. **(ii)** Aprovar a desinvestidura do Sr. José Rivaldo Leite da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.407.073-7 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 047.332.458-07, com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretor Vice-Presidente - Comercial da Companhia. A Assembleia aprova ainda registrar votos de profundo agradecimento ao Sr. Rivaldo Leite por sua dedicação e contribuição à Companhia. **(iii)** Aprovar a reforma do art. 6º do Estatuto Social da Companhia, para fazer refletir a extinção dos cargos de CEO - Serviços, Diretor Vice-Presidente - Comercial, e a alteração das nomenclaturas dos cargos de Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional para Diretor Vice-Presidente e Diretor de Pessoas e Sustentabilidade para Diretor de Gente e Cultura. Em consequência da aprovação deste item, o *caput* do art. 6º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: ***Artigo 6º.** A Diretoria será composta por 08 (oito) membros, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Vice-Presidente, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos; 01 (um) Diretor Jurídico e Riscos, 01 (um) Diretor de Controladoria, 02 (dois) Diretores de Negócios e 01 (um) Diretor de Gente e Cultura, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral pelo prazo de 03 (três) anos, permitida a reeleição.* **(iv)** Ratificar a atual composição da Diretoria da Companhia, com mandato que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que apreciar as contas relativas ao exercício social com término previsto em 31 de dezembro de 2023, da seguinte forma: **Diretor Presidente -** Marcos Roberto Loução, brasileiro, casado, estatístico, portador da Cédula de Identidade RG nº 58.101.916-7 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 857.239.919-49; **Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos -** Celso Damadi, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.075-7 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 074.935.318-03, **Diretor Vice-Presidente -** Lene Araújo de Lima, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.537.948 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 118.454.608-80; **Diretora Jurídica e Riscos -** Adriana Pereira Carvalho Simões, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 189.730 e no CPF/ME sob o nº 174.320.898-76; **Diretor de Controladoria -** Rafael Veneziani Kozma, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador de Cédula de Identidade RG nº 25.397.726-5 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob nº 200.476.918-16; **Diretor de Negócios -** Tiago Violin, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 28.158.840-5 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 283.416.528-97; **Diretor de Negócios -** Adriano Arruda de Oliveira, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.730.051-3 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 258.393.538-09; e **Diretora de Gente e Cultura -** Carolina Helena Urbano Zwarg, brasileira, casada, psicóloga, portadora da cédula de identidade RG nº 278436869 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 292.135.838-77, todos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 10º andar, Campos Elíseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Por fim, os acionistas aprovaram a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA. **7. Documentos Arquivados:** Procurações societárias e demais documentos pertinentes à ordem do dia. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 23 de fevereiro de 2024. **Presidente da Mesa -** Sr. Marcos Roberto Loução, **Secretário da Mesa** - Sr. Gustavo Franco Pacheco; **Acionistas: Porto Seguro S.A.,** por seu Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços, Sr. Marcos Roberto Loução e por seu procurador Sr. Gustavo Franco Pacheco; **Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.,** por seu procurador, Sr. Gustavo Franco Pacheco. A presente é cópia fiel da lavrada em livro próprio. Gustavo Franco Pacheco - **Secretário da Mesa. JUCESP** nº 125.041/24-0 em 19/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CIRCE BONATELLI, EDUARDO LAGUNA E LUDMYLLA ROCHA
GABRIEL BALDOCCHI (edição)
TWITTER: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM

Coluna do Broadcast

V.tal assume compromissos bilionários para garantir nova recuperação da Oi

Parte importante da engenharia financeira para colocar de pé o plano de recuperação judicial da Oi passou pelas mãos da V.tal, que assumiu compromissos bilionários em três etapas fundamentais dentro do processo. Esse é um curioso caso da criatura que ficou maior que o criador. A V.tal nasceu da separação das redes de fibra ótica da própria Oi e hoje é controlada por fundos geridos pelo BTG Pactual, que têm o fundo de pensão canadense CPPIB entre os investidores. A Oi é uma acionista minoritária e a principal cliente das redes. Já a V.tal é uma das maiores empresas de infraestrutura de telecomunicações do País, e agora se torna uma das maiores credoras da Oi, além de uma potencial dona dos ativos de sua criadora.

Ajuda terá crédito de R$ 780 milhões

A V.tal assumiu contribuir com US$ 150 milhões (cerca de R$ 780 milhões) do novo financiamento à Oi na recuperação, cujo valor total é de US$ 655 milhões (R$ 3,4 bilhões). Os recursos ajudarão a Oi a honrar compromissos até que saiam as vendas de ativos. A Oi ofereceu garantias baseadas nos demais ativos do grupo.

Apoio envolve investimentos em fixo

O segundo movimento decisivo da V.tal foi na negociação entre a Oi e a Anatel sobre o futuro da concessão de telefonia fixa, que teve mediação do Tribunal de Contas da União. A Oi vai mudar o regime para autorização, com compromisso de investimentos de até R$ 10 bilhões. Cerca de dois terços serão arcados pela V.tal.

● **MOEDA.** Em troca, a V.tal receberá parte do potencial crédito decorrente da arbitragem entre a Oi e a Anatel, que está sendo retomada. A Oi pleiteia um ressarcimento pelos prejuízos causados pela concessão de telefonia fixa.

● **GARANTIA.** O terceiro dos compromissos veio à tona esta semana. A V.tal concordou em fazer a aquisição da divisão de banda larga da Oi, a Oi Fibra, caso não apareçam outros compradores dispostos a pagar os R$ 7,3 bilhões propostos no plano de recuperação.

● **PLANO B.** Ou seja: fica como alternativa que dá a garantia aos credores de que o negócio terá uma solução. Nesse caso, a V.tal vai incorporar a Oi Fibra mediante entrega de ações, isto é, sem pagamento em dinheiro.

● **PEGOU MAL.** A esnobada do técnico Abel Ferreira ao carro elétrico da BYD na premiação do Campeonato Paulista não foi bem digerida na montadora. Duas semanas após a final do Paulistão, na qual o Palmeiras conquistou o tricampeonato ao vencer o Santos, o carro ainda não chegou à garagem do treinador português.

PREMIAÇÃO ATRASADA

REBECA REIS/AG. PAULISTÃO

O técnico Abel Ferreira disse que não gosta de carro elétrico e causou constrangimento à BYD, que adiou entrega de prêmio pelo Paulistão

● **EM ESTUDO.** A marca chinesa já considerou sortear o veículo entre torcedores palmeirenses, mas desistiu porque a ação envolveria custos e burocracia. Agora, avalia entregar o carro a um torcedor do Palmeiras, ainda não escolhido.

● **SINCERÃO.** "Não sei se posso dizer isso: não gosto de carro elétrico. Ainda vou ver o que vou fazer com isso", disse Abel em entrevista ao apresentador Neto, da Band, que movimentou as redes sociais e levou a BYD a publicar um vídeo com alfinetadas ao treinador multicampeão pelo Palmeiras.

● **FAIR PLAY.** À *Coluna*, o conselheiro especial da BYD no Brasil, Alexandre Baldy, classificou a fala como desrespeitosa com a ação. "Ele foi o técnico escolhido para receber aquele prêmio. Não é o Abel, é o melhor técnico do Paulistão, dentro ali dos critérios e tudo mais. Isso para o esporte é ruim, para o futebol é ruim, para o Campeonato Paulista é ruim."

● **MEIO-TERMO.** Procurada, a assessoria de Abel respondeu que o técnico não recebeu o carro ainda porque a BYD pediu para adiar a entrega. A montadora considera entregar a Abel um carro híbrido, em vez de elétrico.

● **NO BOLSO.** O Brasil conta com a terceira energia mais barata da América Latina para empresas de grande porte, segundo pesquisa da Aggreko. O preço médio da energia para grandes companhias que atuam no País é de US$ 0,09 por quilowatt-hora (kWh), ficando atrás apenas do Chile e do Equador, que empatam com US$ 0,08 por kWh.

● **QUEM MAIS.** Para consumidores finais, o País empata com a Nicarágua aos US$ 0,14 por kWh, sendo ultrapassado, mais uma vez por Chile e Equador, que ocupam, juntos, a primeira posição, com US$ 0,10 por kWh, e também por Panamá e República Dominicana, onde o preço médio apontado foi de US$ 0,12 por kWh.

SOBE

Consumo de diesel cresceu 8,7% no primeiro bimestre

DANIEL TEIXEIRA / ESTADÃO - 18/5/2019

O consumo de diesel no Brasil em janeiro e fevereiro cresceu 8,7% em comparação com o mesmo período do ano passado, segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), impulsionado pela expansão do volume exportado de soja. Mesmo com a previsão de uma safra menor da oleaginosa este ano, a estimativa é de que no primeiro semestre a demanda por óleo diesel suba 1,6% ante o primeiro semestre de 2023.

DESCE

Mineradoras recuam na B3 com rumor de nova política

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO-25/10/2023

As ações da Vale registraram volatilidade no pregão de ontem na B3 e encerraram a sessão com leve recuo (-0,05%). Já a ação ordinária da CSN Mineração caiu 1,89%. Para o analista da Levante Inside Corp, João Abdouni, preocupam os investidores os rumores em torno de uma nova política de mineração em estudo pelo governo, visando mais investimentos no setor. "O governo federal segue trazendo ruídos à Vale", afirmou.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 125.573,16 PTS. | Dia 0,36% | Mês -1,98% | Ano -6,42%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
PETZ ON NM	5,39	12,29	26.630
CVC BRASIL ON NM	2,13	10,94	9.244
RAIZEN PN N2	3,12	3,31	18.050

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

PETRORECSA ON NM	20,57	-2,74	13.696
KLABIN S/A UNT N2	24,07	-2,23	11.635
CSNMINERACAOON	5,19	-2,08	10.986

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

17/4 a 17/5	0,0599	0,7603	0,5602	0,5000
18/4 a 18/5	0,0672	0,7677	0,5675	0,5000
19/4 a 19/5	0,0362	0,7264	0,5364	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	38.239,98	0,67	-3,94	1,46
FRANKFURT - DAX	17.860,80	0,70	-3,42	6,62
LONDRES - FTSE	8.023,87	1,62	0,90	3,76
TÓQUIO - NIKKEI	37.438,61	1,00	-7,26	11,88

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	6,08	3.164,87
	15/5/2035	6,00	2.243,73
JUROS SEMESTRAIS	15/5/2035	6,01	4.376,46
PREFIXADO	1º/1/2027	10,81	758,99
	1º/1/2031	11,53	483,74
SELIC	1º/3/2027	0,10	14.701,81

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Fevereiro	Março	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,81	0,19	1,58	3,40
IGP-M (FGV)	-0,52	-0,47	0,91	-4,26
IGP-DI (FGV)	-0,41	-0,30	-0,97	-4,00
IPC (FIPE)	0,46	0,26	1,18	2,87
IPCA (IBGE)	0,83	0,16	1,42	3,93
CUB (Sinduscon)	0,11	0,10	0,21	2,62
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,34	0,51	1,12	4,77

Índices de reajuste do aluguel (Março)

IGP-M (FGV)	-1,0426	IPCA (IBGE)	1,0393
IGP-DI (FGV)	-1,0400	INPC (IBGE)	1,0340
IPC-FIPE	1,0287	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (ABRIL)

Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.412,00	7,5%
DE R$ 1.412,01 ATÉ R$ 2.666,68	9%
DE R$ 2.666,69 ATÉ R$ 4.000,03	12%
DE R$ 4.000,04 ATÉ R$ 7.786,02	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.412,00 A 7.786,02	20%	DE 282,40 A 1.557,20

VENCIMENTO 7/5. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/31)	10,51	-0,28	-1,41	-9,79
CDI	10,65	0,00	0,00	-8,58

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.	C. Abe.	Min.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAI/24	19,80	87.727	19,71	20,15	0,35
CAFÉ NY*	JUL/24	227,65	123.250	223,50	234,50	-1,81
SOJA CBOT**	MAI/24	11,61	164.514	11,445	11,67	0,91
MILHO CBOT**	JUL/24	4,50	601.214	4,397	4,513	1,52

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	123,73	0,15	-9,59
BOI Cepea/esalq, R$/@	231,00	-3,50	-19,06
MILHO Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	58,76	-0,35	-16,77
CAFÉ Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1275,58	-31,01	14,73

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,1687	-0,59	3,06	6,50
DÓLAR TURISMO	5,3850	-0,52	3,22	6,53
EURO	5,5060	-0,61	1,76	2,53
OURO	343,000	1,81	10,65	20,77
WTI US$/BARRIL	82,1000	-0,06	-0,95	15,16
IBRENTUS$/BARRIL	87,1500	0,59	0,36	13,12

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,0654	1,2353	0,1934
EURO	0,939	1,0000	1,1595	0,1816
FRANCO SUÍÇO	0,912	0,9716	1,1266	0,1764
LIBRA ESTERLINA	0,810	0,8624	1,0000	0,1566
IENE	154,831	164,9470	191,2550	29,9490

AS MOEDAS NA VERTICAL:VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

DTT Treinamento e Consultoria Ltda.

Sociedade Simples Ltda. - CNPJ n° 07.865.954/0001-06

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

São convidados os senhores quotistas da **DTT Treinamento e Consultoria Ltda.**, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, na sede social da Companhia, localizada à Av. Chucri Zaidan, 1240, 10º andar, Vila São Francisco, CEP 04711-130, São Paulo, SP, às 13h00, no dia 30 de abril de 2024, a fim de tratarem da seguinte ordem do dia: **(a)** deliberação sobre os balanços mensais do exercício de 2023; **(b)** deliberação sobre o pagamento de pró-labore no exercício de 2023; **(c)** deliberação sobre a distribuição desproporcional dos lucros no exercício de 2023; **(d)** deliberação sobre o balanço anual e as demonstrações financeiras do exercício de 2023.

São Paulo, 22 de abril de 2024

Marcelo Natale Rodriguez

Sócio Administrador

PORTO SEGURO SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A.

CNPJ nº 09.436.686/0001-32 NIRE 35.3.0035373.1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 02 de Janeiro de 2024

1. Data, hora e local: 02 de janeiro de 2024, às 11h, na sede social da Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. ("Companhia"), localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Guaianases, nº 1238, 12º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01204-002. **2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **3. Composição da Mesa:** Presidente - Sr. Lene Araújo de Lima; Secretário - Sr. Gustavo Franco Pacheco. **4. Ordem do dia:** A Assembleia Geral Extraordinária foi convocada para deliberar sobre a Desinvestidura do Sr. Roberto de Souza Santos, como Diretor Presidente da Companhia. **5. Deliberações:** A Assembleia Geral Extraordinária, por unanimidade de votos e sem ressalvas, decidiu, aprovar a desinvestidura do Sr. Roberto de Souza Santos, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 05.380.778-0 SSP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 641.284.587-91, com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, como Diretor Presidente da Companhia. A Assembleia aprova ainda registrar votos de profundo agradecimento ao Sr. Roberto de Souza Santos por sua dedicação e contribuição à Companhia; e, **6. Documentos arquivados na sociedade:** Procuração societária e demais documentos pertinentes a ordem do dia. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata em forma de sumário, nos termos do Artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 02 de janeiro de 2024. **Presidente da Mesa -** Sr. Lene Araújo de Lima, **Secretário da Mesa -** Sr. Gustavo Franco Pacheco. **Acionistas: Porto Seguro S.A.,** por seu Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional, Sr. Lene Araújo de Lima e por seu procurador, Sr. Gustavo Franco Pacheco; **Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.,** por seu procurador, Sr. Gustavo Franco Pacheco. A presente é cópia fiel da lavrada em livro próprio. **Gustavo Franco Pacheco -** Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 121.641/24-7 em 15/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

IPLF Holding S.A.

CNPJ/MF n° 60.651.569/0001-49 - NIRE 35 3003 1301 1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: 30 de janeiro de 2024, às 10h, na sede social da IPLF Holding S.A. ("Companhia"), sociedade com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355, 21° andar (parte), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Convocação e Presença:** Dispensada a publicação do edital de convocação, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social, nos termos do art. 124, §4°, da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."). **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Companhia, com a consequente alteração do Estatuto Social. **Mesa:** Presidente - Sr. Claudio Thomaz Lobo Sonder; Secretária - Sra. Maria Cecilia Castro Neves Ipiña. **Deliberações:** Foi autorizada a lavratura da ata na forma de sumário, nos termos do § 1° do Art. 130 da Lei das S.A. Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, o seguinte: 1) aprovar a redução do capital social da Companhia, na forma do *caput* do art. 173 da Lei das S.A. por julgá-lo excessivo em relação ao objeto da Companhia, no montante de R$ 134.672.258,69 (cento e trinta e quatro milhões, seiscentos e setenta e dois mil, duzentos e cinquenta e oito reais e sessenta e nove centavos), passando o capital social **de** R$ 332.039.484,05 (trezentos e trinta e dois milhões, trinta e nove mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e cinco centos) **para** R$ 197.367.225,36 (cento e noventa e sete milhões trezentos e sessenta e sete mil, duzentos e vinte e cinco reais e trinta e seis centavos), sem qualquer alteração do número de ações de emissão da Companhia, mediante a restituição de capital aos acionistas em moeda corrente nacional, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social da Companhia; 2) em decorrência da redução do capital deliberada acima, aprovar a alteração do *caput* do Artigo 5° do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: *"Art. 5° - O capital social é de R$ 197.367.225,36 (cento e noventa e sete milhões trezentos e sessenta e sete mil, duzentos e vinte e cinco reais e trinta e seis centavos), integralmente realizado e dividido em 905.475.830 ações nominativas, sem valor nominal, das quais 905.467.924 ordinárias e 7.906 preferenciais";* 3) autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos e quaisquer atos e a firmar todos e quaisquer documentos necessários à execução das deliberações; 4) para os fins do disposto no *caput* do art. 174 da Lei das S.A., observar-se-á o transcurso do prazo e as condições ali previstos para levar a presente ata a registro na JUCESP, bem como para efetivar a redução de capital ora deliberada. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo, 30 de janeiro de 2024. Cláudio Thomaz Lobo Sonder - Presidente da Mesa. Maria Cecilia Castro Neves Ipiña -Secretária. Os Acionistas: David Feffer, Daniel Feffer, Ruben Feffer, Mikhael Henriques Feffer, Izabela Henriques Feffer - Pp. Marcos Hiyoshi Kubo - advogado. Janet Guper, Lisabeth S. Sander, Pedro Noah H. Guper, Ian Baruch H. Guper, Rafael Provenzale Guper, Gabriel Provenzale Guper - Pp. Ricardo Madrona Saes - advogado. Polpar S.A. - Pp. Marcos Hiyoshi Kubo - advogado. A presente é cópia fiel da original, lavrada no livro próprio. **Maria Cecilia Castro Neves Ipiña -** Secretária. **JUCESP** nº 140.557/24-6 em 05/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL"

Rua José Alves, nº 403 - Centro - Mogi Mirim/SP - Telefone: 19.3818-4505 / 19.3891-4489

PUBLICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL", Sr. Paulo de Oliveira Silva, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, faz saber sobre a Dispensa de Licitação – Processo Administrativo **n° 2023/0757**, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE GASES MEDICINAIS - SAMU MOGI MIRIM, conforme especificações apresentadas no Anexo I – Termo de Referência, no total de R$ 35.496,00 (trinta e cinco mil quatrocentos e noventa e seis reais), junto a empresa "ATMOSFERA GASES", inscrita no CNPJ 13.134.213/0001-58, embasada no Art. 75, § 3º, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, Decreto Municipal n.º 9.666/2023, Resolução n.º 01/2024 do Consórcio e demais normas e legislações aplicáveis.

Mogi Mirim, 08 de março de 2024.
Consórcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril"
Paulo de Oliveira Silva
Presidente

PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO

O Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL", Sr. Paulo de Oliveira Silva, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, faz saber sobre Prorrogação do Contrato, pelo período de 03 meses, referente a Dispensa de Licitação, embasada no inciso II parágrafo único, do artigo 24 da Lei Federal n° 8.666/93, Processo Administrativo n° 034/2022, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE SISTEMAS INTEGRADOS - SEDE ADM CON8, conforme especificações apresentadas no Anexo I – Termo de Referência, no total de R$ 26.190,00 (vinte e seis mil cento e noventa reais), junto a empresa "CEBI - CENTRO ELETRONICO BANCARIO INDUSTRIAL LTDA", inscrita no CNPJ 59.302.711/0001-63.

Mogi Mirim, 04 de abril de 2024.
Consórcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril"
Paulo de Oliveira Silva
Presidente

PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO

O Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL", Sr. Paulo de Oliveira Silva, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, faz saber sobre Prorrogação do Contrato, pelo período de 12 meses, referente a Dispensa de Licitação, embasada no inciso II parágrafo único, do artigo 24 da Lei Federal n° 8.666/93, Processo Administrativo n° 056/2020, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIM ENTO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS – RADIOCOMUNICAÇÃO, PARA O SAMU DA BAIXA MOGIANA, conforme especificações apresentadas no Anexo I – Termo de Referência, no total de R$ 103.212,00 (cento e três mil duzentos e doze reais), junto a empresa "RAMC COMERCIO REPRESENTACAO E TELECOMUNICACOES LTDA", inscrita no CNPJ 69.158.905/0002-71.

Mogi Mirim, 11 de março de 2024.
Consórcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril"
Paulo de Oliveira Silva
Presidente

PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO

O Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL", Sr. Paulo de Oliveira Silva, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, faz saber sobre Prorrogação do Contrato, pelo período de 12 meses, referente a Dispensa de Licitação, embasada no inciso II parágrafo único, do artigo 24 da Lei Federal n° 8.666/93, Processo Administrativo n° 01202/2022, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO EM JORNAL - SEDE ADMINISTRATIVA CON8, conforme especificações apresentadas no Anexo I – Termo de Referência, no total de R$ 79.982,50 (setenta e nove mil novecentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos), junto a empresa "S/A O ESTADO DE S.PAULO", inscrita no CNPJ 61.533.949/0001-41.

Mogi Mirim, 01 de janeiro de 2024.
Consórcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril"
Paulo de Oliveira Silva
Presidente

PUBLICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE "08 DE ABRIL", Sr. Paulo de Oliveira Silva, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, faz saber sobre a Dispensa de Licitação – Processo Administrativo **n° 2024/041**, Objeto: AQUISIÇÃO DE OXIMETRO E SENSOR NEONATO, SAMU DA BAIXA MOGIANA conforme especificações apresentadas no Anexo I – Termo de Referência, no total de R$ 12.250,00 (doze mil duzentos e cinquenta reais), junto a empresa "CWB CARE PROD. MEDICOS HOSPITALARES LTDA", inscrita no CNPJ 37.778.759/0001-00, embasada no Art. 75, § 3º, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, Decreto Municipal n.º 9.666/2023, Resolução n.º 01/2024 do Consórcio e demais normas e legislações aplicáveis.

Mogi Mirim, 22 de abril de 2024.
Consórcio Intermunicipal de Saúde "08 de Abril"
Paulo de Oliveira Silva
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO

COMUNICADO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024** OBJETO: CCONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REPAROS, MANUTENÇÃO E PEQUENAS REFORMAS EM PRÓPRIOS MUNICIPAIS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA. FICA PRORROGADA A DATA DE ABERTURA DO PRESENTE PREGÃO ELETRÔNICO, QUE SERIA REALIZADA NO DIA 30/04/2024 ÀS 09H, FICANDO DESIGNADO O DIA 09/05/2024, ÀS 09H, PARA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA. O Edital está disponível no site www.sertaozinho.sp.gov.br e no https://bll.org.br. INFORMAÇÕES: FONE: (16) 2105-3036 / 2105-3051 Secretaria de Administração; Departamento de Licitações, 22 de abril de 2024. Gabriel Diniz Carvalho Franco Diretor do Departamento de Licitações

PORTO ASSISTÊNCIA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 46.559.987/0001-80 - NIRE 35300617321

Ata de Assembleia Geral Ordinária Realizada em 28 de Fevereiro de 2024

1. Data, Horário e Local: Em 28 de fevereiro de 2024, às 10h, na sede social da Porto Assistência Participações S.A. ("Companhia"), com sede na Alameda Rio Negro, nº 500, 5º andar, parte, Alphaville Centro Industrial, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06454-000. **2. Mesa:** Presidente: Marcelo Sebastião da Silva; Secretário: Gustavo Franco Pacheco. **3. Convocação e Presença:** dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme assinaturas no livro de Presença de Acionistas, nos termos do art. 124, §42, da Lei nº 6.404/76. **4. Ordem do Dia:** A Assembleia Geral foi convocada para deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** Aprovar e ratificar as contas dos administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** Aprovar e ratificar a destinação do resultado do exercício de 2022; **(iii)** Aprovar as contas dos administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iv)** Aprovar a proposta de destinação do resultado do exercício de 2023; e **(v)** Aprovar a proposta de remuneração anual global dos administradores para o exercício de 2024. **5. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade de votos e sem ressalvas, deliberaram: (i) Aprovar e ratificar as contas dos administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, publicadas no jornal "O Estado de São Paulo", as quais foram colocadas à disposição dos acionistas da Companhia; (ii) Aprovar e ratificar a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no valor de R$ 122.499.465,54, sendo R$ 6.124.973,28 destinados à reserva legal R$ 23.839.185,66 (vinte e três milhões, oitocentos e trinta nove mil, cento e oitenta e cinco reais e sessenta e seis centavos) para constituição da Reserva de Investimentos, R$ 5.155.903,56 (cinco milhões, cento e cinquenta e cinco mil, novecentos e três reais e cinquenta e seis centavos) de ajustes de exercícios anteriores e R$ 87.379.403,04 (oitenta e sete milhões, trezentos e setenta e nove mil, quatrocentos e três reais e quatro centavos) na forma de dividendos, valor este integralmente capitalizado na Companhia na forma de aumento de capital, conforme deliberação do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 13 de fevereiro de 2023, dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto no parágrafo único do art. 5º do Estatuto Social da Companhia; (iii) Aprovar as contas dos administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 publicadas no jornal "O Estado de São Paulo", as quais foram colocadas à disposição dos acionistas da Companhia; (iv) Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor de R$ 264.714.948,93 (duzentos e sessenta e quatro milhões, setecentos e quatorze mil, novecentos e quarenta e oito reais e setenta e três centavos), sendo o valor de R$ 11.361.107,33 (onze milhões, trezentos e sessenta e um mil, cento e sete reais e trinta e três centavos), equivalentes a 5% do montante total, destinados à reserva legal, R$ 249.960.890,40 (duzentos e quarenta e nove milhões, novecentos e sessenta mil, oitocentos e noventa reais e quarenta centavos) na forma de dividendos, dos quais, descontado os dividendos intermediários de R$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões), deliberados na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 16 de agosto de 2023, imputados aos dividendos obrigatórios até o limite deste, os quais já foram integralmente pagos, resultam no pagamento do dividendo adicional de R$ 124.960.890,40 (cento e vinte e quatro milhões, novecentos e sessenta mil, oitocentos e noventa reais e quarenta centavos) e os restantes R$ 3.392.951,20 (três milhões, trezentos e noventa e dois mil, novecentos e cinquenta e um reais e vinte centavos) destinados à Reserva Estatutária da Companhia; e (v) Aprovar a proposta de remuneração anual global dos administradores para o exercício de 2024, ficando a mesma fixada no valor de até R$1.000,00 (mil reais). **6. Documentos Arquivados na Sociedade:** Procurações societárias e Demonstrações Financeiras publicadas. **7. Encerramento:** Encerradas as discussões, o Presidente da Mesa ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, não havendo manifestação, foram encerrados os trabalhos, dos quais foi lavrada esta ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada e lavrada em livro próprio. São Paulo, 28 de fevereiro de 2024. **Presidente da Mesa:** Marcelo Sebastião da Silva; **Secretário da Mesa:** Gustavo Franco Pacheco; Acionistas: **Porto Serviço S.A.,** por seu Diretor, Marcelo Sebastião da Silva e seu procurador, Gustavo Franco Pacheco; **BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia,** p. BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda. p. Felipe Gottlieb e Felipe Giannatasio; **Ana Elisa Pereira do Valle Staub; Ricardo Uchoa Alves Lima; Ana Cristina Pereira Junqueira do Valle e Old Bridge Fundo de Investimento em Participações Multi Estratégia Investimento no Exterior,** p. Est Gestão de Patrimônio Ltda., p. Gilberto Leite Cesar Filho e Deiwes Aparecido Rubira de Assis. A presente é cópia fiel da lavrada em livro próprio. **Gustavo Franco Pacheco -** Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 103.437/24-1 em 13/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PORTO ASSISTÊNCIA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 46.559.987/0001-80 - NIRE 35300617321

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 08 de Fevereiro de 2024

1. Data, Horário e Local: Em 08 de fevereiro de 2024, às 10h, na sede social da Porto Assistência Participações S.A. ("Companhia"), com sede na Alameda Rio Negro, nº 500, 5º andar/parte, Alphaville Centro Industrial, Município de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06454-000. **2. Mesa:** Presidente: Marcelo Sebastião da Silva; Secretário: Gustavo Franco Pacheco. **3. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme assinaturas no livro de presença de acionistas, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76. **4. Ordem do Dia:** A Assembleia Geral Extraordinária foi convocada para deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** Aprovar a desinvestidura dos Srs. Marcos Roberto Loução e Marcos Rogério Sirelli ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; **(ii)** Eleger o Sr. Paulo Sérgio Kakinoff como Presidente do Conselho de Administração da Companhia; **(iii)** Eleger o Sr. Lene Araújo de Lima como membro do Conselho de Administração da Companhia; e **(iv)** Ratificar a atual composição do Conselho de Administração da Companhia. **5. Deliberações:** discutidas as matérias integrantes da ordem do dia, os acionistas, por unanimidade e sem ressalvas, deliberaram: **(i)** Aprovar a desinvestidura dos Srs. Marcos Roberto Loução, brasileiro, casado, estatístico, portador da Cédula de Identidade RG nº 58.101.916-7 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 857.239.919-49 e Marcos Rogério Sirelli, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.938.427-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 249.181.618-04, ambos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP CEP 01216-012, ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; **(ii)** Eleger o Sr. Paulo Sérgio Kakinoff, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.465.939 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 194.344.518-41, com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01216-012, como Presidente do Conselho de Administração da Companhia, com mandato até 31 de agosto de 2024, em substituição ao Sr. Bruno Campos Garfinkel, que passará a exercer o cargo de membro do Conselho de Administração. O Presidente do Conselho de Administração, ora eleito, declara não estar impedido por lei especial, ou estar condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do §1º do artigo 147, da Lei nº 6.404/76. O membro do Conselho de Administração ora eleito permanecerá em seu cargo até eleição e posse do seu substituto. O membro do Conselho de Administração ora eleito é investido em seu cargo nesta data, mediante a assinatura do competente termo de posse e declaração de desimpedimento anexo a esta ata (Anexo I - Termo de Posse e Declaração de Desimpedimento), que será lavrado no livro próprio da Companhia, nos termos da legislação aplicável; **(iii)** Eleger Lene Araújo de Lima, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.537.948-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 118.454.608-80, com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01216-012, como membro do Conselho de Administração da Companhia, para completar o mandato em curso até 31 de agosto de 2024. O membro do Conselho de Administração ora eleito declara não estar impedido por lei especial, ou estar condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos do §1º do artigo 147, da Lei nº 6.404/76. O membro do Conselho de Administração ora eleito permanecerá em seu cargo até eleição e posse do seu substituto. O membro do Conselho de Administração ora eleito é investido em seu cargo nesta data, mediante a assinatura do competente termo de posse e declaração de desimpedimento anexo a esta ata (Anexo II - Termo de Posse e Declaração de Desimpedimento), que será lavrado no livro próprio da Companhia, nos termos da legislação aplicável; e **(iv)** Aprovar a ratificação da composição atual do Conselho de Administração da Companhia, com mandato até 31 de agosto de 2024, conforme a seguir:

Nome	Cargo	Mandato
Paulo Sérgio Kakinoff	Presidente do Conselho de Administração	31/08/2024
Bruno Campos Garfinkel	Conselheiro	31/08/2024
Celso Damadi	Conselheiro	31/08/2024
Lene Araújo de Lima	Conselheiro	31/08/2024
Ana Cristina Junqueira Pereira do Valle	Conselheira	31/08/2024
Eugenio Emílio Staub Filho	Conselheiro	31/08/2024
Felipe Gottlieb	Conselheiro	31/08/2024

6. Documentos Arquivados na Sociedade: Procurações societárias, termos de posse e declarações de desimpedimento e demais documentos pertinentes à ordem do dia. **7. Encerramento:** Encerradas as discussões, o Presidente da Mesa ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, não havendo manifestação, foram encerrados os trabalhos, dos quais foi lavrada esta ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada e lavrada em livro próprio. São Paulo, 08 de fevereiro de 2024. **Presidente da Mesa:** Marcelo Sebastião da Silva; **Secretário da Mesa:** Gustavo Franco Pacheco; Acionistas: **Porto Serviço S.A.,** por seu Diretor, Marcelo Sebastião da Silva e seu procurador, Gustavo Franco Pacheco; **BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia,** p. BTG Pactual Gestora de Recursos Ltda. p. Felipe Gottlieb e Felipe Giannatasio; **Ana Elisa Pereira do Valle Staub; Ricardo Uchoa Alves Lima; Ana Cristina Pereira Junqueira do Valle e Old Bridge Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior,** p. Est Gestão de Patrimônio Ltda., p. Gilberto Leite Cesar Filho e Deiwes Aparecido Rubira de Assis. A presente é cópia da fiel da lavrada em livro próprio. **Gustavo Franco Pacheco -** Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 91.401/24-0 em 05/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Demi Getschko trieste@gmail.com

Em busca do Santo Graal

O desaparecimento de um humor ácido, inteligente e absurdo, como o do Monty Python, é uma das perdas doridas que os tempos trouxeram. Dois trechos impagáveis de filmes – em *A Vida de Brian*, ele crucificado cantando *Always Look on the Bright Side of Life*, e o feroz coelho assassino de *Em busca do Cálice Sagrado* – trazem à mente analogias com o mundo digital e a IA, seja numa visão aferradamente otimista (de que há algo positivo nos aguardando), seja pelo pessimismo (uma fera destuidora nos espreita).

Regular a IA é o tema do momento. Não ouso enfrentar a discussão sobre o conceito de "inteligência". Mas, independentemente disso, há formas talvez simplórias de abordar regulação de uma nova tecnologia. Se a IA for apenas uma nova "ferramenta tecnológica", o caminho parece ser o de responsabilizar o usuário pelo danos que seu uso causar. Fica muito difícil atribuir "ética" ou "responsabilidade" a uma ferramenta: não há facas ou martelos "éticos". Mas se essa "ferramenta" é mutante e elusiva, a responsabilidade passa a ser difusa.

Viu-se recentemente um ataque vicioso de um cão, quase causando a morte de uma pessoa. Esse cão seria essencialmente perigoso pela índole de sua própria raça, ou teria sido treinado para ser assim, mesmo que com as melhores intenções de "proteção"? E, quando o cão de-

> ***Regular a IA é o tema do momento; é preciso avaliar corretamente eventuais disfunções***

cidir, por si, quem deve ser atacado, que ética se esperaria desse cachorro? No caso de um cão, há medidas paliativas que podem ser tomadas – não deixá-lo solto, usar mordaça etc. Mas isso pode ter aplicação restrita para sistemas de IA amplamente disseminados. E certamente não se usaria em humanos: o fato de termos mãos e podermos socar os outros não deveria gerar, espero, uma "lei preventiva" que obrigue todos a usar algemas quando em área pública.

Por mais trabalhoso que pareça ser, o caminho seguro passa pela responsabilização objetiva do uso, somada à avaliação dos riscos, especialmente quando temos sistemas que aprendem e buscam cumprir metas. O comportamento de um sistema de IA voltado a proteger algo pode não diferir muito do que o cachorro exibiu. E se nos limitarmos a buscar justificativas para o comportamento de indivíduos adultos, influenciados pelo que recebem do mundo digital, tenderemos a uma crescente tutoria. A ação que a rede permite a todos traz embutida a responsabilização pelos atos de cada um.

Ainda em *A Vida de Brian*, na icônica discussão da tal Frente Popular da Judéia, busca-se elencar todos os danos que os romanos causaram, mas tropeça-se em muitos benefícios, que seria melhor ignorar... A IA não é a reencarnação dos romanos, mas lançar um olhar amplo e crítico é fundamental. ●

ENGENHEIRO ELETRICISTA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Alvaro Gribel **(quinzenalmente)** ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)**; Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Tecnologia **App do Google**

Função no Maps poderá dispensar rede de celular

Uma atualização futura do Google Maps poderá mostrar a localização do usuário via satélite, permitindo o uso do app mesmo sem uma conexão de internet. A descoberta foi feita pelo desenvolvedor AssembleDebug enquanto vasculhava o código da versão beta do aplicativo de geolocalização do Google.

O código indica que usuários poderão atualizar sua localização no Google Maps a cada 15 minutos via satélite, até cinco vezes ao dia. A função seria útil numa situação em que não há conectividade via W-Fi ou dados móveis (3G, 4G ou 5G).

A novidade pode estar relacionada a uma descoberta realizada pelo site AndroidAuthority, que afirma que o Google lançará seus próximos smartphones e tablets com suporte à comunicação via satélite, graças à adoção de um novo modem. ● HENRIQUE SAMPAIO

C6 E C7 A fundo

Para prevenir rugas, jovens começam a usar botox

CULTURA& COMPORTAMENTO
TERÇA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 2024 O ESTADO DE S. PAULO
C2

Cinema Tecnologia

Nicho de cinéfilos, rede social cresce e atrai atores e diretores

Com mais de 13 milhões de usuários e 2 bilhões de visualizações mensais, Letterboxd reúne avaliações e resenhas de filmes

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO

João Victor Montuori, estudante de cinema, segue uma rotina diária: assiste a um filme e escreve um breve comentário sobre a produção

JULIA QUEIROZ
FLÁVIO PINTO

O estudante de cinema João Victor Montuori, de 22 anos, assiste a praticamente um filme por dia. Assim que os créditos finais aparecem, segue um ritual: abre o aplicativo do Letterboxd, busca pelo título a que acabou de assistir e o marca como "visto". Muitas vezes, ele também escreve uma breve resenha sobre a produção.

Montuori é apenas um dos milhões de usuários que seguem essa formalidade na plataforma, que evoluiu de nicho para cinéfilos para um dos produtos digitais com maior adesão em Hollywood. A rede social para cinéfilos estourou a bolha, ganhou milhões de usuários, gerou memes e fantasias e até atraiu nomes como Martin Scorsese, Ayo Edebiri (atriz vencedora do Emmy por *O Urso*), Christopher McQuarrie (roteirista de *Missão: Impossível*) e Kleber Mendonça Filho (diretor de *Bacurau*).

A plataforma foi criada em 2011 por dois empreendedores na Nova Zelândia, Matthew Buchanan e Karl von Randow. Até o início de 2020, era apenas 1,8 milhão de membros. Atualmente, são mais de 13 milhões (2,25 milhões na América Latina). A plataforma acumula mais de 2 bilhões de visualizações mensais. Em setembro de 2023, Buchanan e Von Randow venderam ações da empresa para a Tiny, uma espécie de holding de pequenos negócios digitais, em um negócio, segundo o *New York Times*, de US$ 50 milhões.

Para a pesquisadora e crítica de cinema Isabel Wittmann, a equipe do Letterboxd "entende a mentalidade das pessoas apaixonadas por cinema e implementa funções que se enquadram muito bem para usos diversos".

O Letterboxd pode ser acessado por qualquer pessoa, mas, ao criar uma conta, é possível marcar os filmes a que você assistiu e criar uma espécie de diário. Logo na página inicial, o usuário consegue descobrir quais são os filmes mais populares entre os membros do site naquela semana e ver o que as pessoas que segue têm visto.

Segundo o crítico de cinema Filipe Furtado, antigamente, quando alguma produção atingia o número de 50 mil visualizações já era algo impressionante. "Filmes como *Mad Max – Estrada da Fúria* conseguiram essa proeza. Hoje em dia, no entanto, é bem mais comum que filmes populares ultrapassem a marca de um milhão de logs em questão de horas."

Já na aba de pesquisa, é possível descobrir dados sobre diferentes produções e circular por categorias, incluindo ano de lançamento, país, gênero e filmes mais populares e mais bem avaliados. "Os responsáveis pelo site encontraram um equilíbrio entre as atividades lúdicas que os cinéfilos sempre apreciaram, como o diário, as notas e as listas, e o sentido de comunidade e narcisismo que as redes sociais promovem", diz Furtado.

> ***"O site encontrou um equilíbrio entre as atividades lúdicas que os cinéfilos apreciam, como o diário, as notas e as listas, e o sentido de comunidade e narcisismo que as redes sociais promovem"***
> **Filipe Furtado**
> Crítico de cinema

Desde outubro de 2023, o Letterboxd possui dois tipos de assinaturas. Montuori optou pela que oferece, entre outras funções, estatísticas personalizadas. "Tem uma questão ali de olhar essas estatísticas próprias de maneira política. 'Nossa, preciso assistir a mais filmes de outros países, de outros gêneros, mais filmes de mulheres, indígenas'", explica.

A facilidade na divulgação de filmes independentes também é um ponto positivo para Montuori. Ele destaca que é "muito prático" colocar novos filmes no Letterboxd. "É bem legal porque você pode achar curtas de alguém do outro lado do mundo. Tem a ver também com a democratização do acesso a esses filmes."

Com o crescimento da plataforma, o Letterboxd preparou estratégias de expansão e tornou-se, também, veículo de mídia, com um podcast, o The Letterboxd Show, e a revista digital *The Journal*.

O Letterboxd pretende adicionar séries de televisão ao seu banco de dados. Mas mais de 4 mil usuários desaprovaram a ideia. "Depende muito como vai ser feito. Torço para que a TV funcione como uma aba à parte da linha do tempo para não poluir demais a interface. A especificidade é importante para a identidade dele", finaliza Filipe Furtado. ●

Para entender

De Martin Scorsese à criação independente

● **Durante a temporada de prêmios, Greta Gerwig, diretora de *Barbie* (*foto*) passou a trazer o nome do aplicativo em conversas sobre a produção. A realizadora compartilhou uma lista com os 32 filmes que ajudaram a inspirar a produção estrelada por Margot Robbie.**

● **A fama do site ganhou ainda mais respaldo com a chegada de Martin Scorsese, que entrou na plataforma durante a campanha do Oscar para *Assassinos da Lua das Flores*. A entrada do diretor chamou atenção e, em apenas algumas horas, Scorsese já havia ganho mais de 280 mil seguidores.**

● **O brasileiro Fábio Leal também está na plataforma. "É útil para nós, cineastas, compreendermos como um filme está sendo recebido pelo público e pela crítica."**

● **Leal diz que a plataforma tem gerado espaço na divulgação de filmes independentes, mencionando as produções de terror *Skinamarink* (*foto*) e *We're All Going to the World's Fair*. "Existem subcomunidades muito fortes lá dentro e, para espaços segmentados da indústria, isso é muito útil."**

WARNER BROS. PICTURES

BAYVIEW ENTERTAINMENT

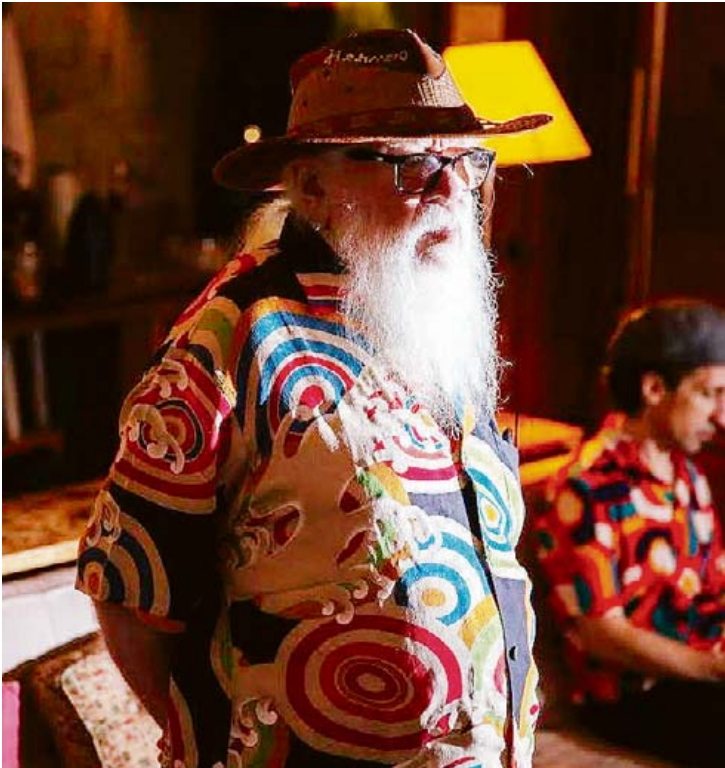
Direto da Fonte

Marcela Paes (interina) MARCELA.PAES@ESTADAO.COM

PAULA BONELLI | PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM

Hermeto vai lançar disco em homenagem à esposa

Aos 87 anos, Hermeto Pascoal não para. O talentoso multi-instrumentista vai lançar um disco de inéditas que chega ao mundo pela gravadora Rocinante no dia 28 de maio. Intitulado 'Pra você, Ilza', o trabalho é dedicado à memória de sua esposa Ilza da Silva, com quem viveu 46 anos e teve seis filhos.

Vinte e quatro anos após a morte de Ilza foram selecionadas 13 músicas das 198 partituras registradas num livro dedicado à ela, escrito por Hermeto entre 1999 e 2000. O álbum foi gravado em fevereiro deste ano, no Estúdio Rocinante, e será lançado em vinil e disponibilizado nas principais plataformas de streaming. O ano começou movimentado para Hermeto. Em fevereiro, ele foi "avisado" por fãs de que poderia ter sido vítima de plágio. Segundo eles, a música da animação 'X-Men' copiava a canção 'Papagaio Alegre'. "É uma variação, mas com certeza esse compositor conhece minha música. Mas deixem isso para lá", disse o músico.

JOÃO ATALA

O músico teve seis filhos com Ilza, com quem viveu por 46 anos

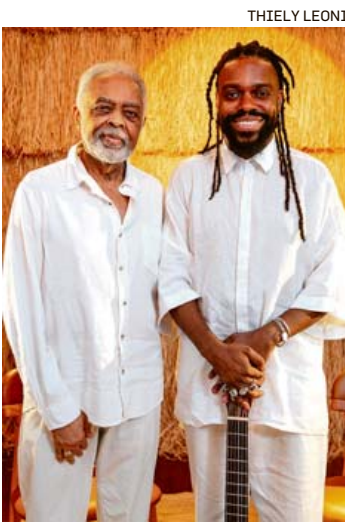
Bloco de Notas

EM BRASA. Saem as mesas, entram as grelhas. O restaurante Charco realiza festa na rua no dia 28, quando o chef Tuca Mezzomo receberá Marsia Taha (Gustu, da Bolívia), Caio Soter (Pacato, de Belo Horizonte) e Rubens Salfer (Catarina) para preparar uma série de receitas na brasa.

CARIOCA. A Casa Roberto Marinho inaugura no dia 11 de maio a exposição *Rio: Desejo de Uma Cidade | 1904-2024*, curada por Lauro Cavalcanti, Marcia Mello e Victor Burton. Partindo da data de nascimento do jornalista e empresário Roberto Marinho (1904-2003), que faria 120 anos em 2024

Parceria

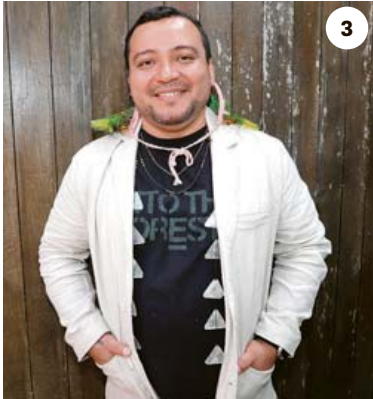
Gilberto Gil comenta lançamento da música 'Vento' e parceria com Feyjão: 'Sou um fã'

Gilberto Gil elogiou o cantor Feyjão com quem fez a música *Vento*, que estreou trilha sonora de *No Rancho Fundo*, novela das seis da TV Globo. "Essa parceria significa uma nova amizade. Um rapaz jovem produzindo um trabalho muito significativo, com domínio de todos os elementos constituintes da música popular brasileira. Sou um fã", disse Gil à coluna. Feyjão é natural de Campo Grande, zona oeste do Rio de Janeiro, já foi motoboy e cobrador de van e se tornou compositor de alguns sucessos da música popular brasileira, como *Reza*, gravado por Maria Rita, e Serei Luz, interpretado pela banda Natiruts.

THIELY LEONI

Pensar e escrever melhor com Karnal

Leandro Karnal lança o livro *Para Pensar e Escrever Melhor*, com 50 crônicas que abordam o seu processo criativo. Os textos ajudam a entender os recursos de linguagem e incentivam a escrita, sendo originalmente publicados no jornal Estado de São Paulo. Ele fará sessão de autógrafos na Livraria Drummond do Conjunto Nacional hoje, às 19h.

DANILO BORGES

1. Bonaventure Ndikung na abertura do pavilhão brasileiro da 60º Bienal de Veneza. 2. Andrea Pinheiro, Maguy Etlin, 3. Denilson Baniwa, 4. o embaixador Renato Mosca e Emilio Kalil estiveram lá.

DENISE ANDRADE

Cinema *Brasileiro*

‘Sem Coração’ é poesia sobre o amadurecer

Filme que estreou no Festival de Veneza e é ambientado em Alagoas volta aos anos 1990 para falar de descobertas

MATHEUS MANS

No verão de 1996, no litoral de Alagoas, a jovem Tamara (Maya de Vicq) aproveita seus últimos dias de pé na areia e amizade com aqueles que conhece desde pequena. Afinal, logo mais ela vai deixar essa pequena vila pesqueira para fazer faculdade em Brasília. Só que, antes da partida, um novo sentimento chega: a atração por Sem Coração (Eduarda Samara), apelido de uma menina da região que tem uma cicatriz no peito.

Essa é a história de *Sem Coração*, filme brasileiro que estreou no Festival de Veneza em 2023 e está em cartaz nos cinemas do País.

Dirigido pelos amigos Nara Normande e Tião, o longa trata de tema caro à cineasta: o retorno às memórias e à vida na Guaxuma, essa pequena cidade que povoa a imaginação de Nara.

A cineasta conta ao **Estadão** que não pensava em rever essa história após fazer um curta de mesmo nome, em 2014 – que, aliás, fala sobre alguém que está chegando a Guaxuma, enquanto o longa trata principalmente de quem está partindo.

“A experiência de fazer o curta foi bem forte”, recorda Nara. “Havia um universo muito grande ao redor daquilo nas minhas memórias, e aí começamos a escrever o longa somente em 2016 .”

Tirar o personagem Léo, que é alguém de fora, para se concentrar na jovem Tamara, de dentro da comunidade, é o grande acerto da produção. Em vez de uma sensação de estranhamento com o que acontece em Guaxuma, temos logo a impressão de que tudo ali é familiar, verdadeiro. São as lembranças de Nara colocadas dentro da trama.

“Tamara sai desse lugar como eu também saí, aos 13 anos”, explica Nara. Maya de Vicq, aliás, tem uma relação próxima com a cineasta: são primas – e a atriz também viveu essa experiência.

“A Nara sempre falava com a minha mãe para eu fazer *Sem Coração*. Mas, como eu era muito nova, acabou não dando certo naquele momento”, afirma a jovem atriz. “O filme todo foi gravado de uma forma muito natural. Estava sendo eu, falando com as câmeras, atuando, mas muita coisa realmente aconteceu quando eu era mais nova. Morei sete anos na Guaxuma, passei minha infância lá e parte de mim está na personagem.”

MEMÓRIAS. O fato é que, além de mexer com as memórias de Nara e Maya, o filme trata de algo complicado: o amadurecimento. Não apenas Tamara tem de amadurecer rapidamente nesse seu último verão na Guaxuma, mas todos ao seu redor também estão enfrentando novas emoções difíceis de serem compreendidas.

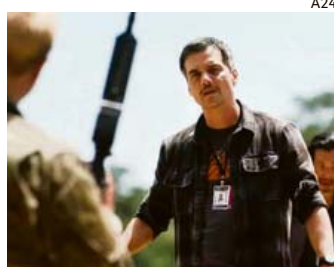
“Não é um filme só sobre o grupo, mas também sobre a história das duas. Tanto no roteiro quanto na montagem, qualquer alteração que a gente fizesse mudava tudo. Estão todos ligados, mesmo com suas histórias individuais”, explica Tião. “Por isso, foi bem difícil achar o equilíbrio. Até para a gente descobrir sobre quem mais a gente queria falar”, diz Nara. “Foi importante também fazer com que o longa registrasse a atmosfera local e mostrasse muito desse lugar complexo”, ressalta.

E fica a dúvida: após dois curtas e um longa, será que Nara ainda tem mais histórias da Guaxuma para contar? “Guaxuma sempre vai me inspirar, inclusive o meu próximo longa, que se passa no futuro”, adianta a cineasta. “Minhas três primeiras histórias foram sobre minha infância, as memórias. Agora estou indo para a idade adulta.” ●

FESTIVAL DE VENEZA

Tamara (Maya de Vicq) e Sem Coração (Eduarda Samara): paixão é rito de passagem de garotas

Filmes em cartaz

A24

● Guerra Civil
No longa do britânico Alex Garland, Kirsten Dunst e Wagner Moura (*foto*) interpretam profissionais da imprensa em meio a uma guerra civil no território dos EUA, provocada pela união entre os Estados da Califórnia e do Texas.

UNIVERSAL

● Abigail
Um grupo de criminosos sequestra uma bailarina de 12 anos, filha de um bilionário, e a escondem em uma casa isolada, enquanto esperam o resgate. Tudo vai bem, até que sequestradores começam a desaparecer, vítimas de uma vampira.

IMOVISION

● E a Festa Continua!
Rosa, que vive em um bairro operário da antiga Marselha, está prestes a se aposentar, o que faz com que aos poucos se sinta estagnada, perdendo o interesse pela vida – até que conhece Henri. O filme é dirigido pelo cineasta Robert Guédiguian.

Em ‘Vidente por Acidente’, Otaviano Costa estreia como protagonista

Otaviano Costa estava encerrando seu ciclo na TV Globo quando teve a ideia de *Vidente por Acidente*, já em cartaz. No filme, o ator e apresentador faz o primeiro protagonista de sua carreira – isso contando novelas, filmes e seriados.

“No começo, eu só queria que realizassem esse projeto, o que já seria sonho o suficiente colocado em prática”, diz ele, em entrevista ao **Estadão**. “Quando fui chamado para ser protagonista do filme, foi muito emocionante. Fui surpreendido.”

Na trama, Otaviano interpreta Ulisses, um arquiteto infeliz que se depara com uma trambiqueira (Katiuscia Canoro). Depois de ser furtado, ele acorda com um novo poder: descobrir a vocação das pessoas apenas pelo toque.

A partir daí, toda a sua vida vira de cabeça para baixo: ele passa a ter uma relação diferente com as pessoas ao seu redor, como a filha (Jamilly Mariano) e até alguns detratores, como um jornalista (Victor Lamoglia). “Por volta dos 45 anos, a pessoa faz perguntas sobre si mesmo. Sou feliz com o que faço, fiz o que desejava, sou feliz com minha profissão?”, questiona Otaviano, sobre a ideia. “Entendi que tinha alguma coisa genial naquilo.”

MOMENTO. Otaviano Costa vive seu primeiro protagonista sob a condução leve e divertida do diretor Rodrigo Van Der Put (que acaba de lançar outro filme, *Dois É Demais em Orlando*). É um novo momento.

DISNEY

Longa tem tema que é caro ao ator e apresentador, a vocação

“Eu nunca tinha sido protagonista, foi desafiador. Para quem já estava sem interpretar havia um bom tempo, com uma carreira como apresentador, foi bem diferente. Estou apaixonado por ser ator de novo.”

Otaviano também está satisfeito em tratar de um tema que lhe é caro, a questão da vocação, da frustração de fazer o que não se quer e reencontrar a motivação em um trabalho. “Quando as pessoas fazem algo que não amam, essa bola pode ficar incontrolável e acabar virando um burnout sem controle”, acredita ele.

Agora, analisando os próprios caminhos, Otaviano não pensa duas vezes: quer continuar a fazer cinema. “Quando o Ulisses nasceu, já tinha o argumento de outros três longas que agora estão andando novamente – um de humor e dois de outros gêneros.” ● M.M.

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Os outros somos nós

Às 12h21 a Lua Vazia ingressa em Escorpião e fica Cheia

Os outros são os eternos culpados, porque em nosso credo fundamental partimos do princípio de que somos o produto do meio ambiente em que existimos, mas evidentemente essa é uma crença que só a preguiça e a irresponsabilidade poderiam imaginar, porque é também evidente que nós somos produtores de meio ambiente.

Somos produzidos pelo meio ambiente e somos produtores de meio ambiente, e se quisermos continuar buscando os culpados nos outros, teremos, por uma questão de fazer justiça com a realidade, de assumir também que todos somos “outros”, todos somos responsáveis pelas respostas que damos quando as circunstâncias ficam além de nosso domínio, e querendo nos livrar da responsabilidade, buscamos outros para culpar.

Os outros somos nós, não há distância entre tua presença e a minha. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4

As apostas precisam ser mais altas do que em outros momentos de sua vida, e isso apresenta a lista de riscos envolvidos e, por isso, é natural que surjam preocupações de todos os tipos possíveis. Não se importe.

TOURO 21-4 a 20-5

O olhar dos outros é fundamental para a construção da própria identidade, e apesar de que em nossa modernidade pretendemos nos livrar dessa condição, dando mais importância ao nosso próprio olhar, tudo é como é.

GÊMEOS 21-5 a 20-6

Para que tudo e todos estejam nos seus devidos lugares teria de haver definições claras, e essas ainda não deram as caras. Portanto, ainda será preciso continuar lidando com uma margem muito generosa de incertezas.

CÂNCER 21-6 a 21-7

Com a ajuda de alguém ou sem ajuda nenhuma, de toda maneira você progredirá, mas, evidentemente, o melhor progresso seria o que pudesse ser compartilhado com o maior número possível de pessoas. Juntas, as pessoas são mais.

LEÃO 22-7 a 22-8

A esta altura do campeonato, não há mais como voltar atrás, é hora de, não apenas seguir em frente, como também apontar o mais alto possível. Aposte alto no seu destino, é hora de a brincadeira ser mais séria.

VIRGEM 23-8 a 22-9

Se você conseguir explicar direito suas pretensões, tenha certeza de que isso será meio caminho andado, porque as pessoas se inclinarão a colaborar com seu movimento, em vez de ficar tensas em busca de explicações.

LIBRA 23-9 a 22-10

O problema de se apegar exageradamente à busca de satisfazer seus desejos não é que eventualmente você se frustre, mas a perda de liberdade que significa viver exclusivamente para satisfazer os desejos ou se frustrar.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11

Relacionamento é a experiência mais complexa para nossa humanidade, porque é uma dinâmica cheia de reflexos e miragens, em que raramente as pessoas se mostram por inteiras, sem máscaras, como elas são.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12

Entre seus interesses e os interesses das pessoas com que você precisa lidar neste momento há divergências que não será fácil conciliar, mas que, valerá investir todo o empenho nesse sentido. É por aí.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

Seria ótimo que na sua vida só houvesse gente simpática e cuja companhia fosse agradável e edificante. Porém, o mundo é feito de uma diversidade muito ampla e temos de conviver com quem simpatizamos e antipatizamos.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2

Por mais que você tente se agarrar ao momento presente, o considerando a única realidade do tempo, mesmo assim seu passado e futuro continuarão se manifestando através de sua presença. Decida a quem atender.

PEIXES 20-2 a 20-3

Quando não há boa vontade para modificar os conceitos, já que comprovadamente a realidade não se ajusta mais a esses, rapidamente se transformam em preconceitos, e como resultado sua alma fica exilada da realidade.

Cinema *Festival*

Oliver Stone vai mostrar documentário sobre Lula em Cannes

Evento também anunciou novos concorrentes à Palma de Ouro, filmes da França, da Romênia e do Irã

O cineasta americano Oliver Stone apresentará um documentário sobre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, fora de competição, no Festival de Cannes. Na segunda-feira, 22, o evento também anunciou novos concorrentes à premiação oficial.

O novo trabalho de Stone, cineasta que já realizou documentários sobre Fidel Castro e Hugo Chávez, trata da prisão de Lula entre 2018 e 2019 e de seu retorno ao poder.

Stone tem sido um visitante regular do Festival de Cinema de Cannes, onde apresentou várias produções. As filmagens do documentário sobre Lula duraram meses e Stone acompanhou o presidente em viagens.

Em seu comunicado à imprensa, o 77.º Festival de Cannes anunciou três adições à competição oficial: *La Plus Précieuse des Marchandises*, um filme de animação de Michel Hazanavicius sobre um menino judeu que escapa milagrosamente da deportação para um campo de extermínio; *Trei Kilometri Pana La Capatul Lumii*, do diretor romeno Emanuel Parvu; e *The Seed of the Sacred Fig*, do diretor iraniano Mohammad Rasoulof.

BRASILEIROS. O Brasil também está presente na competição oficial do evento, que será realizado em maio: *Motel Destino*, novo trabalho do cineasta Karim Aïnouz, vai disputar a prestigiosa Palma de Ouro.

Na Quinzena dos Realizadores, o País está representado por *A Queda do Céu*, dirigido por Eryk Rocha e Gabriela Carneiro da Cunha, sobre o povo Yanomami. E, na Semana da Crítica, será exibido *Baby*, de Marcelo Caetano. ● AFP

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Maurício de Sousa

O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves

BEM PENSADO *“A vergonha, isso passa quando a vida é longa”* **Jean-Paul Sartre**

Prato do dia

Patrícia Ferraz *E-mail:* patriciacferraz@gmail.com; *instagram:* @patriciacferraz

Linguine com atum fresco e wasabi

Surpreendentemente fácil e cheio de sabor, esse linguine com atum fresco tem boas chances de entrar para sua lista de curingas: é fácil, rápido, leve, diferente e, acima de tudo, muito gostoso. Você pode usar qualquer massa de fio, como espaguete ou fettuccine, mas prefiro o linguine, mais fininho, porque absorve melhor o molho. Esse é daqueles pratos para fazer na hora de servir para que o atum não perca o frescor nem cozinhe com o calor da massa.

RENATA CARLINI/ESTADÃO

Ingredientes

Para 4 pessoas

_ 1 pacote de linguine
_ 400 g atum fresco (sashimi)
_ 1 limão-siciliano
_ 4 colheres (sopa) de azeite
_ 2 colheres (sopa) de shoyu
_ 2 colheres (chá) de pasta de wasabi
_ 2 colheres (sopa) de cebolinha francesa picada
_ sal e pimenta-do-reino

Preparo

Fácil. 20 minutos

1. Cozinhe a massa em 4 litros de água fervente com sal conforme instruções da embalagem, ou até estar macia, mas firme
2. Corte as fatias de sashimi de atum em cubos.
3. Ponha numa tigela pequena o azeite, o suco e as raspas de limão, o shoyu e o wasabi. Bata para misturar bem. Tempere com pimenta. Prove e ajuste o sal, se necessário.
4. Escorra a massa, misture o molho, ponha os cubos de atum e a cebolinha picada. Se precisar, regue com um pouco mais de azeite e finalize com um pouco mais de pimenta-do-reino moída na hora. ●

É JORNALISTA COM PÓS-GRADUAÇÃO EM GASTRONOMIA. COZINHA E COME A TRABALHO HÁ 24 ANOS

SEG Simião Castro **(quinzenal)** ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Roberto DaMatta ● **QUI.** Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)** e Maria Fernanda Rodrigues ● **SAB.** Alice Ferraz e Suzana Barelli **(quinzenal)** ● **DOM.** Leandro Karnal, Sérgio Augusto e Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas **https://bit.ly/4al98S7**

Imagem do criminoso descrita pela vítima à polícia
Perceber através da intuição
(?) Juninas: tradições folclóricas brasileiras
Cútis; epiderme
Bolsa de compras
Política avessa ao Governo
Forma de cruz
Ódio; rancor
Facilita o acesso do deficiente físico
Parada programada que ocorre durante a viagem aérea
Elemento químico de símbolo Ca
Rodeiam com muro
Juízo; razão
Pouco comum
Agência espacial americana (sigla)
150, em algarismos romanos
(?) drive, memória USB (Inform.)
Incrimina; acusa (alguém)
Membro de clube esportivo
Pequeno copo para vinhos finos
Chuva (?): corrói prédios
Destino; sorte (fam.)
Inundado
(?) dental, material para higiene bucal — F I O
"Eu te (?)!", frase dos enamorados
Coletivo de elefantes
Ferramenta niveladora
Efeito do calçado apertado
A 3ª nota musical
Cadete (abrev.)
Bloco de prestações de compra
Primeiro verbete do dicionário
Anfíbios utilizados na culinária
Em + a (contr.)
Dinheiro (gíria)
(?) Moraes, atriz brasileira
(?) Niño, fenômeno climático mundial
Terminação da 2ª conjugação
O azeite da culinária baiana
(?) Pessoa, capital da Paraíba
Letra frequente em termos plurais
Desejo do artilheiro no futebol

BANCO 2/el. 3/pen. 4/nasa. 6/cálice — plaina. 10/anarquismo.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Procure e marque, no diagrama de letras, as palavras em destaque no texto.

ILUSTRAÇÃO: AMORIM

Ian Fleming e o 007

Nascido em 1908, em Londres, Ian ~~**FLEMING**~~ foi o criador do personagem **JAMES** Bond, o agente **SECRETO** conhecido como 007, que **CONQUISTOU** multidões por meio de seus livros e filmes. Com um respeitável currículo acadêmico nas Universidades de Munique e Genebra, doutor em Línguas Modernas, Fleming escreveu mais de dez livros protagonizados por James **BOND**. Trabalhou como **JORNALISTA** e também como banqueiro e corretor de ações antes da guerra, e foi na sua atuação como assistente do diretor na **INTELIGÊNCIA** Naval Britânica durante a Segunda **GUERRA** que o **AUTOR** teve contato com a **ESPIONAGEM**. Tudo indica que foi dessa vivência que Fleming extraiu a **INSPIRAÇÃO** para o personagem e os **ROMANCES**. Muitos dos livros têm como tema central a espionagem Leste-Oeste, em **CENÁRIOS** de estilo de vida **ELEGANTE** e pomposo, o que atraía belas **MULHERES** na direção do **AGENTE** 007. Entre as obras mais badaladas, estão "Cassino Royale", "Os Diamantes São Eternos", "Goldfinger", "Da Rússia, com Amor", e "Viva e Deixe Morrer". Após a morte de Ian Fleming, em 1964, outros **ESCRITORES** foram chamados para manter vivo o atraente personagem James Bond.

A	T	S	Y	O	N	R	C	R	D	S
I	L	B	Y	Ã	B	D	G	O	T	E
C	L	L	A	Ç	N	R	N	T	M	R
N	N	R	F	A	C	C	N	U	L	E
E	D	G	H	R	T	O	N	A	L	H
G	R	G	R	I	N	N	T	L	L	L
I	R	U	T	P	S	Q	N	O	L	U
L	N	E	R	S	D	U	D	L	L	M
E	F	R	R	N	R	I	H	A	F	R
T	N	R	R	I	T	S	B	T	D	E
N	D	A	N	T	Y	T	B	S	R	S
I	T	R	D	T	B	O	D	I	H	C
D	S	H	S	L	N	U	G	L	L	R
S	R	L	L	M	F	L	T	A	T	I
E	L	E	N	E	Y	S	D	N	L	T
C	S	L	N	G	F	E	D	R	L	O
N	N	E	R	A	R	M	D	O	N	R
A	T	G	L	N	Y	A	F	J	B	E
M	F	A	L	O	C	J	M	T	B	S
O	L	N	L	I	D	L	D	H	E	G
R	E	T	T	P	H	D	B	L	R	F
H	R	E	R	S	S	Y	N	F	L	D
R	R	T	B	E	G	R	D	O	F	A
Y	T	M	Y	L	N	T	F	N	B	L
S	O	I	R	A	N	E	C	N	L	E
H	T	N	C	N	T	Y	R	S	B	O
A	A	G	E	N	T	E	S	T	N	N
B	T	L	R	F	L	E	M	I	N	G
C	F	D	N	B	G	T	N	B	D	N
S	E	C	R	E	T	O	C	F	T	T

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku **https://bit.ly/3vUmTOz**

Nível Fácil

1			2	5	6			4
		2	8		3	1		
	3						8	
9	1						4	3
8								6
3	6						5	1
	9						2	
		8	6		1	4		
6			7	2	8			5

SOLUÇÕES

Cada vez mais gente na faixa dos 20 e 30 anos busca tratamento conhecido como 'botox preventivo'

Para prevenir rugas, jovens já usam botox

AMANDA MORRIS
THE WASHINGTON POST

Cynthia Huang Wang tinha 27 anos quando notou linhas tênues se formando em seu rosto. Ela decidiu experimentar algo que já tinha visto outros jovens recomendando nas redes sociais: botox. Depois do primeiro tratamento, disse ela, sua pele parecia mais lisa. Agora, aos 29 anos, Huang Wang, que mora em São Francisco, nos EUA, ainda faz botox algumas vezes por ano. "É só uma coisa que faz me sentir bem comigo mesma", diz ela.

Cada vez mais pessoas na faixa dos 20 e 30 anos, como Huang Wang, estão fazendo tratamento com botox, na esperança de acabar com as rugas. A prática é conhecida como botox preventivo. Mas será que funciona? A toxina botulínica é o princípio ativo de tratamentos de marcas como Botox, Dysport, Xeomin e Jeuveau. Embora tenha sido bem estudada para vários propósitos, não houve ensaios clínicos em larga escala sobre seu uso a longo prazo para prevenir rugas. As evidências são em grande parte anedóticas ou baseadas em estudos menores, muitas vezes financiados por empresas que vendem o produto.

Mesmo assim, muitos dermatologistas e cirurgiões plásticos dizem que a toxina botulínica pode impedir temporariamente a formação de algumas rugas. Para entender por que a substância pode prevenir rugas, pense na pele jovem como um pedaço de papel imaculado, diz Ife J. Rodney, dermatologista em Fulton, Maryland.

Afinal, botox preventivo funciona?

Dermatologistas e cirurgiões plásticos indicam que retarda o surgimento de rugas. Mas não há ensaios clínicos de qualidade

"É muito mais fácil não amassar o papel do que alisá-lo até ficar perfeito, depois de já estar amassado", disse Rodney.

O tratamento não é permanente e não funciona para todo tipo de ruga. O botox e medicamentos semelhantes também costumam ser caros, e os resultados duram somente uns poucos meses.

Embora todos os medicamentos apresentem alguns riscos e o botox às vezes possa resultar em efeitos colaterais indesejados, o tratamento geralmente é considerado seguro. De acordo com a Sociedade Americana de Cirurgiões Plásticos, cerca de 127 mil pessoas na faixa dos 20 anos e de 1,6 milhão de pessoas na faixa dos 30 anos passaram pelo procedimento em 2022.

Então, como aplicar botox aos 20 ou 30 anos pode adiar as rugas? E quais são os riscos?

Veja o que dizem dermatologistas, cirurgiões plásticos e outros especialistas.

Como funciona o botox preventivo?
O movimento repetitivo dos músculos do rosto pode criar rugas dinâmicas – do tipo visto nos pés de galinha, nas linhas da testa e entre as sobrancelhas. Quando somos jovens, essas rugas tendem a aparecer quando fazemos expressões faciais, como uma careta de nojo ou uma reação de surpresa.

À medida que envelhecemos, o corpo produz menos colágeno, proteína que serve como principal componente estrutural da pele, dando firmeza a ela. Também perdemos elastina, proteína que dá elasticidade à pele. Com menos colágeno e elastina, a pele fica mais fina e menos elástica – o que significa que as linhas de rugas podem se tornar mais aparentes, explica Smita Ramanadham, cirurgiã plástica em Montclair, New Jersey.

> ***Tempo***
> ***A paralisia causada pela injeção dura, em geral, de 3 a 5 meses; em seguida, é preciso outra aplicação***

A toxina botulínica funciona bloqueando os sinais nervosos que mandam os músculos se moverem ou se contraírem. A injeção da neurotoxina nos músculos do rosto paralisa-os, temporariamente. Quando você evita a contração desses músculos faciais, também impede que a pele se dobre de maneiras que causem a formação ou o aprofundamento das rugas, observa Steven Williams, presidente da Sociedade Americana de Cirurgiões Plásticos.

Mas o tratamento não funciona para todo tipo de ruga. É ineficaz, por exemplo, contra as causadas pelos danos da luz solar. Também não ajuda com outros sinais de envelhecimento, como manchas de sol.

Quanto tempo dura o botox?
A paralisia causada por uma injeção de botox geralmente dura de três a cinco meses antes que as pessoas precisem de mais uma aplicação, informa Williams.

Mas esse período de tempo pode variar e não existe uma dose-padrão recomendada para o botox preventivo, lembra Patricia Wexler, dermatologista do Hospital Mount Sinai e professora-associada da Escola de Medicina Icahn no Mount Sinai. Algumas pessoas precisam de menos botox do que outras para ter o mesmo efeito, dependendo do histórico de injeções e da força dos músculos faciais.

Se a pessoa parar de aplicar botox, seus músculos vão voltar a se contrair, causando a lenta formação de rugas. No entanto, é provável que ela tenha menos rugas do que alguém da mesma idade que nunca fez botox, diz Rodney. "Se você começar aos 25 anos e parar aos 40, é como se tivesse parado o relógio por 15 anos", comenta ela. "Você guarda a vantagem de todo o tempo de uso."

O botox preventivo é mesmo eficaz?
Evidências anedóticas de dermatologistas e cirurgiões plásticos indicam que o botox retarda o aparecimento de rugas.

Mas não existem ensaios clínicos de alta qualidade sobre o botox preventivo ou os efeitos do uso cosmético da neurotoxina. Os estudos disponíveis têm várias limitações, entre elas vínculos com a indústria.

Um estudo de 2006 comparou duas irmãs gêmeas idênticas. Uma delas passou por aplicações de botox de duas a três vezes por ano ao longo de 13 anos, e a outra fez botox duas vezes no total. Em uma comparação lado a lado das gêmeas, que eram brancas e tinham 38 anos na época, o autor do estudo observou que as rugas da testa eram visíveis na gêmea com menos tratamentos, mas "não evidentes" na irmã que tinha passado por aplicações periódicas.

As gêmeas foram reavaliadas aos 44 anos, e os pesquisadores notaram que a irmã com menos tratamentos apresentava rugas quando seu rosto estava em repouso, mas a gêmea com mais aplicações, não.

William J. Binder, cirurgião plástico e reconstrutor facial em Beverly Hills, Califórnia, que trabalhou em ambos os estudos, conta que eles não foram capazes de controlar outros fatores que poderiam ter contribuído para a aparência da pele, como exposição solar, peso, dieta ou estilo de vida. Mas, em um estudo subsequente, ele observou que ambas as gêmeas relataram que usavam protetor solar todos os dias, tinham estilos de vida ativos, seguiam uma dieta relativamente saudável e não fumavam.

Nos esclarecimentos do estudo, Binder é listado como acionista e consultor da Aller- ➔

OURIÇO94/ADOBE STOCK

IRINA FLAMINGO/STOCK.ADOBE.COM

ANDREY GONCHAR/STOCK.ADOBE.COM

A aplicação de toxina botulínica impede que os músculos se movam ou se contraiam

gan, uma empresa que fabrica botox. Ele disse que não tem nenhuma outra relação financeira com uso cosmético da toxina.

Em um estudo de 2011, os pesquisadores acompanharam um grupo de 45 mulheres com idades entre 30 e 50 anos que receberam injeções de toxina botulínica em intervalos regulares durante 20 meses. Cerca de seis meses após o último tratamento, os pesquisadores avaliaram as mulheres e descobriram que elas tiveram reduções significativas nas rugas.

A Allergan financiou totalmente o estudo e ajudou na elaboração do relatório.

Quais são os riscos do botox preventivo?

Os relatos de complicações registrados são raros. Os pacientes podem apresentar hematomas ou inchaço no local da injeção. Outro risco possível são as sobrancelhas caídas, geralmente causadas pela propagação da neurotoxina nos músculos errados. Embora as estimativas variem, estudos sugerem que isso pode ocorrer em cerca de 1% a 5% dos casos. Esse efeito é quase sempre temporário.

Entre outras complicações temporárias conhecidas estão visão dupla, olhos secos e pálpebras caídas. Para reduzir o risco, os especialistas aconselham o tratamento com um dermatologista ou cirurgião plástico credenciado.

"Há muitos músculos que se sobrepõem e, se você não entende a anatomia, é fácil injetar no músculo errado", nota Ramanadham. Os pacientes também devem evitar fazer exercícios físicos, deitar-se sobre ou tocar a área tratada durante várias horas depois das injeções, orienta Wexler.

Outro possível efeito colateral do botox é que os músculos do rosto podem atrofiar – o que significa que ficam mais fracos e menores – como resultado da paralisia.

Embora uma certa fraqueza muscular seja o efeito pretendido do tratamento com botox, também pode haver atrofia muscular não intencional. Isso pode resultar em uma "aparência assimétrica e pouco atraente", quando os músculos do rosto ficam mais magros, diz Wexler.

Vários dermatologistas e cirurgiões plásticos comentam que qualquer atrofia muscular resultante do botox é reversível. No entanto, alguns profissionais médicos disseram que não está claro até que ponto o efeito é reversível.

Quando devo iniciar o botox preventivo?

A idade em que alguém começa a ter rugas dinâmicas pode variar de acordo com o tom de pele, a genética e o estilo de vida. Em geral, as pessoas começam a perder colágeno e elastina entre 20 e 30 anos, diz Ramanadham. Este é o período em que qualquer pessoa que esteja pensando em botox preventivo deve procurar um dermatologista.

Anne Chapas, dermatologista em Manhattan, sugere que os pacientes esperem até começarem a ver pequenas rugas ou linhas quando o rosto está com uma expressão neutra. Caso contrário, há possibilidade de que possam desperdiçar dinheiro injetando botox em áreas onde não haveria formação de rugas.

"É difícil tratar uma coisa que você não consegue ver", observa Chapas.

O que devo esperar durante um tratamento com botox?

A duração de um procedimento de botox depende da quantidade de áreas-alvo, mas especialistas experientes conseguem tratar uma área em poucos minutos, diz Williams. Normalmente, parece uma picada de agulha.

Para ajudar a evitar que o botox se espalhe para uma área indesejada, os pacientes devem permanecer na posição vertical e evitar fazer exercícios físicos e tocar nos locais injetados por algumas horas após o tratamento.

Julia Huynh, de 23 anos, de San Jose, fez sua primeira série de injeções de botox em dezembro. Ela diz que ficou surpresa com a rapidez do procedimento e, embora tenha dito que sentiu o maxilar um pouco dolorido no dia seguinte, ficou feliz com a experiência. "Com certeza dá para sentir a diferença", comenta ela. "Sinto que meu rosto está mais firme."

Ela planeja voltar em alguns meses e reavaliar se precisa de mais injeções.

Quais são as alternativas ao botox preventivo?

Os dermatologistas afirmam que existem outras formas de cuidar da pele, como usar protetor solar diariamente, fazer uma alimentação balanceada e dormir bem. A aplicação de retinoides – que são compostos derivados da vitamina A – também mostrou que pode reduzir rugas. ● TRADUÇÃO DE RENATO PRELORENTZOU

Causa e efeito

Entre 20 e 30
anos de idade, as pessoas começam a perder colágeno e elastina.

Em 1% a 5%
dos casos, ocorre como efeito colateral do tratamento as "sobrancelhas caídas", embora estimativas variem. Geralmente são causadas pela propagação da neurotoxina nos músculos errados. O efeito, porém, é temporário.

"Se você começar (o tratamento) aos 25 anos e parar aos 40, é como se tivesse parado o relógio por 15 anos"
Ife J. Rodney
Dermatologista

"Há muitos músculos que se sobrepõem e, se você não entende a anatomia, é fácil injetar no músculo errado"
Smita Ramanadham
Cirurgiã plástica

Anvisa emitiu dois alertas sobre toxina falsificada no ano passado

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) emitiu dois alertas no ano passado sobre lotes de toxina botulínica falsificada. No último caso, em abril de 2023, o alerta foi sobre o medicamento Botox 100U, do lote C6835C3, usado em procedimentos estéticos.

Na ocasião, a área de portos, aeroportos e fronteiras da agência interceptou remessas internacionais do produto que apresentaram falsa descrição de conteúdo e que continham frascos em embalagens no idioma turco, com prazos de validade até outubro deste ano, no frasco, e dezembro deste ano, na embalagem secundária.

De acordo com a nota divulgada pela Anvisa, a Allergan Produtos Farmacêuticos, empresa detentora do registro do medicamento, confirmou que o lote original (C6835C3) tinha prazo de validade menor, até dezembro de 2023, e foi comercializado somente na Turquia, não tendo sido importado pelo Brasil pelos meios oficiais. Dessa forma, foi determinada a apreensão e a proibição de comercialização, distribuição e uso do lote C6835C3 do Botox 100U.

Risco para o paciente
Produto falsificado pode causar alergias, infecções, abscessos e feridas, alertam especialistas

Em nota enviada na época ao **Estadão**, a empresa confirmou que o lote era falsificado, "não tendo sido importado ao Brasil pelos meios oficiais da companhia". A empresa ainda reforçou ter canais oficiais para a aquisição do produto.

Dois meses antes, em fevereiro de 2023, a Anvisa também comunicou a identificação da falsificação dos medicamentos Botox 100U, lote C7654C3F, e Dysport 300U, lote L25049. No episódio, as principais diferenças entre o produto falsificado e o produto original se referiam à rotulagem, à bula e à embalagem.

Segundo especialistas, o uso de toxina botulínica adulterada ou falsificada pode ter como consequência a ineficácia do procedimento e, se o frasco utilizado não for estéril, há risco de o conteúdo estar contaminado, podendo causar alergias ou até mesmo infecções, abscessos e feridas. ●

Aquário na nova casa da Vila Olímpia: restaurante conta com menu executivo e rodízio de peixe na brasa durante a semana

Sugestões do dia

Pratos da região ganham espaço em São Paulo

● **Banzeiro**
Destaque da cena de Manaus, abriu sua filial em São Paulo em 2019 (Rua Tabapuã, 830; @banzeirosp)

● **Amazônia Casa Brasileira**
O espaço foi inaugurado há quase três décadas, com ênfase na gastronomia paraense (R. Rui Barbosa, 218, @amazonia_casabrasileira)

● **DaSelva Peixaria Amazônica**
A casa, criada em 2023, oferece um olhar contemporâneo para a culinária da região (R. da Consolação, 41; @daselva_br)

Paladar *Seleção*

De uma multinacional à nata gastronômica, passando pelo kitesurfe

Chef paraense Saulo Jennings, que se tornou símbolo da culinária amazônica, abre Casa do Saulo em São Paulo

FERNANDA MENEGUETTI

A Casa do Saulo mal tem uma semana de atividade, mas já recebeu a primeira-dama Janja Lula da Silva e a nata da gastronomia paulistana – incluindo Mara Salles, Jefferson Rueda, Bel Coelho, Marcelo Corrêa Bastos, Ieda de Matos, entre outros "poderosos chefões".

Por trás da vitrine de sabores, costumes e carinhos amazônicos, está Saulo Jennings, criador do restaurante de mesmo nome em Santarém (PA) e pelas filiais bem-sucedidas já abertas em Belém (Pará) e no Museu do Amanhã (Rio).

Agora, na Vila Olímpia, o santareno de 46 anos nem hesita: "Se fiz um restaurante no meio do mato, não vou fazer aqui, onde passam 50 mil pessoas por dia?", ele brinca. Curiosamente, o restaurante de Santarém, localizado a cerca de 20 quilômetros da cidade – mais da metade deles em estrada de terra –, teve um embrião paulista.

"Eu estava tão empolgado com um trabalho de consultoria que vim para São Paulo fazer um curso. Nos dois dias que sobraram, fui para Campos do Jordão, de carona com um amigo", lembra ele. Lá, acabou aceitando o convite para jantar em uma fazenda afastada do centro da cidade. "A gente chegou lá, uma fazenda, longe, longe, para comer uma besteirinha. Voltei com uma certeza: se eu vim a esse lugar, por que ninguém poderia ir ao meu?"

PRIMEIROS PRATOS. Ex-executivo de uma multinacional, ele começou a dar aulas de kitesurfe em frente à sua casa quando ficou desempregado. No fim do dia, costumava cozinhar para os alunos, que "gostavam mais da comida do que da aula".

A experiência em Campos do Jordão, além de uma dose de otimismo e de um empurrãozinho paterno, ajudou: "Meu pai era eletricista, mas sempre cozinhou muito, e disse: 'Olha filho, tenho aqui esse fogão de duas bocas'. Era industrial, aí peguei mais cinco mesas fiado, comprei uns isopores e foi".

Em um 23 de julho, 15 anos atrás, o chef chamou 20 pessoas e inaugurou a Casa do Saulo, que funcionava no seu próprio lar. "Eu ia na mesa, tirava o pedido e ia cozinhar, bem informal, achando que cozinhava, mas não entendia nada da arte da culinária", admite.

Daquela quinta-feira em diante, entre ingenuidade e maluquice, passou anos desligando a geladeira para ligar o liquidificador, tirando escamas de peixe na hora de mandá-los à brasa e tendo de dispensar cliente pelo próprio amadorismo.

FOTOS ALEX SILVA/ESTADÃO

"Já achei que estava todo errado, fazendo comida de panelão, mas Laurent Suaudeau me fez acreditar que eu seria cozinheiro, só precisava colocar a técnica em prática"
Saulo Jennings
Chef

De 20 lugares, o restaurateur bateu 450, mas hoje atende até 360 comensais por vez só na casa-mãe. Somando todos os seus empreendimentos, são mais de mil clientes atendidos diariamente.

Independentemente da localização, a fórmula de sucesso é a mesma: cardápio único e genuíno, em que brilham surubim, filhote, pirarucu, tucunaré e outras pescas de manejo sustentável.

IDENTIDADE. A unidade paulistana, contudo, tem suas particularidades. Um frigorífico para 70 toneladas de produtos amazônicos e o primeiro rodízio de peixes na brasa, que funciona apenas nos almoços em dia de semana, como alternativa ao menu executivo.

"Tudo selvagem, é uma luta nossa. Aqui é ingrediente, propósito e churrasqueira, só isso", orgulha-se o chef, que mostra os mesmos peixes em um aquário gigante. Por ora, vale dizer, nem todos os seus 42 pratos estão sendo servidos e a lojinha amazônica não possui todos os itens de perfumaria, artesanato e condimentos que virá a ter.

Ainda assim, já é possível levar para casa o famoso chocolate da Dona Nena, diretamente da Ilha do Combu. E, melhor de tudo, provar clássicos como Paraíso Verde e Casa do Saulo. O primeiro, um medalhão de pirarucu com bacon, finalizado com melaço de tucupi preto, que acompanha homus e pipoca de feijão de santarém, pesto de jambu e arroz com chicória (R$ 109,90).

O que leva o nome do lugar (R$ 129,90), por sua vez, foi a primeira receita do chef. "Preparei com o que eu tinha em casa na época, peixe e castanha-do-pará. Virou uma versão de empratado, mas era um peixe inteiro dentro do creme do leite da castanha. Aí tinha a banana, foi também. O camarão entrou depois, porque fica uma combinação maravilhosa", conta.

Há também tacacá com camarão regional (R$ 32,90); caldeirada paraense (filhote ou pirarucu, camarão em caldo de tucupi com macaxeira, jambu, picles de pimentinha, tomate, ovo cozido, acompanhado por pirão e arroz, R$ 129,90); iscas de filé gratinadas com queijo do Marajó (R$ 69,90); arroz caldoso de pato (R$ 129,90); e massas, como o canelone tapajônico de pirarucu defumado, queijo do Marajó e pimentinha de cheiro (R$ 109,90), além do carbonara com bacon de pirarucu (R$ 89,90).

"Achou que ia chegar a São Paulo como? É pra chegar chegando", brinca. "Já achei que estava todo errado fazendo comida de panelão, mas Laurent Suaudeau (*chef francês radicado no Brasil, que tem uma famosa escola de culinária*) me fez acreditar que eu seria cozinheiro, só precisava colocar a técnica em prática", conta Jennings.

O chef não hesitou em apostar nos ensinamentos do mestre: serve "colheronas" de arroz com peixe de rio, capricha em agridoces puxados no dulçor e em doçuras com frutas locais, como o creme de cupuaçu (R$ 36,90) e o tiramisú de bacuri (R$ 44,90). Além disso, acaba de criar uma carta de drinks para reforçar a própria missão de "propagar a cozinha amazônica e, com, isso deixar todo mundo ganhar – produtores, pescadores e clientes". ●

Casa do Saulo
R. Gomes de Carvalho, 1.666, Vila Olímpia. 2ª a 6ª, das 11h30 às 15h e das 19h às 23h; sábado, das 12h às 16h e das 19h às 23h; domingo, das 12h às 17h.